

UNIVERSIDADE DE LISBOA

FACULDADE DE DIREITO



**FACULDADE DE DIREITO**  
**UNIVERSIDADE DE LISBOA**

SOFIA DALILA VALE DA SILVA

O ESTATUTO JURÍDICO DOS ANIMAIS NÃO-HUMANOS,  
EM ESPECIAL NO ÂMBITO DO DIREITO CIVIL

*Orientador: Professor Doutor José Luís Bonifácio Ramos*

Mestrado em Direito e Prática Jurídica  
Especialidade de Direito Civil

Lisboa

2018

UNIVERSIDADE DE LISBOA

FACULDADE DE DIREITO



**FACULDADE DE DIREITO**  
**UNIVERSIDADE DE LISBOA**

SOFIA DALILA VALE DA SILVA

O ESTATUTO JURÍDICO DOS ANIMAIS NÃO-HUMANOS,  
EM ESPECIAL NO ÂMBITO DO DIREITO CIVIL

*Dissertação de Mestrado em Direito e Prática  
Jurídica, Especialidade de Direito Civil,  
apresentada à Faculdade de Direito da  
Universidade de Lisboa, com vista à obtenção do  
grau de mestre), sob a orientação do Professor  
Doutor José Luís Bonifácio Ramos.*

Lisboa

2018

*À memória do meu pai e dos meus avós,  
À minha mãe, pelo seu apoio incondicional,  
À minha sobrinha e afilhada,  
À minha irmã e ao meu cunhado.*

## **RESUMO**

A presente dissertação tem por objeto o estudo do estatuto dos animais não-humanos, no ordenamento jurídico português, dando especial atenção às alterações introduzidas pela Lei n.º 8/2017 no Código Civil vigente. Para esse fim, parte de uma análise da evolução do seu estatuto na filosofia e na ciência, e depois a nível de Direito Comparado. O estudo não é circunscrito apenas ao Direito Civil, ainda que incida principalmente sobre este, mas também a outros ramos de direito, nomeadamente o Direito Constitucional e o Direito Penal.

Palavras-chave: Animais não-humanos; Senciência; Direito Animal; Direitos Humanos; Estatuto Jurídico.

## **ABSTRACT**

The purpose of this dissertation is to study the status of non-human animals in the Portuguese legal system, paying special attention to the changes introduced by Law no. 8/2017 in the current Civil Code. To this end, part of an analysis of the evolution of its status in philosophy and science, and then at the level of Comparative Law. The study is not only limited to Civil Law, although it focuses mainly on this, but also on other branches of law, namely Constitutional Law and Criminal Law.

Keywords: Non-human animals; Sentience; Animal Law; Human Rights; Legal Status.

## Lista de Abreviaturas

ABGB	<i>Algemeines Bürgerliches Gesetzbuch</i>
Al., als.	Alínea, alíneas
ADI	Ação Direta Inconstitucional
Art., arts.	Artigo, artigos
BGB	<i>Bürgerliches Gesetzbuch</i>
Inc.	Inciso
CC	Código Civil
CP	Código Penal
CPC	Código de Processo Civil
CRP	Constituição da República Portuguesa
DH DU	Declaração Universal dos Direitos Humanos
DUE	Direito da União Europeia
Pág.	Página
PP.	Páginas
SICAFE	Sistema de Identificação de Caninos e Felinos
StGB	<i>Strafgesetzbuch</i>
UE	União Europeia
V.	Versus
ZPO	<i>Zivilprozessordnung</i>

## Índice

<b>Introdução .....</b>	<b>8</b>
 <b>Capítulo I - O Estatuto dos Animais Não-humanos na Filosofia e na Ciência .....</b>	<b>10</b>
1 - Os Animais Não-humanos e a Filosofia .....	10
1.1 - Antiguidade Clássica .....	10
1.2 - Idade Média .....	12
1.3 - Renascimento .....	13
1.4 - Iluminismo .....	14
1.5 - Positivismo .....	16
1.6 - Contratualismo .....	18
1.7 - Utilitarismo .....	19
1.8 - Tese dos Direitos .....	22
2 - A Ideia de Animal na Ciência.....	24
3 - A Questão do «Especismo».....	29
 <b>Capítulo II - Direitos Humanos e Direito dos Animais .....</b>	<b>32</b>
1 - Em que medida os direitos humanos podem contribuir para a proteção dos animais não-humanos?.....	32
 <b>Capítulo III - A Natureza Jurídica dos Animais Não-humanos no Âmbito Internacional e de Direito da União Europeia, e numa Perspetiva de Direito Comparado .....</b>	<b>37</b>
1 - Direito Internacional .....	37
2 - Direito da União Europeia .....	39
3 - Direito Comparado .....	44
3.1 - Alemanha .....	44
3.2 - Austrália .....	45
3.3 - Áustria .....	46
3.4 - Brasil .....	48
3.5 - Espanha .....	51

3.6 - E.U.A .....	52
3.7 - França .....	53
3.8 - Índia .....	54
3.9 - Nova Zelândia .....	55
3.10 - Suíça .....	55
 <b>Capítulo IV - Os Animais Não-humanos no Ordenamento Jurídico Português</b> .....	<b>56</b>
1 - O estatuto jurídico dos animais não-humanos ao longo da história do direito português ..	56
2 - Direito Constitucional .....	57
3 - Direito Penal .....	62
4 - Direito Civil .....	68
4.1 - Análise do atual Código Civil .....	68
4.1.1. - Antes da redação dada pela Lei n.º 8/2017 .....	68
4.1.2 - O reconhecimento do estatuto jurídico dos animais com a Lei n.º 8/2017. Alterações e aditamentos .....	70
4.2 - Outras questões juridicamente relevantes .....	76
5 - Legislação de Proteção Animal .....	83
6 - Autonomização do Direito Animal .....	85
 <b>Capítulo V - A Qualificação Jurídica dos Animais Não-humanos</b> .....	<b>88</b>
1 - A evolução da classificação jurídica dos animais não-humanos em Portugal .....	88
1.1 - Antes da Lei n.º 8/2017 .....	88
1.2 - Após a Lei n.º 8/2017. Objeto, sujeito de direito ou um <i>tertium genus</i> ? .....	88
2 - A possibilidade de atribuição de personalidade jurídica aos animais não-humanos .....	92
2.1 - Problemas jurídicos .....	92
 <b>Conclusão</b> .....	<b>95</b>
 <b>Bibliografia</b> .....	<b>97</b>

## Introdução

A biologia, a ciência que estuda a vida e os organismos vivos, divide a classificação dos seres vivos em cinco reinos, sendo que o homem, os animais invertebrados, vertebrados, os mamíferos e as aves, fazem todos parte do mesmo reino, ou seja, do Reino Animal (*Animalia* ou Metazoa).<sup>1</sup> Daí ter optado por colocar no título “animais não-humanos” e não o termo vulgarmente utilizado, “animais”, fazendo assim a distinção entre os animais humanos e todos os outros animais distintos destes.

Nos primórdios da humanidade o comportamento do homem se assemelhava ao do animal não-humano. No paleolítico o animal humano era nómada e coletor, e caçava para sobreviver, mas com o tempo foi aperfeiçoando as suas técnicas e foi tentando dominar a natureza. Foi no período neolítico que o homem passou a domesticar os animais não-humanos, dedicou-se à agricultura, à pesca e à pecuária, e tornou-se sedentário.

Assim, desde da pré-história os animais não-humanos foram sendo utilizados pelos humanos para fins alimentícios, de meio de transporte e auxílio nas suas atividades, e também entretenimento. Hoje em dia, ainda que o papel destes se mantenha, é notória a crescente afeição humana para com os animais não-humanos, sendo considerados por muitos como membros da família.

Como iremos ver, ao longo da história da filosofia tem havido uma tendência para o predomínio de teses defensoras da existência de deveres indiretos ou morais por parte dos animais humanos em relação aos não-humanos, justificando-se por uma ideia de solidariedade, também pela ideia de inferioridade dos animais em comparação com os homens, nomeadamente por serem considerados seres irracionais e por terem um carácter essencialmente instrumental, ou seja, não passam de meros meios para servir os interesses do homem.

Houve uma grande viragem no pensamento ocidental com o contributo do utilitarismo, através da consagração do critério da senciência, e também com os avanços da neurociência, ou seja, com a constatação de que muitos dos animais não-humanos são seres conscientes, dotados da capacidade de sentir dor e prazer, sensações como o medo e a

---

<sup>1</sup> Vide NEVES, Helena Telino, “Breves Notas sobre a natureza jurídica do animal” in *Revista Jurídica Luso Brasileira*, ano 3, n.º 6, 2017, pp. 138-140.



ansiedade, além disso conseguem produzir memórias e agir com a finalidade de alcançar determinados objetivos, e ainda de agir de forma altruísta. Estes desenvolvimentos vieram trazer novas questões a nível do Direito, em especial acerca da sua qualificação jurídica, a temática central desta dissertação, dando particular interesse à sua evolução no nosso ordenamento jurídico e no Direito Civil.

No entanto, há uma grande resistência por muitos à adesão ao movimento animalista, isto justifica-se principalmente pelo facto de vivermos numa sociedade predominantemente especista, isto é, que discrimina arbitrariamente todas aquelas espécies que não pertencem à espécie humana, julgando estar no topo da cadeia alimentar.

Trataremos de perceber se os próprios direitos humanos contribuem para a defesa dos direitos dos animais, quer através de uma ideia de solidariedade não só entre humanos mas também para com os animais não-humanos, ou se eles também são dotados de dignidade tal como os seres humanos, ou se a dignidade é apenas um atributo humano.

De seguida, estudaremos o papel da União Europeia na defesa dos direitos dos animais, mais corretamente, na proteção do bem-estar dos animais, fundamentando-se na sua sentiência, sendo assim merecedores de respeito e consideração. Tendo vindo a legislar extensamente sobre esta matéria, inicialmente de forma indireta, ou seja, justificando-se na saúde das pessoas, e eventualmente diretamente sobre o bem-estar animal, reconhecendo-o enquanto princípio de DUE.

Depois de analisarmos sucintamente algumas disposições sobre os animais não-humanos nos vários ordenamentos jurídicos, estudaremos a evolução da proteção do bem-estar animal em Portugal, desde as Ordenações Manuais até a atualidade, sendo que tem a aumentar o número de diplomas nas últimas décadas, essencialmente por influência do DUE.

No Direito Constitucional não existe nenhuma norma de proteção direta do bem-estar animal, o que dificulta a aplicação efetiva das normas de criminalização dos maus tratos e abandono de animais de companhia. No Direito Penal, até a Lei n.º 69/2014, era apenas contra-ordenações a prática de atos violentos contra os animais de companhia.

A Lei n.º 8/2017 veio o Código Penal e o Código de Processo Civil, mas as principais alterações ocorreram no âmbito do Direito Civil. Esta veio alterar o estatuto jurídico dos animais, então, deixaram de serem coisas, questionando-se qual o seu novo estatuto, se é de sujeito de direito, *tertium genus*, ou continua a ser coisa.

# Capítulo I - O Estatuto dos Animais Não-humanos na Filosofia e na Ciência

## 1 - Os animais não-humanos e a filosofia

### 1.1 - Antiguidade Clássica

Desde sempre a filosofia preocupou-se em estabelecer a relação dos animais humanos com os não-humanos. Segundo a doutrina de Pitágoras (571 ou 570 a.C. - 497 ou 496 a.C.), após a morte do ser humano a sua alma transmigrava para um outro corpo, esse corpo poderia ser humano ou então animal, a este fenómeno designava de metempsicose. Por isso, os pitagóricos reconheciam um princípio segundo o qual não se devia matar nem ferir qualquer animal inocente, por conseguinte defendiam a abolição dos sacrifícios de animais em rituais religiosos e a conversão ao vegetarianismo, pois os pitagóricos receavam estar a sacrificar um antepassado reencarnado.

Já Aristóteles (382 a.C. - 322 a.C.) abandona o plano do indivíduo seguido pelos sucessores de Pitágoras, moldando o pensamento filosófico da relação entre os animais e os homens<sup>2</sup>, centrando-se no plano da *polis*, ou seja, do homem enquanto cidadão, membro de uma comunidade. Aristóteles classificava as pessoas e os seres em grupos (“escala dos seres”), sendo que as obrigações de cada indivíduo eram aferidas em função da sua própria natureza. Na base da pirâmide social estavam os escravos humanos<sup>3</sup>, considerando haver homens que são escravos por natureza, dado que têm uma “alma intelectual fraca”, porém superior a dos animais não-humanos que nem possuíam razão, apenas tinham um valor meramente instrumental.<sup>4</sup>

Segundo Aristóteles, todos os seres vivos possuem um “corpo”, estando a alma conectada aos sentidos do corpo, assim todos os seres vivos possuem uma faculdade vegetativa, mas só os animais e os homens têm uma faculdade locomotiva; porém, ao

---

<sup>2</sup> “Alegadamente, terá sido Aristóteles o responsável remoto da atitude de superioridade em relação aos animais que predomina em largos setores da sociedade ocidental.” Vide SILVA, Jorge Marques da, “Apontamentos sobre a ideia de animal na ciência e na filosofia” in *Revista Jurídica Luso Brasileira*, ano 3, n.º 6, 2017, pág. 163.

<sup>3</sup> Aristóteles afirmava que a escravatura não era apenas uma necessidade social, mas também uma “conveniência para ambas as partes”. Vide CABRAL, Filipe, *Fundamentação dos Direitos dos Animais - A existencialidade jurídica*, Alfarroba, Lisboa, 2016, pág. 31.

<sup>4</sup> Vide CABRAL, Filipe, *op. cit.*, pp. 29-35; SILVA, Jorge Marques da, *op. cit.*, pp. 162-164.

contrário dos homens, apenas alguns animais possuem uma faculdade sensitiva e imaginativa. Ou seja, os homens são os únicos que além de possuírem todas as faculdades da “alma”, também possuem “espírito”. O “espírito” ou “mente”, ou “alma intelectual”, é imortal, visto que mesmo depois da morte do corpo continua a existir; enquanto que a alma, com a exceção dos sonhos, passa o tempo no interior no corpo. O “espírito” vem de fora, logo os embriões não têm “espírito” mas já possuem “alma”. Então, os animais distinguem dos homens por não terem “espírito” e porque a maioria não tem as faculdades da “alma” na sua íntegra (faltam-lhes a “alma sensitiva e imaginativa”).<sup>5</sup>

Plutarco (46 d.C. - 120 d.C.) chegou a escrever três obras (*De Sollertia Animalium*, *Bruta Animalia Ratione Uti*, *De Esu Carnium*) que tratavam com maior pormenor a relação entre os homens e os animais. Na sua obra *De Sollertia Animalium*, atribui racionalidade aos animais não-humanos ao considerar que os animais terrestres são intelectivamente superiores aos animais aquáticos. Reconhecia que os animais eram seres dotados de sensibilidade e portanto racionais, embora uns fossem mais dotados do que outros. Em *Bruta Animalia Ratione Uti* procurou demonstrar a superioridade dos animais não-humanos em relação aos humanos. Em *Bruta Animalia Ratione Uti* e em *De Esu Carnium*, Plutarco critica a utilização dos animais para alimentação dos homens, em especial no terceiro escrito, dedicando-o a essa temática, defendendo o vegetarianismo, pois o ser humano não precisa de comer carne para sobreviver. Critica todo e qualquer tipo de uso de violência contra os animais, chegando a defender uma espécie de dever de benevolência de ordem universal. Também chegou a invocar o argumento da transmigração de almas de Pitágoras, mas não fundou a sua doutrina nesse argumento, apenas o utilizou para reforçá-la.

---

<sup>5</sup> Vide SANTANA, Héron José de, “Espírito animal e o fundamento moral do especismo” in *Revista Brasileira do Direito Animal*, ano 1, n.º 1, Jan/Dez 2006, pp. 39-41.

## 1.2 - Idade Média

Na Idade Média, predominavam os princípios do catolicismo, desvalorizando os animais não-humanos, assenta aqui a ideia de que o homem está num plano hierarquicamente superior ao animal, não dando importância, por exemplo, aos acontecimentos na Gênesis e na Arca de Noé<sup>6</sup>.

Neste período destacou-se a doutrina de São Tomás de Aquino (1225 - 1274), pelo qual foi profundamente influenciada pelo pensamento aristotélico. Tal como Aristóteles, afirmava que “todas as coisas que existem se integram numa ordem caracterizada pela perfeição - que a nova iluminação teológica, de resto, fazia pressupor”, ou seja, “o universo é o todo, e suas criaturas as partes que, em concurso ideal o compõem”. São Tomás defendia que cada criatura tinha fins próprios que se materializavam no resultado da respetiva atividade, isto segundo a ordem da perfeição, assim sendo “as criaturas menos nobres estão ao serviço das mais nobres”. O homem foi criado à imagem de Deus, logo “apenas e só o homem, mediante o exercício dos seus exclusivos poderes de cognição, logra alcançar o Criador”; é aqui que entra a “escala dos seres” de Aristóteles. Nestes termos, só pode haver ofensa a um animal não-humano apenas quando tal consubstancie um dano patrimonial na esfera do seu proprietário.

São Tomás não considerava existir deveres para com os animais, nem mesmo de caridade, pois além de o conceito de “caridade” ter como termo afim o de “amor ao próximo”, os animais não-humanos não se enquadram no conceito de “próximo”; além disso a caridade é uma forma de amizade, logo não se podia aplicar aos animais visto serem desprovidos de racionalidade, caracterizados pela mera sensibilidade, o que já não se sucede com os homens, logo os homens só têm deveres de caridade para com outros homens.<sup>7</sup>

Apesar da desconsideração dos animais, estes chegaram a ser réus e arguidos em processos judiciais, não só ao longo desta época, embora com mais frequência, mas também nas épocas seguintes. Por exemplo, em 1389, foi intentada uma ação em Coire, na França,

---

<sup>6</sup> Filipe Cabral, na obra citada, fala na indiferença de Jesus Cristo em relação aos animais, dá o exemplo do episódio em que transfere os demónios alojados num só homem para uns dois mil porcos e depois lança-os de um precipício, mas o “genocídio era verdadeiramente escusado”, visto que poderia expulsar os demónios sem transferir para outras criaturas (pág. 42). Com efeito, “a ideia subjacente aos quatro Evangelhos é que Deus envia o seu filho à Terra para salvar o homem e só este” (pág. 43).

<sup>7</sup> Vide CABRAL, Filipe, *op. cit.*, pp. 45-49; TAVARES, Raul, “O princípio da igualdade na relação do homem com os animais” in *Revista Brasileira do Direito Animal*, ano 6, n.º 8, Jan/Jun 2011, pp. 225-226.

contra larvas acusadas de “penetrarem na terra e atacarem as raízes das plantas, causando a sua morte”, e seguiram todas as formalidades judiciais, tendo sido citadas, e tiveram um advogado e um procurador. Neste caso, o tribunal decretou que as larvas, sendo criaturas de criação divina, “tinham direito à vida e que seria injusto privá-las de meios de subsistência, devendo ser relegadas para uma região remota onde não devastassem as culturas”. Um outro caso sucedeu-se em 1451, o caso das sanguessugas do lago de Berna, sendo algumas capturadas para serem apresentadas em tribunal, foram condenadas a abandonar o lago, tendo sido executadas as sanguessugas presentes, as ausentes não cumpriram com a intimação tendo sido fulminadas com um anátema.

Estes processos judiciais justificavam-se pelo facto de os animais terem “alma”, e assim de certa forma “consciente” da diferença entre o bem e o mal, os animais tanto podiam ser vistos como criaturas de Deus, ou então como flagelos divinos<sup>8</sup>, daí que em muitos casos fossem excomungados, ou então, amaldiçoados.<sup>9</sup>

### 1.3 - Renascimento

O Renascimento foi marcado, na esteira do cristianismo, pela visão mecanicista de René Descartes (1596 - 1650), segundo o qual considera o universo uma máquina destituída de qualquer intencionalidade, isto é, tudo é regido pelas leis da física, com a exceção dos homens, pois possuem mente (alma). Dentro deste raciocínio, os animais não-humanos apenas se compõe de matéria, logo na lógica cartesiana são meras máquinas ou autómatos, incapazes de sentir dor<sup>10</sup> ou prazer. Não nega que não tenham sensações, chega mesmo a graduar essas sensações (as de grau 1 consistem na resposta dos órgãos sensoriais ao meio; as de grau 2, na constatação instantânea em resposta a um estímulo; de grau 3, na apreciação dos estímulos sensoriais), simplesmente não têm capacidade de ter pensamentos sobre essas mesmas sensações.

---

<sup>8</sup> A título exemplo, na Bíblia é mencionada a praga dos gafanhotos, a oitava praga das dez pragas que Deus infligiu sobre o Egito, de modo a libertar os judeus (Êx 10:12-15).

<sup>9</sup> Vide SILVA, Jorge Marques da, *op. cit.*, pp. 164-166.

<sup>10</sup> “O som emitido por um animal em situação de aparente sofrimento não seria diferente do som emitido por um instrumento musical”. Vide TAVARES, Raul, “O princípio da igualdade na relação do homem com os animais” in *Revista Brasileira do Direito Animal*, ano 6, n.º 8, Jan/Jun 2011, pág. 226.

Descartes justifica a falta de alma racional dos animais não-humanos, em primeiro lugar, pelo facto de serem incapazes de expressar os seus pensamentos através da linguagem, ainda que haja animais, como por exemplo, os papagaios, que são capazes de articular palavras, porém só o fazem porque os homens os ensinam, não é a reprodução do seu próprio raciocínio; ao contrário do ser humano que tem um amplo escopo de ações possíveis, os animais estão adstritos, conforme a sua natureza, a um conjunto limitado de ações.

O “pai da filosofia moderna” (Descartes) recorre, para explicar a complexa natureza mecanicista dos animais e refutar o argumento de que os animais possuem consciência, ao princípio geral da Parcimónia, cujo significado literal é “menos é melhor”, assim deve-se rejeitar qualquer outro pressuposto que não seja o de que o animal é uma máquina.

John Cottingham critica a posição cartesiana pelo facto de este reconhecer aos animais algumas sensações, como a raiva, o medo, a alegria, mas recusa a reconhecer-lhes consciência. Porém, Tom Regan diz que Descartes viria essas manifestações como fenómenos de grau 1, ou seja, meramente físicos, e assim ausentes de consciência.<sup>11</sup>

#### **1.4 - Iluminismo**

Entre os vários opositores de Descartes, temos La Mettrie (1709 - 1751), que criticava a utilização do Princípio da Parcimónia feita por Descartes e defendia que o recurso a esse princípio implicava a sua extensão aos seres humanos, em sua defesa Descartes invoca o argumento da linguagem, argumento hoje facilmente refutável, como iremos ver, visto que muitos animais tem a sua própria linguagem e foi possível ensinar a primatas a linguagem gestual, e assim haver uma comunicação entre ambas as espécies.<sup>12</sup>

Já Ralph Cudworth (1617 - 1688) defendia que os animais eram mais parecidos com os seres humanos do que com máquinas, e tal como nós possuíam almas, porém o seu conceito de alma era mais amplo do que o cartesiano, caracterizando-se pela auto-atividade (“a capacidade de uma entidade determinar o seu próprio movimento e ação”) e a subjetividade, que acompanha os seres mais ativos, logo quanto mais ativos forem maior o seu nível de

---

<sup>11</sup> Vide CABRAL, Filipe, *op. cit.*, pp. 50-54; RODRIGUES, Diogo Luiz Cordeiro, “Legitimação dos direitos dos animais” in *Revista Brasileira do Direito Animal*, ano 5, n.º 6, Jan/Jun 2007, pp. 259-261; SILVA, Jorge Marques da, *op. cit.*, pp. 166-169; TAVARES, Raul, *op. cit.*, pp. 226-227.

<sup>12</sup> Vide SILVA, Jorge Marques da, *op. cit.*, pág. 170.

consciência da sua própria dor e prazer. A seu ver, os animais eram inferiores aos seres humanos, o que fazia com que incumbisse aos segundos deveres morais para com eles.<sup>13</sup>

Um dos principais contestadores à visão mecanicista de Descartes foi Voltaire (1694 - 1778), segundo o qual considerava uma “ingenuidade” e “pobreza de espírito” afirmar que os animais são “máquinas privadas de conhecimento e de sentimentos”, que atuam sempre da mesma forma, e conseqüentemente, incapazes de aprenderem e de se aperfeiçoarem. O filósofo reconhece que os animais têm a capacidade de sentir e transmitir esses mesmos sentimentos, dá o exemplo da aflição que o cão sofre quando perdeu o seu dono e a sua alegria quando o reencontra.<sup>14</sup>

David Hume (1711 - 1776) afirma que, na esteira do pensamento utilitarista, os animais são seres vivos dotados de sensações, capazes sentir dor e prazer. Nas suas obras, nomeadamente o *Tratado da Natureza Humana* (1739/40) e a *Investigação sobre o entendimento humano* (1748), Hume faz uma análise comparativa das faculdades cognitivas dos seres humanos com a dos animais e conclui que ambos os comportamentos têm na sua causalidade a racionalidade, ambos têm uma natureza instintiva, pois fundamentam os seus comportamentos na experiência que consiste em impressões sensoriais registadas na memória, que surgem em ligação causal com outras, assim não estamos perante um juízo analítico mas sim intelectual, pois nem o ser humano consegue compreender a conexão real entre os fenómenos, o raciocínio será intuitivo, será baseado num “hábito”<sup>15</sup> intelectual adquirido através da sua própria experiência.

Hume também sustenta que enquanto comunidade temos para com os animais deveres de justiça, isto é, é do interesse público a proteção não só dos indivíduos que possuem um certo grau de igualdade, mas também aqueles que estão numa situação de desigualdade, ou seja, são incapazes de se autoprotegerem, incluindo-se aqui os animais. Porém, não lhes atribuí quaisquer direitos, liberdades ou garantias, apenas existe a obrigação de os homens tratarem-nos com “brandura”.<sup>16</sup>

---

<sup>13</sup> *Ibidem*, pp. 170-174.

<sup>14</sup> *Vide* VOLTAIRE, *Dicionário Filosófico* (1764), Edição Online, Livros Grátis, 2001, pág. 127; CABRAL, Filipe, *op. cit.*, pp. 55-56.

<sup>15</sup> *Vide* CABRAL, Filipe, *op. cit.*, pp. 58.

<sup>16</sup> *Ibidem*, pp. 57-60.

Nesta época sobressaiu-se Kant (1724 - 1804), debruçando-se também sobre a temática dos animais, defendendo que estes, ao contrário do homem, não têm valor intrínseco, logo não têm dignidade, não possuem auto-consciência, tendo somente um valor instrumental, o que significa que meramente existem como meios para prosseguir um fim, que é o homem, sendo assim considerados coisas. No entanto, o homem tem para com os animais deveres, não diretos, mas sim indiretos, por haver uma inclinação por parte do homem para a crueldade, condenando o filósofo a “crueldade gratuita”<sup>17</sup>, o que significa que só é justificável a crueldade praticada relativamente aos animais desde que o homem procure “resultados proveitosos”<sup>18</sup>. Então segundo Kant, os animais “servem apenas para objetos da edificação moral da conduta humana, pelo exercício de deveres indiretos”<sup>19,20</sup>.

## 1.5 - Positivismo

Darwin (1809 - 1882) com a sua obra *A Origem das Espécies*, publicada em 1859, apresenta a teoria da evolução, segundo o qual as espécies não são produto da criação por parte de uma entidade divina (criacionismo), mas são resultado de uma morosa transformação evolutiva que remonta há milhares de anos. Em 1871, na sua obra *A Origem do Homem e a Seleção Sexual*, Darwin procura demonstrar que tanto o homem como as demais espécies originam de uma espécie precedente e compartilham antecedentes com outras espécies que atualmente existem. Porém, o que distingue o homem das restantes espécies é a consciência moral, não a considerando necessariamente como uma característica exclusiva humana, mas como a decorrente da junção de dois elementos: o instinto social e a capacidade intelectual. O primeiro consiste na convivência com os membros da mesma espécie, na compaixão que sentem uns pelos outros; já o segundo o de fazer surgir, por exemplo, a linguagem. Então, seja qual for a espécie, o sentido moral poderá surgir e assim desenvolver-se só através do progresso da sua faculdade intelectual.<sup>21</sup>

---

<sup>17</sup> *Ibidem*, pág. 65.

<sup>18</sup> *Ibidem*, pág. 66.

<sup>19</sup> Vide ARAÚJO, Fernando, *A Hora dos Direitos dos Animais*, Almedina, Coimbra, 2003, pág. 336.

<sup>20</sup> Vide RODRIGUES, Diogo Luiz Cordeiro, *op. cit.*, pp. 262 e 263; CABRAL, Filipe, *op. cit.*, pp. 64-68; ARAÚJO, Fernando, *op. cit.*, pág. 21.

<sup>21</sup> Vide CABRAL, Filipe, *op. cit.*, pp. 74-82.



Por conseguinte, começa a haver uma viragem no pensamento e começa-se a falar da atribuição de direitos aos animais. John Lawrence (1753 - 1839) critica a concepção de deveres morais para com os animais não-humanos e defende a sua proteção através da atribuição de direitos, acrescenta que tanto os animais humanos e não-humanos são “dotados de vida, inteligência e sensibilidade”<sup>22</sup>, e que só através da criação, pelo Estado, de normas de proteção é que esses direitos serão verdadeiramente respeitados. No entanto, o autor não consegue assentar um sentido de justiça para todos os animais, visto que permite que o homem possa, a título de exemplo, matá-los ou comê-los, pondo em causa a sua afirmação de que eles têm um direito à vida.<sup>23</sup>

Segundo Edward Nicholson (1849 - 1912) o homem assemelha-se aos restantes animais, podendo apenas matá-los em situações de sobrevivência, desde que de forma “rápida, indolor e furtiva”<sup>24</sup>. Todavia, o autor peca por pressupor que o homem precise dos animais para sobreviver, sabendo que o homem pode perfeitamente viver sem incorporá-los na sua alimentação, e também peca por aceitar a matança de animais como meio de entretenimento (ex. caça à raposa).<sup>25</sup>

Henry Salt (1851 - 1939) foi um grande defensor dos direitos dos animais não-humanos e através da sua obra, *Animals' Rights, Considered in Relations to Social Progress* (1894), critica a vivissecção<sup>26</sup> e o especismo praticado pela espécie humana. Seguindo a teoria de Herbert Spenser, Salt defende que tanto os direitos dos animais como os direitos humanos fundamentam-se em direitos básicos, nomeadamente de justiça, igualdade e liberdade, fundando a sua posição na teoria da evolução e no facto de alguns animais apresentarem ter capacidades sensitivas e intelectivas, refutando assim o argumento de que os animais carecem de uma concepção moral.<sup>27</sup>

Salt, ao contrário de Lawrence e Nicholson, não incorre no erro de limitar excessivamente os direitos dos animais, apesar de admitir que quer os direitos humanos como

---

<sup>22</sup> *Ibidem*, pág. 83.

<sup>23</sup> *Ibidem*, pp. 83-84.

<sup>24</sup> *Ibidem*, pág. 85.

<sup>25</sup> *Ibidem*, pp. 84-86.

<sup>26</sup> Consiste no ato de dissecar animais vivos a fim de se estudar a sua anatomia e fisiologia.

<sup>27</sup> *Ibidem*, pp. 86-88.

os dos não-humanos são limitados, não permitindo que sejam utilizados para fins alimentícios ou lúdicos, considerando o sofrimento dos animais injustificável, ainda que seja em nome do progresso científico.<sup>28</sup>

## 1.6 - Contratualismo

Segundo esta teoria, na origem do Estado e da sociedade está um contrato social que consiste num acordo entre os membros da comunidade, regulando a sua convivência em sociedade e reconhece uma autoridade, a qual por sua vez tem o dever de proteger os seus membros. Entre os principais defensores da teoria do contrato social ou da obrigação política, temos John Locke (1632 - 1704), Thomas Hobbes (1588 - 1679), Jean-Jacques Rousseau (1712 - 1778) e mais recentemente por John Rawls (1921 - 2002).

Os defensores desta teoria sustentam que pelo facto de os animais serem irracionais e não serem livres, eles não podem participar no contrato social.<sup>29</sup> Para além disso, não podem ser imputáveis, responsabilizados e carecem de autonomia moral<sup>30</sup>, pois são incapazes de celebrar contratos, de se auto-representar, de expressar a sua própria vontade de uma forma inteligível, tornando-os assim “insuscetíveis de um estatuto moral pleno e da capacidade de gozo de direitos”<sup>31</sup>. No entanto, isto não exclui a existência de deveres para com os animais, contudo são deveres indiretos, pois não se repercutam diretamente na esfera do animal, mas consistem ocasionalmente numa lesão direta no património do seu proprietário, então “os deveres indiretos para com os animais são deveres diretos para com os seres humanos”.<sup>32</sup>

Esta teoria é criticada por ser fundamentada por concepções especistas e homocêntricas, por assentar no pressuposto de que apenas aos homens deve-lhes ser reservada as categorias de direitos e deveres, também por estar ultrapassado o argumento de que os animais não são racionais, podem sempre ser sujeitos a representação. Existe também

---

<sup>28</sup> *Ibidem*, pp. 89-90.

<sup>29</sup> Vide PEREIRA, André Gonçalo Dias, “Tiro aos Pombos” – Jurisprudência Criadora de Direitos in *ARS IUDICANDI - estudos em Homenagem ao Prof. Doutor António Castanheira Neves*, Vol. II, Coimbra Editora, Coimbra, 2010, pág. 550.

<sup>30</sup> Vide ARAÚJO, Fernando, *op. cit.*, pág. 191.

<sup>31</sup> *Ibidem*, pág. 192.

<sup>32</sup> *Ibidem*, pág. 337.

uma desconsideração sobre um vasto conjunto de casos (“casos marginais”), como o dos nascituros, pelo qual a Lei reconhece alguns direitos mas não deveres, as pessoas que se encontram em coma, por exemplo, as que sofrem de paralisia cerebral ou de uma anomalia psíquica grave.<sup>33</sup> Nestes casos, tal como os animais, são naturalmente incapazes por eles próprios de intervir na celebração de negócios jurídicos, sendo que esta teoria tem maioritariamente em consideração os casos de seres humanos com plena capacidade de gozo e de exercício.

## 1.7 - Utilitarismo

O utilitarismo surgiu no século XVIII com o contributo de autores como Francis Hutcheson (seu pioneiro), David Hume (ver 1.4), Adam Smith, Jeremy Bentham, Stuart Mill, Henry Sidgwick e mais atualmente por R. M. Hare, e Peter Singer.

Jeremy Bentham (1748 - 1832) foi o principal protagonista no utilitarismo clássico, defendendo a ideia de que existe um valor positivo (bem) e um negativo (mal), sendo que o primeiro relaciona-se com o prazer e o segundo com a dor, pondo em prática o princípio da utilidade<sup>34</sup> (felicidade) devera-se maximizar o prazer e reduzir a dor.<sup>35</sup>

As primeiras leis de proteção de animais, Martin’s Act (em 1822, na Inglaterra) e a Lei Grammont (em 1850, na França), parecem ter sido inspiradas por este movimento, mas na prática aproximam-se mais da posição kantiana, visto que se limitam a proibir o tratamento cruel do gado, no caso da primeira, e na segunda dos animais domésticos mas em via pública.<sup>36</sup>

Em 1975, Peter Singer publicou a sua obra, *Animal Liberation: A New Ethics for Our Treatment of Animals*, considerada o pilar do movimento animalista. Singer norteia a sua doutrina nas concepções de igualdade e de interesse, assim sendo, a igualdade é um conceito moral, não biológico, pois consiste na consideração igualitária de todos os interesses a serem

---

<sup>33</sup> *Ibidem*, pp. 192-196, 336-337.

<sup>34</sup> “Por princípio de utilidade entende-se aquele princípio que aprova ou desaprova qualquer ação, segundo a tendência que tem a aumentar ou a diminuir a felicidade da pessoa cujo interesse está em jogo”. *Vide* BENTHAM, Jeremy, *Uma Introdução aos Princípios da Moral e da Legislação*, Abril Cultural, São Paulo, 1979, pág. 10.

<sup>35</sup> *Vide* SILVA, Jorge Marques da, *op. cit.*, pág. 175.

<sup>36</sup> *Vide* SILVA, Jorge Marques da, *op. cit.*, pág. 175.

considerados, já o interesse consiste nos desejos ou preferências de cada indivíduo. Então, tendo em conta o princípio da igualdade na consideração de interesses formulado por Singer, devemos ponderar “interesses iguais de forma igual, independentemente do respetivo titular”<sup>37</sup>, não se aplicando apenas nas relações entre humanos, como também nas relações entre humanos e não-humanos.<sup>38</sup>

Singer evidencia a capacidade de sofrer dos animais não-humanos, logo se sofrem também têm de ter interesse no seu não-sofrimento. Assim, conclui que são seres sencientes pois têm a capacidade de sentir prazer mas também de sentir dor, de forma consciente, refutando os argumentos da irracionalidade dos animais, da falta de autonomia e o da linguagem, considerando a capacidade de senciência o critério de consideração ética, portanto são sujeitos morais.<sup>39</sup>

Ao contrário das teorias anteriormente desenvolvidas, o autor defende a existência de verdadeiros deveres diretos para com os animais não-humanos, baseando-se em dois princípios norteadores do utilitarismo: o princípio máximo de igualdade e o mínimo de igualdade; o primeiro será alcançado com a satisfação de um maior número de seres sencientes; o segundo impõe que tratemos interesses diferentes de forma diferente.<sup>40</sup>

Singer adotou o termo especismo, analogia ao racismo, para se referir à discriminação de interesses de indivíduos de outras espécies, em relação aos iguais interesses dos indivíduos da sua própria espécie.<sup>41</sup>

Também faz uma diferenciação entre seres autoconscientes e seres conscientes, sendo os primeiros as pessoas que “têm consciência de si como entidades distintas, com um passado e um futuro”; já os segundos são todos aqueles com a capacidade da senciência, isto é, de sentir satisfação e sofrimento, mas não de ter experiências auto-reflexivas.<sup>42</sup> Só os seres

---

<sup>37</sup> Vide CABRAL, Filipe, *op. cit.*, pág. 91.

<sup>38</sup> Vide ARAÚJO, Fernando, *op. cit.*, pág. 339; CABRAL, Filipe, *op. cit.*, pp. 91-93; SILVA, Jorge Marques da, *op. cit.*, pp. 175-176.

<sup>39</sup> Vide PEREIRA, André Dias, *op. cit.*, pág. 550; CABRAL, Filipe, *op. cit.*, pág. 93; SILVA, Jorge Marques da, *op. cit.*, pág. 175.

<sup>40</sup> Vide CABRAL, Filipe, *op. cit.*, pp. 91-92; CORTINA, Adela, “Las Fronteras de la Persona: El valor de los animales”, *La dignidad de los humanos*, Taurus Pensamiento, Madrid, 2009, pág. 117.

<sup>41</sup> Vide CABRAL, Filipe, *op. cit.*, pág. 94; SILVA, Jorge Marques da, *op. cit.*, pág. 175.

<sup>42</sup> Vide SINGER, Peter, *Ética Prática* (trad. Álvaro Augusto Fernandes), 2.<sup>a</sup> ed., Gradiva, 2002, pág. 19; CABRAL, Filipe, *op. cit.*, pág. 97.

autoconscientes têm consciência de um futuro próximo, ou seja, moldam as suas vidas de forma a prosseguirem objetivos de médio e longo prazos, e assim alcançarem o fim último que é a felicidade (utilitarismo de preferências). Entretanto no utilitarismo hedónico, a felicidade consiste no desfrute de prazer, não dando mais importância, por exemplo, à morte de um ser autoconsciente do que a um apenas consciente, não quer saber se esse ser tem ou não preferência na continuação da própria vida. O utilitarismo clássico dava especial importância à vida das pessoas pelo facto de elas anteciparem a própria morte e pelos efeitos causados na esfera afetiva dos demais; por isso, Singer defende que a vida autoconsciente tem mais valor do que a consciente.<sup>43</sup> No conceito de ser autoconsciente, não inclui apenas as pessoas, mas também alguns primatas, nomeadamente os gorilas, os chimpanzés e os orangotangos, os golfinhos e as baleias (“pessoas não-humanas”<sup>44</sup>), e ainda coloca a possibilidade de alargar o conceito a todos os mamíferos.<sup>45</sup> Na ótica de Singer, “um verdadeiro ser humano” apresenta “indicadores de humanidade”, entre esses a “consciência de si, autocontrole, senso de futuro e passado, capacidade de relacionar-se com os outros, preocupação com os outros, comunicação e curiosidade”<sup>46</sup>.

Não obstante dos seus notáveis contributos, esta doutrina vários vícios. Em primeiro lugar, tendo em conta que se trata de uma teoria consequencialista, defendendo que a finalidade das nossas ações é a felicidade, sendo numa das versões do utilitarismo definida como o usufruto de prazer, noutra como a capacidade de satisfazerem as suas preferências, assumindo de qualquer uma das formas o egoísmo enquanto premissa. Então, se cada pessoa procura a sua própria felicidade, torna-se complicada a aplicação prática do princípio da igualdade na consideração de interesses. Singer contra-argumenta com a teoria do observador ideal, defendendo uma perspectiva imparcial dos interesses em jogo. Porém, esse argumento não se enquadra na lógica utilitarista, visto defender a existência de deveres diretos dos

---

<sup>43</sup> Vide SINGER, Peter, *op. cit.*, pp. 19, 110-115; CABRAL, Filipe, *op. cit.*, pp. 97-102; SILVA, Jorge Marques da, *op. cit.*, pág. 176.

<sup>44</sup> Vide CABRAL, Filipe, *op. cit.*, pág. 102.

<sup>45</sup> Vide SILVA, Jorge Marques da, *op. cit.*, pág. 176; CABRAL, Filipe, *op. cit.*, pág. 102; SINGER, Peter, *op. cit.*, pp. 136-138.

<sup>46</sup> Vide SINGER, Peter, *op. cit.*, pág. 97.

animais humanos em relação aos não-humanos.<sup>47</sup> Para além disso, é “espinhosa” a tarefa de investigação das preferências dos animais.<sup>48</sup>

Outro problema é que “para o utilitarismo têm valor as preferências dos indivíduos que as possuem, e não os indivíduos em si mesmos”, portanto, “nega todo e qualquer valor intrínseco aos indivíduos”, assim, uma pessoa numa situação de risco, pode ver a sua própria vida comprometida em prol da maximização do bem-estar agregado.<sup>49</sup>

Gary Francione critica o protagonismo que é dado a dor, tendo em conta que esta está associada a um mecanismo de preservação da vida, e também ao prazer que por sua vez contribui para “uma vida qualitativamente boa”, não passando de meros estados secundários dos seres conscientes, isto posto, o ponto fulcral deverá ser a vida consciente.<sup>50</sup>

O utilitarismo de preferências é criticado por Dworkin por não fazer “um juízo de valor entre as preferências, logo, uma sociedade utilitarista poderia cancelar preferências preconceituosas (externas) da maioria, mesmo que não tenham nada a ver com o modo de vida escolhido para si”. Nestes termos, o utilitarismo pode colocar em causa a própria essência de um Estado de Direito por não impor “uma concepção particular de bem aos cidadãos, mas sim em assegurar-lhes as salvaguardas e os mecanismos sociais básicos para que cada um persiga seu próprio ideal de vida”.<sup>51</sup>

## 1.8 - Tese dos Direitos

Na tentativa de transcender as falhas do utilitarismo e das teses indiretas, surge a tese dos Direitos (*The Rights View*) defendida por Tom Regan e G. Francione (“abolicionismo animal”). Sob esse prisma, tal como o utilitarismo, sustentam a existência de deveres diretos face aos animais não-humanos; porém afirmam que a moral não depende do “valor das

---

<sup>47</sup> Vide SILVA, Jorge Marques da, *op. cit.*, pág. 176; SINGER, Peter, *op. cit.*, pág. 19; CABRAL, Filipe, *op. cit.*, pp. 103 e 104; RODRIGUES, Diogo Luiz Cordeiro, *op. cit.*, pp. 273-274.

<sup>48</sup> Vide RODRIGUES, Diogo Luiz Cordeiro, *op. cit.*, pág. 277.

<sup>49</sup> Vide CABRAL, Filipe, *op. cit.*, pág. 105; RODRIGUES, Diogo Luiz Cordeiro, *op. cit.*, pág. 274.

<sup>50</sup> Vide RODRIGUES, Diogo Luiz Cordeiro, *op. cit.*, pág. 275.

<sup>51</sup> *Ibidem*, pág. 277.

consequências mas do apropriado e respeitoso tratamento do indivíduo”, aproximando-se ao pensamento kantiano.<sup>52</sup>

Segundo Tom Regan (1938 - 2017), todos os indivíduos possuem igual valor inerente, ou seja, o valor moral fundamental não está nos interesses dos indivíduos (utilitarismo das preferências), mas nos próprios indivíduos, são fins de si mesmos (Kant), não podendo ser tratados como meios (princípio do respeito). Ao contrário de Kant, não reconhece um valor intrínseco apenas aos agentes morais, isto é, às pessoas com capacidade moral, mas sim aos sujeitos-de-uma-vida, definindo-os na sua obra, *The Case for Animal Rights* (1983), como “criaturas conscientes que possuem um bem-estar individual que tem importância para nós independente da nossa utilidade para os outros”<sup>53</sup>. Então, são sujeitos-de-uma-vida todos os seres humanos e também alguns animais, como é o caso dos mamíferos, não excluindo, ao contrário do de Singer, as aves e os peixes. Só através da adoção de um princípio moral de igualdade, isto é, a necessidade de atribuição de direitos morais também aos animais considerados sujeitos-de-uma-vida, é que se consegue a justificação dos direitos dos animais. Todos estes têm direitos morais básicos, incluindo o direito à vida, à liberdade e à integridade física, portanto devem ser abolidas todas as formas de exploração dos animais não-humanos, como por exemplo, as indústrias das peles de animais, pecuárias, de comércio jurídico animal.<sup>54</sup>

Das críticas apresentadas a teoria dos direitos subjetivos de Regan destaca-se: o facto de invalidar a sua presunção de igualdade absoluta dos indivíduos ao basear “o valor inerente dos indivíduos em um conjunto de características subjetivamente variáveis”<sup>55</sup>; outra crítica decorre da interpretação do princípio do respeito, uma vez que implica duas obrigações, a de não causar danos e à assistência, porém este faz distinção entre agentes e pacientes morais, sendo que os agentes morais por terem a tal capacidade moral são quem cometem injustiças,

---

<sup>52</sup> Vide PEREIRA, André Dias, *op. cit.*, pág. 550.

<sup>53</sup> Vide REGAN, Tom, *The Case for Animal Rights*, University of California Press, Berkeley/LA, 1983, pág. 70.

<sup>54</sup> Vide PEREIRA, André Dias, *op. cit.*, pág. 550; OLIVEIRA, Gabriela Dias de, “A teoria dos direitos animais humanos e não-humanos, de Tom Regan” in *Ethic@*, Vol. 3, n.º 3, Florianópolis, Dez 2004, pp. 284, 286 e 287; CABRAL, Filipe, *op. cit.*, pp. 117-129; SILVA, Jorge Marques da, *op. cit.*, pp. 176; RODRIGUES, Diogo Luiz Cordeiro, *op. cit.*, pp. 279 e 280; REGAN, Tom, “Animal Rights Nation” in *Revista Brasileira do Direito Animal*, ano 1, n.º 1, Jan/Dez 2006, pág. 9.

<sup>55</sup> Vide CABRAL, Filipe, *op. cit.*, pág. 137.

logo só haverá dever de assistência em casos de violação de direitos por um agente moral<sup>56</sup>. Além disto, não consegue justificar satisfatoriamente a solução apresentada no caso do bote salva-vidas, em que após um naufrágio estão num bote a afundar-se, quatro seres humanos adultos e um cão, aplicando o princípio do worse-off, a sua proposta consiste em atirar o cão borda fora, visto que o cão tem menos a perder do que os seres humanos, no entanto está a pôr em causa “a igualdade categórica entre todos os indivíduos dotados de valor inerente”, visto que a violação que está em causa é o do direito à vida.<sup>57</sup> Faria, por exemplo, mais sentido justificar essa escolha pelo facto o tempo médio de esperança de vida de um cão (13 anos) ser muito inferior do que a de um ser humano (80 anos).

Já Francione tem uma posição mais radicalista, defendendo uma mudança estatutária dos animais, mais precisamente através da atribuição de personalidade jurídica aos animais (ver capítulo V). Enquanto os animais forem considerados juridicamente objetos de direitos, continuarão a ser vistos pela sociedade apenas pelo seu valor económico.<sup>58</sup>

## **2 - A Ideia de Animal na Ciência**

Com os avanços da ciência, em especial da neurociência, foi possível desmistificar as teorias de que os animais são seres irracionais. Tendo em conta as incontestáveis conclusões de que muitos dos animais não-humanos são dotados de consciência, a comunidade científica numa Conferência sobre a Consciência em Animais Humanos e Não-humanos, realizada em Cambridge, Reino Unido, a 7 de julho de 2012, declarou que: “A ausência de um neocórtex não parece impedir que um organismo experimente estados afetivos. Evidências convergentes indicam que os animais não humanos têm os substratos neuroanatômicos, neuroquímicos e neurofisiológicos de estados de consciência, juntamente com a capacidade de exibir comportamentos intencionais. Consequentemente, o peso das evidências indica que os humanos não são os únicos a possuir os substratos neurológicos que geram a consciência.

---

<sup>56</sup> Vide CABRAL, Filipe, *op. cit.*, pp. 137-140; OLIVEIRA, Gabriela Dias de, *op. cit.*, pp. 291-293.

<sup>57</sup> Vide CABRAL, Filipe, *op. cit.*, pág. 140-143.

<sup>58</sup> Vide RODRIGUES, Diogo Luiz Cordeiro, *op. cit.*, pp. 280-282.



Animais não humanos, incluindo todos os mamíferos e as aves e muitas outras criaturas, incluindo polvos, também possuem esses substratos neurológicos.”<sup>59</sup>

O português António Damásio teve um papel determinante para o alcance destas conclusões. Identificou que alguns animais, como os primatas, aves e répteis, tal como os seres humanos, possuem o patamar da consciência nuclear, ou seja, têm os “mecanismos neurológicos mais básicos como a regulação básica da vida, emoções e sentimentos”. Os mamíferos superiores possuem também uma consciência alargada, sendo assim capazes de verdadeiros comportamentos “empáticos” e “altruístas”, dando o exemplo dos cães, dos primatas e dos golfinhos. Porém, as emoções também são comuns a muitos outros animais, como por exemplo a mosca.<sup>60</sup>

Com estas constatações, abre-se o debate de saber se os animais não-humanos devem continuar a ser vistos enquanto objetos de direito, visto que alguns animais são dotados de consciência e faculdades mentais típicas dos animais humanos<sup>61</sup> (ver capítulo V).

Apesar da contribuição da neurociência, isto não quer dizer que a própria comunidade científica, tendo em conta tais constatações, trate os animais não-humanos da mesma forma que trata os animais humanos, pelo contrário, tratam-lhes como “cobaias”, sendo feita nos mais variados setores, com por exemplo, na toxicologia, na educação, na cosmética, na moda, em farmácia e na indústria armamentista.<sup>62</sup>

Desde há muito que os utilizam como testes de laboratório em nome do progresso científico, enquanto alternativa à experimentação em humanos, justificando a sua prática no seu contributo para um “bem maior”. Porém, é uma justificação fraca, especialmente no que diz respeito aos produtos de beleza e cosmética, pois o sofrimento dos animais jamais será inferior ao benefício de, por exemplo, uma pessoa ter uma pele mais suave. Nestas circunstâncias não é justificável o recurso à experimentação em animais, sendo proibida nestes casos na União Europeia e na Índia. No entanto, países como a China ainda não

---

<sup>59</sup> Vide Declaração de Cambridge sobre a Consciência Animal (07/09/2012). Disponível em: <http://www.ihu.unisinos.br/noticias/511936-declaracao-de-cambridge-sobre-a-consciencia-em-animais-humanos-e-nao-humanos>.

<sup>60</sup> Vide REIS, Maria Quaresma dos, “O papel da ciência na ascensão do Direito Animal e no reconhecimento de direitos aos animais - uma perspetiva comparativista” in *Direito (do) Animal*, Reimpressão, Almedina, Coimbra, 2016, pp. 213-214.

<sup>61</sup> *Ibidem*, pág. 214.

<sup>62</sup> Vide VARGAS, Janaine Machado dos Santos Bertazo e CERVI, Taciana Marconatto Damo, “Direito dos Animais Não Humanos versus Cultura Acadêmica: A Experimentação Científica em Questão” in *Revista do Instituto do Direito Brasileiro*, ano 1, n.º 4, 2012, pp. 2453-2455.

proibiram essa prática, sendo que se essas empresas quiserem vender na China terão que realizar testes em animais ou então ter um terceiro a fazê-lo, muitas das marcas de beleza não sediadas em países em que a experimentação foi abolida, não são “cruelty free”, a fim de vender os seus produtos na China, um dos maiores mercados mundiais consumidores de produtos de beleza<sup>63</sup>. Mesmo sendo “cruelty free”, não sendo vegan<sup>64</sup>, muitas dessas empresas estão a compactuar com outras indústrias que impõem sofrimento nos animais, nomeadamente as marcas que vendem pestanas falsas com pêlos de vison<sup>65</sup> e as que vendem produtos que têm carmim<sup>66</sup>, normalmente sombras de olhos e batons, pois é um pigmento vermelho extraído a partir do esmagamento de insetos (as cochonilhas).

No final do século XX, Bauman declarou que, “a evolução no uso de animais na década de 70 foi, em geral, ascendente, tendo posteriormente sofrido declínio e, atualmente verifica-se um aumento no número de experimentos em razão de uso de animais geneticamente modificado”<sup>67</sup>. No entanto, apesar da sua prática regular, organizada e progressiva, nos tempos modernos, os testes em animais remontam à antiguidade humana, mas não era de forma tão frequente.

Note-se que o recurso à experimentação animal é incompatível com a Declaração Universal dos Direitos dos Animais (1978)<sup>68</sup>. Todavia, apesar de ter sido um grande passo para a humanidade, essa declaração não tem qualquer tipo de vinculação jurídica, tendo sido objeto de severas críticas, sendo considerada por muitos como “radical”<sup>69</sup>, além disso muitos

---

<sup>63</sup> Também o Brasil, embora este ainda não tenha proibido esta prática, mas permite que marcas “cruelty free” entrem no mercado interno.

<sup>64</sup> Não é por não ser vegan que não possa ser “cruelty free”, há algumas marcas que usam, por exemplo, pêlo de animal, como por exemplo de cabra, para os seus pincéis. Porém, muitas vezes esses animais sofrem de maus-tratos. Existem também alternativas ao pêlo natural, até mais económicas de adquirir, nomeadamente as fibras sintéticas.

<sup>65</sup> Esses animais são sujeitos a maus-tratos, são obtidos através de armadilhas que lhes quebram os ossos, são enjaulados e depois abatidos. Não lhes cortam apenas o pêlo, utilizam frequentemente as suas peles para o seu uso na indústria da moda. Debate-se aqui se essas marcas de beleza são verdadeiramente “cruelty free”, pois são uma das indústrias que beneficiam com o sofrimento desses animais, quando existem outras alternativas, como o plástico e a sede.

<sup>66</sup> Também usado na alimentação, mais precisamente enquanto corante.

<sup>67</sup> Vide VARGAS, Janaine Machado dos Santos Bertazo e CERVI, Taciana Marconatto Damo, *op. cit.*, pág. 2453.

<sup>68</sup> “A experimentação animal, que implica em sofrimento físico, é incompatível com os direitos do animal, quer seja uma experiência médica, científica, comercial ou qualquer outra” - artigo 8.º, al. a). “As técnicas substitutivas devem ser utilizadas e desenvolvidas” - artigo 8.º, al. b).

<sup>69</sup> Vide COSTA, António Pereira da, *Dos Animais (O Direito e os Direitos)*, Coimbra Editora, Coimbra, 1998, pág. 18.

dos direitos atribuídos não lhes são reconhecidos na maioria dos ordenamentos jurídicos (ver Capítulo III, ponto 1).

Tem-se vindo a questionar a possibilidade de utilização de métodos alternativos que não impliquem o sofrimento dos animais, ainda que criados em laboratório para esse intuito. Existem projetos de investigação paralelos para o desenvolvimento de modelos celulares, porém têm pouco financiamento. Em Portugal há dois laboratórios que fazem investigação na área, sendo que um dos laboratórios tem feito estudos para a criação de um estômago sintético, mas ainda estão numa fase muito precoce.<sup>70</sup>

Segundo Peter Singer, “não é preciso insistir em que se cessem imediatamente todos os experimentos. Tudo o que precisamos dizer é que, quando não servem a objetivos diretos e urgentes, devem cessar de imediato, e, nos demais campos de pesquisa, devem-se buscar, sempre que possível, métodos alternativos que não utilizem cobaias.”<sup>71</sup>

A União Europeia tem legislado sobre a proteção dos animais, particularmente no que diz respeito à sua utilização para fins científicos. Adotou a Diretiva 86/609/CEE, de 24 de Novembro de 1986, relativa à aproximação das disposições legislativas, regulamentares e administrativas dos Estados-membros respeitantes à proteção dos animais utilizados para fins experimentais e outros fins científicos, tendo posteriormente sofrido várias alterações. De forma a minimizar as disparidades entre os Estados-membros, visto que alguns limitavam-se apenas a aplicar os requisitos mínimo estabelecidos nessa Diretiva, o Parlamento Europeu e o Conselho da União Europeia revogaram a Diretiva 86/609/CEE e adotaram a Diretiva 2010/63/UE, de 22 de Setembro de 2010, transposta pelo Decreto-Lei n.º 113/2013, de 7 de Agosto. Esta Diretiva tem como objetivos aumentar a transparência, facilitar e promover o desenvolvimento de métodos alternativos, garantir a proteção dos animais, seguindo os “3RS” (princípios da substituição, da redução e do refinamento), e ainda assegurar a realização de inspeções periódicas. “Consequentemente, a utilização de animais para fins científicos ou educativos apenas deve ser considerada quando não existir uma alternativa não

---

<sup>70</sup> Vide HENRIQUES, Ana Maria, “Experimentação animal: crueldade ou «mal necessário»?” in *Público*, edição de 20 de Setembro de 2016. Disponível em: <https://www.publico.pt/2016/09/20/p3/noticia/experimentacao-animal-crueldade-ou-mal-necessario-1833306>.

<sup>71</sup> Citado por Janaine Vargas e Taciana Cervi. *Vide op. cit.*, pág. 2457.

animal” e “deve ser selecionado um método suscetível de proporcionar resultados satisfatórios e de provocar o mínimo de dor, sofrimento ou angústia ao animal”<sup>72, 73</sup>

Apesar do mérito destas Diretivas, ainda é elevado o número total de animais utilizados em experiências científicas<sup>74</sup>, sendo a maioria dos animais utilizados os ratinhos criados em laboratório, para além disto, continuam a ser poucos os esforços desenvolvidos no sentido de encontrar alternativas a esse método.

“As universidades têm-se constituído alvo de severas críticas quando propõe o estudo da vida por meio da exploração dela própria. Com isso, permite-se que os estudantes experimentem as mais diversas sensações, no início o pavor e a raiva pelas aulas práticas e progressivamente a familiarização com o costume académico até que alcancem um patamar de dessensibilização tal que permita o uso de animais não humanos de forma ampla e irrestrita.”<sup>75</sup>

---

<sup>72</sup> Vide Decreto-Lei n.º 113/2013, de 7 de Agosto.

<sup>73</sup> Vide GOMES, Carla Amado, “Animais experimentais: uma barbárie necessária?” in *Direito (do) Animal*, textos organizados por Maria Luísa Duarte e Carla Amado Gomes, Reimpressão, Almedina, Coimbra, 2016, pp. 108-109.

<sup>74</sup> Os dados estatísticos relativos à utilização de animais para fins experimentais em Portugal pode ser consultado no site da Direção-Geral de Alimentação e Veterinária (DGAV). No ano de 2000 foram utilizados cerca de 39.328 animais, 23.927 dos quais são ratinhos (*Mus musculus*), no ano seguinte o número foi reduzido para 26.133, mas voltou a aumentar, em 2002 para 44.577, em 2003 foram cerca de 49.284, nos anos seguintes o valor voltou a descer, em 2004 desceu para 39.637, 41.621 em 2005, reduzindo para 32.381 em 2006, em 2007 atingiu o número mais elevado até aí registado (70.731), em 2008 foram cerca de 50.888, em 2009 foi de 63.451, voltando a aumentar em 2010 (67.359), em 2011 desceu para 46.556, no ano seguinte voltou a descer (40.930), sendo 2014 o último ano registado no site, sendo que entre 2011 e 2014 o número foi de 25.606, o mais baixo registado até então.

Em 2011, a Comissão Europeia divulgou que foram utilizados para fins científicos nesse ano cerca de um total de 11.481.521 animais, menos 500.000 do que em 2008, sendo os ratinhos a espécie mais utilizada (61% do total). Vide HENRIQUES, Ana Maria, “Experimentação animal: crueldade ou «mal necessário»?” in *Público*, edição de 20 de Setembro de 2016. Disponível em: <https://www.publico.pt/2016/09/20/p3/noticia/experimentacao-animal-crueldade-ou-mal-necessario-1833306>; GOMES, Carla Amado, *op. cit.*, pág. 107.

<sup>75</sup> Vide VARGAS, Janaine e CERVI, Taciana, *op. cit.*, pág. 2458.

### 3 - A Questão do «Especismo»

Nos anos 70, Peter Singer adotou o termo “especismo”, em paralelismo com a discriminação dentro da espécie humana (o racismo e o sexismo), para designar a discriminação baseada na espécie, fundamentando-se numa ideia de superioridade da espécie humana em relação às restantes, ou seja, coloca a espécie humana no topo da hierarquia das espécies.<sup>76</sup>

Através da leitura do ponto 1, pode-se concluir que o “especismo” tem acompanhado a espécie humana desde sempre, estando já enraizada no nosso pensamento. Esta ideologia de caráter antropocêntrico funda-se na ideia de que os animais são seres irracionais, isto é, destituídos da capacidade de raciocinar, não possuem nem livre-arbítrio nem o atributo da fala (a linguagem), não têm intuição e “consciência de si”, e muito menos religião e cultura.<sup>77</sup>

Richard Posner defendia que o “especismo” assentava numa “preferência pela espécie”, ou seja, é “por determinismo biológico-genético que preferimos a nossa espécie e que nos causa repulsa os nivelamentos inter-específicos”.<sup>78</sup>

Steven J. Barlett afirma que todas as espécies possuem um certo grau de narcisismo. Os seres humanos tendem a se focar apenas nas suas experiências familiares, no trabalho e no lazer, não sendo sempre necessariamente de forma negativa, pelo contrário. O narcisismo será “exacerbado” se envolver um nível bastante elevado de auto-absorção, tornando-se incapazes de sentir empatia ou de, por exemplo, ter atitudes altruístas perante terceiros. Esse distúrbio não ocorre isoladamente, afetando grupos inteiros, pois “a tendência é que a vontade coletiva marginalize os não-membros como meros objetos despersonalizados”. Daí que haja uma disposição para a solidariedade apenas para membros de sua própria espécie, desconsiderando totalmente o sofrimento animal. Então, caracteriza a maioria dos membros da espécie humana como seres geneticamente egoístas que possuem uma “patologia narcisística coletiva”.<sup>79</sup>

---

<sup>76</sup> Vide BARTLETT, Steven J., “Raízes da resistência humana aos direitos dos animais: Bloqueios psicológicos e conceituais” in *Revista Brasileira do Direito Animal*, ano 2, n.º 3, Jul/Dez 2007, pág. 41.

<sup>77</sup> Vide SANTANA, Heron José de, *op. cit.*, pág. 38.

<sup>78</sup> Vide ARAÚJO, Fernando, *op. cit.*, pág. 135.

<sup>79</sup> Vide BARTLETT, Steven J., *op. cit.*, pp. 48-58.

“Os juristas necessitam reconhecer que mudanças fundamentais no modo com que os seres humanos se relacionam com outras criaturas demandam iguais mudanças fundamentais no seio da psicologia. O facto de que os próprios psicólogos e educadores não sabem como alcançar essas mudanças é significativo e coloca um problema a ser solucionado. Até que uma solução viável seja encontrada, o discurso legal a respeito dos direitos dos animais será mais facilmente dirigido se for reconhecido onde o real problema repousa.”<sup>80</sup>

No entanto, nem todo o tipo de “especismo” é “exacerbado”, pode ser “moderado” ou “especismo indireto”. Nesta forma “especismo”, continua a haver um “favoritismo em relação aos humanos”, mas já tendem a ter atitudes empáticas e altruístas perante animais não-humanos, porém, isto não se aplica a todas as espécies, sendo um “especismo” seletivo.<sup>81</sup>

Um dos problemas colocados ao reconhecimento de direitos aos animais é de saber a quais animais devem ser atribuídos direitos, se devem ser a todos, ou então apenas aos de companhia, ou se, por exemplo, se deve atribuir apenas àqueles que possuem consciência. Será justificável o “especismo” relativamente a certos casos? Se reconheçêssemos direitos a todos os animais, estaria-se também a reconhecer, por exemplo, o direito das bactérias? Relativamente à última questão, a resposta é negativa, porque não se coloca aqui o problema do sofrimento, sendo que pertencem ao Reino Monera e não ao Animal, e têm a capacidade de injectar ou agravar o sofrimento, ou provocar a morte de outros seres.<sup>82</sup> Então, será justificável a hierarquização de interesses entre espécies não-humanas? A resposta é positiva, deve ser aplicado “um «princípio de proporcionalidade» que legitime uma atribuição discriminada e gradativa de direitos”, assim, faz mais sentido atribuir direitos aos animais de companhia, o que não significa que exista uma desconsideração pelos outros animais, pelo

---

<sup>80</sup> *Ibidem*, pág. 59.

<sup>81</sup> *Vide* ARAÚJO, Fernando, *op. cit.*, pág. 140.

Existem várias obras que fazem uma análise do comportamento generalizado das pessoas em relação aos animais, o porquê de seleccionar para a sua alimentação apenas certos animais, sentir compaixão por uns e não por outros. Temos, por exemplo, a obra da autoria de Melanie Joy - *Why We Love Dogs, Eat Pigs & Wear Cows: An Introduction To Carnism*.

Na sua obra, Melanie Joy questiona “por que achamos normal comer asas de frango, mas não asas de cisne? Hambúrguer feito com carne de vaca mas não de rato? Ou porque bebemos leite de vaca mas não leite de porca?” E a questão principal colocada pela autora é de saber porque nunca levantamos essas questões e assumimos estes comportamentos como algo natural. *Vide* FERREIRA, Elisa Nair, “Defesa efectiva e eficaz dos animais” in *Revista Jurídica Luso Brasileira*, ano 3, n.º 6, 2017, pp. 87-90.

<sup>82</sup> *Vide* ARAÚJO, Fernando, *op. cit.*, pp. 147-152.

contrário, continuarão a serem defendidos os seus interesses, nomeadamente o “interesse no não-sofrimento”.<sup>83</sup>

Em contraposição ao “especismo”, temos a teoria da “teriofilia”, termo cunhado por George Boas<sup>84</sup>. Esta teoria fundamenta-se no argumento de que os animais, ao contrário do que defendem os especistas, são de alguma maneira superiores aos seres humanos. Assim, “é unicamente à nossa insuficiência cognitiva, ou à nossa insensibilização induzida pelos nossos próprios preconceitos que se deve a ideia de que os animais não possuem uma inteligência e uma linguagem que lhes permitam levar vidas tão bem sucedidas como as nossas”<sup>85</sup>. Por outras palavras, cada espécie tem as suas especificidades<sup>86</sup>, muitas das vezes próprias apenas da sua espécie, tendo a sua própria linguagem, ou seja, a forma de comunicação entre os seus membros, por exemplo, os chimpanzés utilizam principalmente sinais para se comunicarem entre eles, os elefantes utilizam gestos, posturas e sinais, como o bater das orelhas, os seus sons percorrem distâncias, conseguindo comunicar-se a quase 10 km de distância.

No entanto, esta teoria é criticada, podendo ser vista como uma espécie de “especismo” disfarçado ou encapotado, pelo simples facto de se fundar não no puro interesse de proteção do animal, mas em razões geralmente egoístas, como o interesse humano em não assistir aos maus tratos ou ao abandono de animais.

---

<sup>83</sup> *Ibidem*, pp.157-159.

<sup>84</sup> *Ibidem*, pág. 18.

<sup>85</sup> *Ibidem*, pág. 176.

<sup>86</sup> Por exemplo, o camaleão tem a habilidade de mudar de cor; os golfinhos conseguem saltar até cinco metros acima da água; o cão possui excelente olfato e audição.

## Capítulo II - Direitos Humanos e Direito dos Animais

### 1 - Em que medida os direitos humanos podem contribuir para a proteção dos animais não-humanos?

Os Direitos Humanos fundam-se numa ideia de dignidade humana. A Declaração Universal dos Direitos Humanos (DHDU), de 1948, proclama a liberdade e a igualdade em dignidade e em direitos<sup>87</sup>, comum a todos os seres humanos, independentemente da sua raça, nacionalidade, estatuto social, sexo, religião, etc. (artigo 1.º e 2.º). Todos estes são dotados de razão e consciência, tendo para com os outros um dever de solidariedade (artigo 1.º).

Coloca-se a questão de saber se estes direitos têm qualquer impacto na proteção dos animais não-humanos, se a tal ideia de solidariedade se deve estender também aos animais não-humanos, ou se devem-nos aplicar aos animais não-humanos, pelo menos os dotados de consciência, ou seja, se existe direitos humanos não-humanos. Para responder a estas questões de perceber primeiro o que é a dignidade humana e só depois se existe uma “dignidade animal não humana” ou se a ideia de dignidade está apenas vinculada ao ser humano.<sup>88</sup>

“Dignidade significa valor intrínseco.” O fundamento da dignidade cabe no próprio ente e não em terceiros. Para um indivíduo ser dotado de dignidade precisa de ser consciente, se assim não for estaria desprovido de interesses, pois seria incapaz de atribuir “valor às coisas que sejam aptas a satisfazer as necessidades, isto é, com as quais estabeleça uma relação de interesse”.<sup>89</sup>

Existe uma relação de dependência da dignidade relativamente à consciência, servindo esta de fundamento à dignidade, então a dignidade de um indivíduo será em função do seu nível de consciência, visto que não é “possível fazer derivar um atributo absoluto de

---

<sup>87</sup> Fala-se aqui de direitos básicos e fundamentais, como o direito à vida, à liberdade e à segurança pessoal (artigo 3.º da Declaração Universal dos Direitos Humanos).

<sup>88</sup> Vide RODRIGUES, André Angelo e COELHO, Luanda Fernandes Sá de Alencar, “Direitos Humanos e Direitos dos Animais: o uso dos direitos humanos para proteção dos animais não humanos”, *Promovendo Políticas Públicas, Concretizando Demandas Sociais*, I Congresso Interinstitucional UNISC/URCA, pág.3. Disponível em: <http://online.unisc.br/acadnet/anais/index.php/ppds/article/view/16429>.

<sup>89</sup> Vide Cabral, Filipe, *op. cit.*, pp. 234-235.



um outro variável”. Assim, quanto mais for desenvolvida a sua consciência mais intensa será a sua dignidade.<sup>90</sup>

Para Filipe Cabral, “como há uma consciência típica para cada espécie, haverá na mesma medida uma dignidade típica, que é a de que gozam os espécimes adultos normais”. Então, a dignidade de um indivíduo varia ao longo da sua história, começando com a formação do zigoto, até à sua morte. Todavia, é necessário ter em conta que o termo “consciência” não se encontra relacionado apenas com a capacidade intelectual, mas sim com a capacidade de ter interesses. Para além disto, “a relatividade da dignidade não pode nunca pôr em causa a própria dignidade; ou seja, o facto de um indivíduo ter mais valor intrínseco do que outro não prejudica o valor intrínseco deste.”<sup>91</sup>

Então, se a consciência é o fundamento da dignidade e, por sua vez, está relacionada com a capacidade de um ter interesses, isto significa que apenas os sujeitos de interesse, enquanto entes com necessidades, podem ter dignidade. Assim, o sujeito possui um valor intrínseco, pois é “um fim em si mesmo”, em contrapartida, “o objeto é um meio através do qual o sujeito pode realizar o fim em que ele próprio consiste.”<sup>92</sup>

Um dos principais contra-argumentos à defesa dos direitos animais é o da “incomparabilidade e da degradação dos direitos humanos”, assim ao defender-se a aplicação ou a comparação com os direitos humanos, ou pelo menos a atribuição de alguns direitos comuns aos humanos, estaria-se a degradar os direitos inerentes aos seres humanos. Porém, este argumento parece estar assente em considerações especistas, para além disto é um argumento que “não é novo na história das ideias”, pois foi utilizado para justificar a escravatura, o sexismo, a xenofobia, o racismo, etc.<sup>93</sup>

Segundo Tom Regan, os animais não-humanos merecem consideração moral e legal, não porque tenham interesses, mas porque têm direitos anteriores a formação de uma comunidade política, e também porque têm valor interno e não apenas instrumental. Todos os

---

<sup>90</sup> *Ibidem*, pág. 236.

<sup>91</sup> *Ibidem*, pp. 236-237.

Esta posição é defendida pelos tradicionalistas e os contratualistas. *Vide* RODRIGUES, André Angelo e COELHO, Luanda Fernandes Sá de Alencar, *op. cit.*, pág. 5.

<sup>92</sup> *Vide* CABRAL, Filipe, *op. cit.*, pp. 237-238.

<sup>93</sup> *Vide* ARAÚJO, Fernando, *op. cit.*, pp. 131-134.

sujeitos-de-uma-vida possuem valor, tendo direitos pelos quais correspondem deveres de justiça.<sup>94</sup>

Adela Cortina, enquanto defensora da teoria do valor inerente, afirma que não se deve reconhecer valor interno apenas aos seres humanos, mas também se deve estender a todos os seres capazes de experimentar uma vida<sup>95</sup>. Não é preciso atribuir dignidade para afirmar que têm valor.<sup>96</sup> O conceito de moral depende da dignidade do sujeito, da sua autoconsciência e do seu reconhecimento de deveres, sendo assim as pessoas têm um estatuto moral diferente dos restantes seres. Desta forma, acaba por reconhecer direitos apenas ao seres humanos, dotados de dignidade, e aos animais não-humanos apenas lhes reconhece um valor interno<sup>97</sup>, tendo os seres humanos deveres de respeito perante estes.<sup>98</sup>

Na ótica de Salt, “os direitos dos animais decorrem da mesma reivindicação de justiça natural fundante dos do homem, relativa ao reconhecimento igualitário de espaços de liberdade individual que, no fundo, permitam a cada um viver a própria vida.”<sup>99</sup> Desta forma, reconhece aos animais direitos, porém ilimitados, tal como os direitos humanos, mas exige que a respetiva limitação seja feita de forma não discriminatória e conforme a sua estrita necessidade.<sup>100</sup>

Alguns autores defendem a aplicação do princípio da igualdade, em especial os utilitaristas. Peter Singer defende um princípio de igualdade na consideração de interesses, isto é, uma igualdade universal, não só relativamente aos seres humanos, mas também aos animais. A igualdade de tratamento deve ser aplicada, em sentido amplo, a todos os seres capazes de sofrer ou sentir prazer (condição mínima). Só através da aproximação entre os

---

<sup>94</sup> Vide CORTINA, Adela, “Las Fronteras de la Persona: El valor de los animales”, *La dignidad de los humanos*, Taurus Pensamiento, Madrid, 2009, pág. 61.

<sup>95</sup> Vide RODRIGUES, André Angelo e COELHO, Luanda Fernandes Sá de Alencar, *op. cit.*, pág. 5; CORTINA, Adela, *op. cit.*, pp. 164-165.

<sup>96</sup> Vide CORTINA, Adela, *op. cit.*, pág. 172.

<sup>97</sup> Uma das críticas apresentada a esta teoria é o facto de apenas atribuir valor inerente aos animais não-humanos, excluindo os restantes seres vivos. Vide RODRIGUES, André Angelo e COELHO, Luanda Fernandes Sá de Alencar, *op. cit.*, pág. 7.

<sup>98</sup> Vide CORTINA, Adela, *op. cit.*, pp. 179 e ss.

<sup>99</sup> Vide CABRAL, Filipe, *op. cit.*, pág. 87.

<sup>100</sup> *Ibidem*, pág. 88.

animais humanos e os não-humanos, é que se conseguirá alcançar efectivamente a sua proteção.<sup>101</sup>

Apesar dos méritos desta argumentação, enquanto utilitarista, Singer não lhes reconhece direitos. No entanto, outros autores na mesma linha de pensamento, isto é, de equiparação dos animais não-humanos aos humanos, como por exemplo, Doménech Pascual já o fazem. Este chegou a defender, antes das alterações na Constituição alemã, a adaptação, extensão ou a alteração de conceitos e estruturas de pensamentos clássicas de modo a incluir os animais não-humanos, junto aos humanos, uma vez serem “merecedores de consideração moral e jurídica”, considerando-os como verdadeiros “sujeitos morais e de direito” (“ética por extensão”).<sup>102</sup>

Na Declaração Universal dos Direitos dos Animais, no seu artigo 10.º é utilizada a expressão “dignidade do animal”. Diz que nenhum animal deve ser usado para fins lúdicos, pois será incompatível com a sua dignidade. Contudo, é apenas uma Declaração idealista fundando-se no princípio da igualdade, visto não ser vinculativa, “pretendo apenas sensibilizar os Estados para o problema da difícil classificação dos animais enquanto detentores de direitos”<sup>103</sup>. Apesar disto, não deixa de ser um grande contributo para o (eventual) reconhecimento de direitos dos animais

No entanto, muitos autores, na esteira das teses indiretas, nomeadamente a kantiana, defendem que existe um dever de solidariedade dos humanos perante os não-humanos, no sentido de aplicar o direito do ser humano ao meio ambiente saudável, isto é, incorporam os animais no meio ambiente, impondo a todos os seres humanos uma proteção do ambiente<sup>104</sup>, a fim de salvaguardar as gerações futuras de grandes impactos ambientais, por exemplo,

---

<sup>101</sup> Vide RODRIGUES, Diogo Luiz Cordeiro, *op. cit.*, pp. 254-256; TAVARES, Raul, *op. cit.*, pp. 236-237.

“[...] a justiça será, positivamente, a igualdade na consideração de interesses.” Vide CABRAL, Filipe, *op. cit.*, pág. 250.

<sup>102</sup> Vide ALBERGARIA, Pedro Soares de, e LIMA, Pedro Mendes, “Sete vidas: a difícil determinação do bem jurídico protegido nos crimes de maus-tratos e abandono de animais” in *Revista Julgar*, n.º 28, Jan/Abr 2016, pp. 136-137.

No Capítulo IV iremos ver outros fundamentos de proteção constitucional dos animais, quer direta quer indireta, sem ser através do argumento da dignidade.

<sup>103</sup> Vide REIS, Marisa Quaresma dos, *op. cit.*, pág. 217.

<sup>104</sup> Vide RODRIGUES, André Angelo e COELHO, Luanda Fernandes Sá de Alencar, *op. cit.*

através da conservação de recursos naturais e da proteção dos habitats de diversos grupos de espécies.

Apesar das várias diferentes posições, podemos concluir que os direitos humanos contribuem para a proteção dos direitos dos animais, ainda que indiretamente, através de deveres de justiça, ou então de solidariedade. Dificilmente se aceitará a equiparação entre os animais humanos e os não-humanos, tendencialmente por justificações especistas, mais preocupadas com o impacto que a sua subjetivização terá na economia, na sociedade e/ou no mundo jurídico.

### **Capítulo III - A Natureza Jurídica dos Animais Não-humanos no Âmbito Internacional e de Direito da União Europeia e numa Perspetiva de Direito Comparado**

#### **1 - Direito Internacional**

No plano internacional temos de destacar a Declaração Universal dos Animais (1978) da UNESCO que reconhece um conjunto de direitos aos animais, entre eles o direito à igualdade e à existência (artigo 1.º), ao respeito (artigo 2.º, al. a), à liberdade e à reprodução (art. 4.º, al. a), à alimentação e ao repouso (art. 7.º), etc. Todavia, esta Declaração, como já foi dito, não tem qualquer tipo de vinculação jurídica, apelando “a uma coexistência harmónica entre seres humanos e animais”<sup>105</sup>, através da atribuição, de forma direta, de direitos aos animais.<sup>106</sup>

Foram celebradas várias convenções internacionais, destinadas à proteção de espécies em perigo, entre as quais: a Convenção sobre Zonas Húmidas de Importância Internacional, especialmente como Habitat de Aves Aquáticas, assinada no Irão, na cidade de Ramsar, em 1971, entrando em vigor em 1975 - aprovada pelo Decreto n.º 101/80, de 9 de Outubro; a Convenção de Washington ou CITES (Convenção sobre o Comércio Internacional das Espécies de Fauna e Flora Selvagens Ameaçadas de Extinção), foi assinada em Março de 1973, entrando em vigor em 1975 - aprovada, para ratificação, pelo Decreto n.º 50/80, de 23 de Julho; a Convenção de Bona sobre a Conservação das Espécies Migradoras pertencentes à Fauna Selvagem, assinada em 1979 - aprovada, para ratificação, pelo Decreto n.º 103/80, de 11 de Outubro; a Convenção de Berna relativa à Proteção da Vida Selvagem e do Ambiente Natural na Europa, assinada a 19 de Setembro de 1979 - aprovada, para ratificação, pelo Decreto n.º 95/81, de 23 de Junho; a Convenção da Fauna e da Flora Marinhas da Antártida, em Camberra, entrou em vigor a 5 de Setembro de 1981; a Convenção sobre a Diversidade

---

<sup>105</sup> Vide GOMES, Carla Amado, “Desporto e Proteção dos Animais: por um pacto de não agressão” in *O desporto que os tribunais praticam*, Coimbra, 2014, pág. 744.

<sup>106</sup> Vide REIS, Maria Quaresma dos, *op. cit.*, pág. 217; GOMES, Carla Amado, *op. cit.*, pág. 744.

Biológica, assinada em 1992 - aprovada, para ratificação, pelo Decreto n.º 21/93, de 21 de Junho.<sup>107</sup>

Em matéria de proteção aos espécimes, o Conselho da Europa adotou as seguintes convenções: a Convenção Europeia sobre a Proteção dos Animais em Transporte Internacional, aberta à assinatura em 1968, alargada pelo Protocolo Adicional, aberto à assinatura em 1979 - ambos aprovados, para ratificação, pelo Decreto n.º 33/82, de 11 de Março; a Convenção Europeia para Proteção dos Animais nos Locais de Criação, de 10 de Março de 1976 - aprovada, para ratificação, pelo Decreto n.º 5/82, de 20 de Janeiro, e depois, após sua atualização, pelo Decreto n.º 1/93, de 4 de Janeiro; a Convenção Europeia sobre a Proteção dos Animais de Abate, de 10 de Maio de 1979 - aprovada, para ratificação, pelo Decreto n.º 99/81, de 29 de Julho; a Convenção Europeia para a Proteção de Animais de Companhia, de 13 de Novembro de 1987 - aprovada, para ratificação, pelo Decreto n.º 13/93, de 13 de Abril; a Convenção Europeia sobre a Proteção dos Animais Vertebrados Utilizados para Fins Experimentais e Outros Fins Científicos, de 18 de Março de 1996, Portugal é signatário, mas não ratificou.<sup>108</sup>

Existem várias organizações internacionais, nomeadamente Organização Mundial da Saúde Animal (OIE), uma organização intergovernamental responsável por melhorar a saúde dos animais a nível mundial, tendo elaborado códigos de conduta<sup>109</sup>, ainda que não vinculativos, contribuem para a criação de “standards”.

Existe um Tribunal Internacional dos Direitos dos Animais, localizado em Genebra, na Suíça, tendo vindo, em 24 de Novembro de 2003, a condenar Portugal, França e Espanha, por crimes contra os animais, derivados das touradas. Exigiu a supressão de subsídios a essas corridas; a defesa do bem-estar dos animais; o encerramento das escolas de tauromaquia para crianças e adolescentes; o acesso seja interdito a menores de 16 anos; a proibição de toda a propaganda dessas corridas diante de crianças e adolescentes. Porém, o julgamento, assim

---

<sup>107</sup> Vide CABRAL, Filipe, *op. cit.*, pp. 196-197.

<sup>108</sup> *Ibidem*, pp. 164-165.

<sup>109</sup> Vide OIE, “Procedures used by the OIE to set standards and recommendations for international trade, with a focus on the terrestrial and aquatic animal health codes”. Disponível em: [http://www.oie.int/fileadmin/Home/eng/International\\_Standard\\_Setting/docs/pdf/A\\_OIE\\_procedures\\_standards\\_2016.pdf](http://www.oie.int/fileadmin/Home/eng/International_Standard_Setting/docs/pdf/A_OIE_procedures_standards_2016.pdf).

como as penas, são meramente simbólicos, isto é, não são efetivos, pois servem apenas para sensibilizar e consciencializar os Estados das suas ações.<sup>110</sup>

## 2 - Direito da União Europeia

A União Europeia tem vindo a legislar extensivamente sobre a proteção dos animais não-humanos no espaço europeu, adotando uma perspetiva predominantemente “bem-estarista” (“welfarist approach”)<sup>111</sup>, sendo reflexo da popularização dos ideais utilitaristas, visto que nesta matéria tem apresentado como objetivo o de garantir o bem-estar animal, não se refletindo sobre a questão do estatuto jurídico dos animais não-humanos.<sup>112</sup>

A Diretiva do Conselho 64/432/CE, de 26 de Junho de 1964, relativa a problemas de fiscalização sanitária em matéria de comércio intracomunitário de animais das espécies bovina e suína, foi o primeiro ato legislativo de Direito Comunitário com reflexos no bem-estar animal, mas de forma indireta e seletiva<sup>113</sup>, pois este diploma, ainda em vigor, tem como objetivo principal a proteção da saúde humana e não a animal<sup>114, 115</sup>.

A Diretiva 74/577/CEE do Conselho, de 18 de Novembro de 1974, relativa ao atordoamento dos animais antes do seu abate, entretanto revogada, foi o “primeiro ato legislativo comunitário que diretamente assumiu o propósito de proteger os animais do sofrimento evitável”, uma vez que no seu preâmbulo diz que “é oportuno empreender a nível comunitário uma ação tendo em vista evitar aos animais, de um modo geral, qualquer

---

<sup>110</sup> Vide PAES, Margarida, “Tribunal de Justiça para os Direitos dos Animais exige que o Parlamento Europeu promova referendo sobre touradas” in *Público*, edição de 24 de Junho de 2008. Disponível em: <https://www.publico.pt/2008/06/24/jornal/tribunal-de-justica-para-os-direitos-dos-animais-exige-que-o-parlamento-europeu-promova-referendo-sobre-touradas-266232>.

<sup>111</sup> Em contraposição a uma outra corrente - “rights approach” - que consiste na atribuição de direitos subjetivos aos animais não-humanos. Vide DUARTE, Maria Luísa, “Direito da União Europeia e estatuto jurídico dos animais: uma grande ilusão?” in *Direito (do) Animal*, textos organizados por Maria Luísa Duarte e Carla Amado Gomes, Reimpressão, Almedina, Coimbra, 2016, pág. 225.

<sup>112</sup> *Ibidem*, pp. 224-225; MOREIRA, Alexandra Reis, “Direito da União Europeia e matéria de protecção do bem-estar animal” in *Direito (do) Animal*, textos organizados por Maria Luísa Duarte e Carla Amado Gomes, Reimpressão, Almedina, Coimbra, 2016, pág. 42.

<sup>113</sup> Porque apenas se aplica às espécies mencionadas.

<sup>114</sup> No Preâmbulo da Diretiva diz que é necessário “garantir que esses animais não constituam uma fonte de propagação de doenças contagiosas”. Vide MOREIRA, Alexandra Reis, *op. cit.*, pág. 48.

<sup>115</sup> Vide DUARTE, Maria Luísa, *op. cit.*, pág. 232; MOREIRA, Alexandra Reis, *op. cit.*, pp. 47-48; GOMES, Carla Amado, *op. cit.*, pág. 745.

tratamento cruel” e que os animais de abate “sejam submetidos apenas, por ocasião do seu abate, aos sofrimentos absolutamente inevitáveis”.<sup>116</sup> Também diz que “é oportuno generalizar a prática do atordoamento por métodos reconhecidos adequados”.<sup>117</sup>

Desde então, foi aprovada a Diretiva 77/489/CEE do Conselho, de 18 de Julho de 1977, entretanto revogada com adesão da CEE à Convenção Europeia sobre a proteção dos animais em transporte internacional, aprovada pelo Conselho de Europa, a 13 de Dezembro de 1968. Depois, tivemos a Decisão 78/923/CEE do Conselho, de 19 de Junho de 1978, relativa à conclusão da Convenção Europeia sobre a proteção dos animais nas explorações de criação (1976).<sup>118</sup>

Quase dez anos depois, tivemos a Diretiva 86/113/CEE do Conselho, de 25 de Março de 1986, que estabelece as normas mínimas relativas à proteção das galinhas poedeiras em bateria, entretanto revogada pela Diretiva 88/166/CEE do Conselho, de 7 de Março de 1988, tendo sido o “primeiro instrumento comunitário destinado a fixar normas mínimas em sistemas de criação intensiva”.<sup>119</sup> Meses depois, foi aprovada a Diretiva 86/609/CEE, de 24 de Novembro de 1986 (revogada pela Diretiva 2010/63/UE), relativa à aproximação das disposições legislativas, regulamentares, e administrativas dos Estados-membros respeitantes à proteção dos animais utilizados para fins experimentais e outros fins científicos.<sup>120</sup>

Em 19 de Novembro de 1991 foram aprovadas três diretivas: as Diretivas 91/629/CEE e 91/630/CEE, relativas à proteção dos vitelos (a primeira) e dos suínos (a segunda); a 91/628/CEE do Conselho, relativa à proteção dos animais durante o transporte, revogando a 77/489/CEE.<sup>121</sup>

Houve um significado avanço para a proteção do bem-estar dos animais não-humanos no espaço europeu, com a Declaração n.º 24 anexa ao Tratado de Maastricht (1992),

---

<sup>116</sup> Vide MOREIRA, Alexandra Reis, *op. cit.*, pp. 48-49.

<sup>117</sup> No artigo 1.º, n.º 2 da Diretiva, o legislador europeu define “atordoamento” como “um processo que faça intervir um instrumento mecânico, a eletricidade ou a anestesia com gás, sem repercussões sobre a salubridade da carne e dos abates, que, quando aplicado a um animal, o mergulhe num estado de inconsciência no qual é mantido até ao abate, evitando seja como for qualquer sofrimento inútil aos animais.”

<sup>118</sup> Vide MOREIRA, Alexandra Reis, *op. cit.*, pág. 49.

<sup>119</sup> *Ibidem*, pp. 49-50.

<sup>120</sup> *Ibidem*, pp. 50-51.

<sup>121</sup> *Ibidem*, pp. 51-52.



conciliando as exigências específicas do bem-estar dos animais não-humanos, com o exercício de uma atividade económica.<sup>122</sup>

Em 1999, entrou em vigor o Tratado de Amesterdão, que emendou o de Maastricht, notando-se uma evolução neste âmbito, visto que o bem-estar dos animais passou a ser uma fonte de obrigações, vinculando a UE e os seus Estados-membros (Protocolo n.º 33 do Tratado).<sup>123</sup>

Entre a legislação comunitária<sup>124</sup> sobre o bem-estar animal temos: a Diretiva 98/58/CE do Conselho, de 20 de Julho de 1998, relativa à proteção dos animais nas explorações pecuárias; as Diretivas que estabelecem as normas mínimas relativas à proteção de certos animais de criação, a Diretiva 1999/74/CE do Conselho, de 19 de Julho (galinhas poedeiras), a 2007/43/CE (frangos destinados à produção de carne), a 2008/119/CE (bovinos) e a 2008/120/CE (suínos); o Regulamento (CE) n.º 1/2005 do Conselho, de 22 de Setembro, relativo à proteção dos animais durante o transporte e operações afins; o Regulamento (CE) n.º 1223/2009 que excluiu, a partir de Março de 2013, a comercialização de cosméticos cujo fabrico envolva testes em animais; a Diretiva 2010/63/UE (revogou a 86/609/CEE), relativa à proteção dos animais para fins científicos; a Diretiva 93/119/CE, relativa a proteção dos animais no momento de abate; a Diretiva 1999/22/CE, de 29 de Março de 1999, relativa à detenção de animais da fauna selvagem em jardins zoológicos; o Regulamento (CE) n.º 1523/2007 que proíbe a colocação no mercado e a importação e exportação na União de peles de gato e de cão e de produtos que as contenham; etc.<sup>125</sup>

---

<sup>122</sup> Ibidem, pp. 52-53; DUARTE, Maria Luísa, *op. cit.*, pág. 232.

<sup>123</sup> Vide MOREIRA, Alexandra Reis, *op. cit.*, pág. 53.

<sup>124</sup> Note-se que a nível do Direito Derivado da União Europeia, os atos jurídicos são apenas os regulamentos, as diretivas, as decisões, as recomendações e pareceres (artigo 288.º do TFUE, ex-artigo 249.º do TCE). Quando falamos em atos legislativos referimo-nos aos regulamentos e às diretivas. Os regulamentos têm carácter geral e obrigatório, e são diretamente aplicáveis a todos os Estados-Membros; já as diretivas, também vinculativas, mas “quanto ao resultado a alcançar, deixando, no entanto, às instâncias nacionais a competência quanto à forma e aos meios”. Então, com os regulamentos o legislador nacional não se precisa de preocupar em transpor as normas para a ordem jurídica interna, o que já não acontece com as diretivas. Se não cumprir a obrigação de transposição de uma diretiva comunitária correta e atempadamente, o Estado poderá incorrer numa ação de incumprimento (artigo 258.º do TFUE) ou pode ser condenado por qualquer Estado-Membro ou pela Comissão ao seu cumprimento, podendo ter que pagar uma sanção pecuniária, ou pode ainda vir a ser contra-parte num processo de uma ação de indemnização nos tribunais nacionais. Vide DUARTE, Maria Luísa, *op. cit.*, pp. 233-234.

<sup>125</sup> Vide CABRAL, Filipe, *op. cit.*, pp. 170-171; DUARTE, Maria Luísa, *op. cit.*, pp. 232-233; MOREIRA, Alexandra Reis, *op. cit.*, pág. 53.

Em 2006, a Comissão adotou o Plano de Ação Comunitário à Proteção e ao Bem-Estar dos Animais 2006-2010, fundamentando a sua iniciativa e propostas no protocolo anexo ao Tratado de Amesterdão.<sup>126</sup>

Nos termos do artigo 13.º do TFUE, aditado pelo Tratado de Lisboa (2007): “Na definição e aplicação das políticas da União nos domínios da agricultura, da pesca, dos transportes, do mercado interno, da investigação e desenvolvimento tecnológico e do espaço, a União e os Estados-Membros terão plenamente em conta as exigências em matéria de bem-estar dos animais, enquanto seres sensíveis, respeitando simultaneamente as disposições legislativas e administrativas e os costumes dos Estados-Membros, nomeadamente em matéria de ritos religiosos, tradições culturais e património regional.” Então, o legislador europeu reconhece que os animais são seres sensíveis/sencientes, porém como não estava incluído no Tratado não tinha um carácter vinculativo; também reconhece a existência de deveres de proteção para com os animais, porém “sujeitos a harmonização com práticas culturais enraizadas”<sup>127</sup>. O legislador acabou por apenas transpor, literalmente, para o artigo 13.º TFUE, o que estava no protocolo anexo ao Tratado de Amesterdão sobre os animais.<sup>128</sup>

Este artigo é, simultaneamente, “uma base jurídica” e “uma fonte de obrigações” tanto para o decisor da União como para o dos Estados-Membros. É “uma base jurídica”, pois “estabelece um regime de aplicação horizontal, relativamente às políticas e ações da União nele identificadas”, mas insuficiente, uma vez que “carece de uma função habilitadora autónoma”. Também é “uma fonte de obrigações”, pois impõe quer à União quer aos Estados-Membros que procurem cumprir as exigências de proteção do bem-estar dos animais. Os cidadãos podem, nos termos do artigo 11.º, n.º 4 do TUE, tomar a iniciativa de, por via de uma petição, solicitar à Comissão a elaboração de uma proposta de um ato jurídico ou então recorrer para o Tribunal Geral da União Europeia, através da via processual de omissão (art. 265.º TFUE).<sup>129</sup>

Coloca-se aqui a questão de saber se estamos perante um objetivo de proteção do bem-estar animal ou então perante um princípio geral e constitucional de Direito

---

<sup>126</sup> Vide MOREIRA, Alexandra Reis, *op. cit.*, pág. 54.

<sup>127</sup> Vide GOMES, Carla Amado, *op. cit.*, pág. 745.

<sup>128</sup> Vide MOREIRA, Alexandra Reis, *op. cit.*, pp. 42-43; DUARTE, Maria Luísa, *op. cit.*, pp. 227-229; ALBERGARIA, Pedro Soares de, e LIMA, Pedro Mendes, *op. cit.*, pp. 143-144.

<sup>129</sup> Vide DUARTE, Maria Luísa, *op. cit.*, pp. 229-231.

Comunitário. Para responder esta questão temos que analisar o caso “Jippes”. A Sr.<sup>a</sup> Jippes e outros intentaram uma ação contra o Governo Holandês, assim como para algumas instituições da UE e outros países, no Tribunal de Justiça da UE (processo C-189/01), a fim de colocarem em causa as medidas comunitárias de luta contra a febre aftosa, nomeadamente a proibição do utilização de vacinas preventivas e no caso da sua deteção seja ordenado o abate de todos os animais suscetíveis de contrair o vírus, quando no local tenha sido detetado um ou vários animais infectados (art. 5.º, ponto 2, da Diretiva 85/511). O Tribunal decidiu em 2001 que a proteção do bem-estar animal não é nem um objetivo geral nem um princípio geral de Direito Comunitário, logo as práticas não violam nenhum princípio de Direito Comunitário, pelo contrário, estão a assegurar a proteção da saúde das pessoas.

Com a interpretação do protocolo anexo ao Tratado de Amesterdão podemos concluir que a decisão e a Diretiva estavam a violar desnecessariamente um objetivo comunitário, porém não foi o caso, pelo simples facto de não ter efeito vinculativo. Se fosse hoje em dia, a decisão já teria sido outra, uma vez que o legislador europeu introduziu o disposto no protocolo no artigo 13.º do TFUE. Note-se que também noutra legislação, anterior à entrada em vigor do Tratado de Lisboa em Dezembro de 2009, o legislador, por exemplo, no preâmbulo do Regulamento (CE) n.º 1099/2009 do Conselho, consagrou o bem-estar enquanto princípio comunitário, utilizando o protocolo enquanto fundamento dessa proteção<sup>130</sup>.

Tendo em conta que muita da legislação nacional é proveniente da União Europeia, incluindo a legislação que abrange os animais não-humanos, Alexandra Reis Moreira prevê “o advento do Direito Animal da União Europeia”.<sup>131</sup> Não só por o DUE representar “o acervo normativo mais exigente do mundo em matéria de proteção dos animais envolvidos em atividades económicas ou científicas”, mas também pelo facto de “o elevado padrão de proteção eurocomunitário” ter-se “repercutido no domínio doméstico dos EM, em particular nas áreas de civil e penal”<sup>132</sup>.

Alexandra Reis Moreira caracteriza o conjunto normativo da UE a nível da proteção dos animais, como sendo “fragmentado” e “setorial”, pois está dispersa por múltiplos

---

<sup>130</sup> “O bem-estar dos animais é um princípio comunitário consagrado no Protocolo n.º 33 relativo à proteção e ao bem-estar dos animais, anexo ao Tratado que institui a Comunidade Europeia (Protocolo n.º 33).”

<sup>131</sup> *Vide* MOREIRA, Alexandra Reis, *op. cit.*, pág. 45.

<sup>132</sup> *Ibidem*, pág. 55.

diplomas; “complexo” e “especializado”, visto regular exaustivamente certas matérias; “lacunoso” e “insuficiente”, por exemplo, não legisla sobre os animais de companhia<sup>133</sup> e os animais utilizados pela indústria de entretenimento.

Podemos concluir que a posição comunitária é “eticamente neutra”, “não é universal e abstrata, nem profunda”<sup>134</sup>. Isto porque, a UE limita-se a legislar, de forma extensiva, sobre determinados aspetos do bem-estar animal, sem lhes reconhecer qualquer tipo de estatuto, apenas se pronuncia sobre a sua senciência, e deixa a critério dos Estados-Membros a utilização de animais em ritos religiosos e em tradições.

### 3 - Direito Comparado

#### 3.1 - Alemanha

No Direito Civil, sob a influência austríaca, em 1990, a Alemanha com a *Gesetz zur Verbesserung der Rechtsstellung des Tieres im Bürgerlichen Recht*, alterou o BGB e fez alguns aditamentos. Segundo o § 90.º-A, “1. Os animais não são coisas. 2. Eles serão protegidos por legislação especial. 3. As normas relativamente às coisas serão correspondentemente aplicáveis aos animais, salvo disposição em contrário”<sup>135</sup>. O § 903 diz que “o proprietário de uma coisa pode dispor livremente da coisa e excluir todos os outros de qualquer influência, na medida em que o seu comportamento não seja contrário à lei ou aos direitos de terceiros. O proprietário de um animal tem que observar, no exercício dos seus poderes, os preceitos especiais de proteção de animais”<sup>136</sup> e o § 251.º estabelece que mesmo nos casos em que as

---

<sup>133</sup> A UE ainda nem é considerada parte na Convenção Europeia para a Proteção dos Animais de Companhia (artigo 1.º, 3.º part., do TUE). Vide CABRAL, Filipe, *op. cit.*, pág. 165.

<sup>134</sup> Alexandre Guerreiro numa Conferência, “O Estatuto do Animal em Portugal, na União Europeia e na Perspetiva do Direito Comparado”, que se sucedeu a 1 de Junho de 2017, no âmbito do III Curso Pós-graduado em Bioética, na Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa.

<sup>135</sup> Vide EPIFÂNIO, Luís, “Contributo para uma análise económica dos Direitos dos Animais” in *Revista Jurídica Luso Brasileira*, ano 1, n.º 2, 2015, pág. 1175

<sup>136</sup> Vide MATOS, Filipe Albuquerque e BARBOSA, Mafalda Miranda, *O novo Estatuto Jurídico dos Animais*, 1.ª ed., Gestlegal, Coimbra, 2017, pág. 16.

despesas de tratamento de um animal seja superior ao valor dele, na mesma haverá a obrigação à indemnização.<sup>137</sup>

No âmbito do processo executivo, segundo o § 765.º-A, do Código de Processo Civil Alemão (*Zivilprozessordnung* ou ZPO), nos casos em que uma medida judicial afete um animal, cabe ao tribunal de execução tomar em consideração a responsabilidade do homem pelo animal. O § 811.º-C consagra a impenhorabilidade dos animais criados na esfera doméstica e sem fins lucrativos.<sup>138</sup>

A Alemanha tem uma lei dedicada à proteção dos animais (*Tierschutzgesetz*<sup>139</sup>), de 1972, com o propósito de proteger a vida e o bem-estar animal, cuja responsabilidade recai sobre os seres humanos, proibindo os maus tratos aos animais (§ 1).

Esta doutrina tem sido bastante criada, uma vez não ter implicado alterações significativas quer no Direito Civil quer no Direito Penal. O legislador alemão apesar de afirmar que o animal já não é coisa, não estabeleceu qual seria o seu novo *status*, continuando o animal a ser tratado pelo Direito Civil enquanto objeto de relações jurídicas.<sup>140</sup>

### 3.2 - Austrália

Na Austrália existe uma série de *model codes* (*Model Codes of Practice for the Welfare of Animals*) que estabelecem um conjunto de princípios e práticas, no que diz respeito às indústrias pecuárias.<sup>141</sup>

---

<sup>137</sup> Vide RAMOS, José Luís Bonifácio, “O Animal: Coisa ou Tertium Genus” in *Estudos dedicados ao Professor Doutor Luís Alberto Carvalho Fernandes*, Vol. II, Universidade Católica Portuguesa, Lisboa, 2011, pág. 245; MATOS, Filipe Albuquerque e BARBOSA, Mafalda Miranda, *op. cit.*, pp. 15-16; EPIFÂNIO, Luís, *op. cit.*, pp. 1174-1175; NEVES, Helena Telino, “A controversa definição da natureza jurídica dos animais” in *Animais: deveres e direitos*, textos organizados por Maria Luísa Duarte e Carla Amado Gomes, ICJP, Lisboa, 2015, pp. 86-87; PEREIRA, André Dias, “Tiro aos (...)”, pág. 545; *Idem*, “O Bem-Estar Animal no Direito Civil e na investigação Científica” in *Bioética ou Bioéticas na Evolução das Sociedades*, Coimbra Editora, 2005, pág. 154.

<sup>138</sup> Vide EPIFÂNIO, Luís, *op. cit.*, pág. 1175; MATOS, Filipe Albuquerque e BARBOSA, Mafalda Miranda, *op. cit.*, pág. 16; PEREIRA, André Dias, “O Bem-Estar Animal (...)”, pág. 545;

<sup>139</sup> Disponível em: <https://www.globalanimallaw.org/database/national/germany/>.

<sup>140</sup> Vide RAMOS, José Luís Bonifácio, *op. cit.*, pp. 246-247.

<sup>141</sup> Vide <http://www.agriculture.gov.au/animal/welfare/animal-welfare-in-australia#community-animal-welfare-groups>.

Relativamente às leis de proteção dos animais, estas variam consoante os seus estados e os seus territórios<sup>142</sup>, visto que a Austrália é uma monarquia constitucional federal. Têm o *Animal Welfare Act (Australian Capital Territory)*, adotado em 1992, e o *Animal Welfare Act (Nothern Territory)*, adotado em 1999, regulam um vasto número de situações, como por exemplo, os casos de ofensa ao bem-estar animal, a utilização de animais na educação, na ciência e nos circos, impondo ambos a implementação de códigos de prática. Existem ainda as seguintes peças legislativas: *Prevention of Cruelty to Animals Act (New South Wales)*, de 1979; *Animal Care and Protection Act (Queensland)*, de 2001; *Prevention of Cruelty to Animals Act (Tasmania)*, de 1993; *Prevention of Cruelty to Animals Act (Victoria)*, de 1986; *Animal Welfare Act (Western Australia)*, de 2002.<sup>143</sup>

Em Julho de 2018, vai entrar em vigor, no estado de Victoria, uma lei<sup>144</sup> que proíbe o comércio jurídico de animais, isto é, a criação de animais de estimação para fins comerciais e a sua venda em qualquer estabelecimento comercial.<sup>145</sup>

### 3.3 - Áustria

A Áustria foi pioneira ao aprovar, a 10 de Março de 1988, a Lei Federal sobre o Estatuto Jurídico do Animal (*Bundesgesetz über die Rechtsstellung von Tieren*), introduzindo algumas alterações, nomeadamente ao conceito de coisas e ao regime das obrigações de indemnização<sup>146</sup>.

O § 285.º do Código Civil Austríaco (*Allgemeines bürgerliches Gesetzbuch* ou ABGB), tal como o artigo 202.º do Código Civil Português, adotou um conceito amplo de

---

<sup>142</sup> Todos os estados e territórios têm uma legislação contemporânea e abrangente sobre bem-estar animal. *Vide* <http://www.agriculture.gov.au/animal/welfare/animal-welfare-in-australia#community-animal-welfare-groups>.

<sup>143</sup> Disponível em: <https://www.globalanimallaw.org/database/national/australia/>.

<sup>144</sup> *Domestic Animals Amendment (Puppy Farms and Pet Shops) Act 2017*.

<sup>145</sup> *Vide* “Austrália. Lei aprovada proíbe criação de animais e gatos para fins comerciais” in *Sol*, edição de 12 de Janeiro de 2018. Disponível em: <https://sol.sapo.pt/artigo/595985/australia-lei-aprovada-proibe-criacao-de-animais-e-gatos-para-fins-comerciais>

<sup>146</sup> *Vide* NEVES, Helena Telino, *op. cit.*, pág. 86; PEREIRA, André Gonçalo Dias, “O Bem-Estar Animal (...)”, pp. 152-153.

coisa<sup>147</sup>. Foi aditado o § 285.º-A, afirmando que “Os animais não são coisas; estes são protegidos mediante leis especiais. As normas relativas às coisas são aplicáveis aos animais, na medida em que não existam disposições divergentes”. Assim, os animais deixam de ser coisas, mas também não especifica qual é o novo estatuto jurídico dos animais, aplicando subsidiariamente as disposições aplicáveis às coisas. Outro parágrafo aditado foi o §1332.º-A, em que diz que “No caso de um animal ser ferido, são reembolsáveis as despesas efectivas com o seu tratamento mesmo que excedam o valor do animal, na medida em que um dono de animal razoável, colocado na situação do lesado, também tivesse realizado essas despesas”.<sup>148</sup>

A nível do processo executivo, a *Exekutionsordnung* estabelece a impenhorabilidade de animais de companhia não destinados à alienação, desde que o seu valor seja inferior a 750€ e exista uma relação emocional. Já no Direito Penal, no § 222 do StGB<sup>149</sup>, apesar da criminalização dos maus tratos dos animais, o ferimento do animal ainda pode ser qualificado como danificação de coisa alheia.<sup>150</sup>

Note-se que embora as alterações, continuam a considerar os animais não-humanos como coisas, uma vez que lhes atribuem um valor económico (no §1 332.º-A, na *Exekutionsordnung*), além disso continuaram a ter o estatuto de coisa no âmbito penal, e se aplica o regime das coisas, ainda que subsidiariamente.

A 1 de Janeiro de 2005, entrou em vigor o *Animal Welfare Act (Bundestiersschutzgesetz)*<sup>151</sup>, com vista à proteção da vida e o bem-estar animal (§ 1), proibindo os maus tratos aos animais (§ 5), as intervenções cirúrgicas desnecessárias (§ 7), a sua venda, a menos que seja por criadores (§ 8a), estabelecendo uma obrigação de primeiros socorros (§ 9), etc. No § 41, cada província tem a obrigação de nomear um Provedor de

---

<sup>147</sup> O nosso artigo 202.º considera coisa “tudo aquilo que pode ser objeto de relações jurídicas”. “O §285 ABGB considera coisa tudo o que é diferente da pessoa e que serve para o seu uso.” Vide MATOS, Filipe Albuquerque e BARBOSA, Mafalda Miranda, *op. cit.*, pág. 14.

<sup>148</sup> Vide EPIFÂNIO, Luís, *op. cit.*, pág. 1174; RAMOS, José Luís Bonifácio, *op. cit.*, pág. 245; BARBOSA, Mafalda Miranda, “Breve reflexão acerca do problema do estatuto jurídico dos animais – perspectiva juscivilística” in *Boletim da Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra*, Vol. LXXXIX, Tomo I, Coimbra Editora, Coimbra, 2013, pág. 214; MATOS, Filipe Albuquerque e BARBOSA, Mafalda Miranda, *op. cit.*, pág. 14; PEREIRA, André Dias, “Tiro aos (...)”, pág. 545; *Idem*, “O Bem-Estar Animal (...)”, pp. 153-154.

<sup>149</sup> *Strafgesetzbuch*.

<sup>150</sup> Vide MATOS, Filipe Albuquerque e BARBOSA, Mafalda Miranda, *op. cit.*, pág. 14; PEREIRA, André Dias, “O Bem-Estar Animal (...)”, pág. 154.

<sup>151</sup> Disponível em: <https://www.globalanimallaw.org/database/national/austria/>.

Proteção Animal (*animal protection ombudsman*) para trabalhar em conjunto com o Ministro da Saúde e do Governo Federal (*Federal Minister of Health*).

### 3.4 - Brasil

Na história do direito brasileiro, as Ordenações do Reino preocupavam-se com a proteção da flora e da fauna, não por questões ambientais mas sim económicas. Em 1886, no Estado de São Paulo, através do Código de Posturas de São Paulo, passaram a ser proibidos os maus-tratos e atos de crueldade aos animais, sob pena de multa, tendo sido um instrumento pioneiro na proteção dos animais.<sup>152</sup>

A primeira legislação brasileira que dispôs sobre o bem-estar animal foi em 1924, com o Decreto n.º 16.590, proibindo as corridas de touros, galos, canários, entre outras diversões que imputavam sofrimento aos animais.<sup>153</sup>

Dez anos depois, foi promulgado o Decreto n.º 24.645<sup>154</sup>, em que se estabelece novas medidas de proteção aos animais. Este decreto determina que “Todos os animais existentes no País são tutelados do Estado” (art. 1.º). Não se limita a punir os maus tratos aos animais em locais públicos, mas também na sua esfera privada, cuja pena será de multa e de prisão, independentemente de o delinquente ser ou não o proprietário do animal (art. 2.º). No seu artigo 3.º lista os casos em que existe maus tratos, como por exemplo, “praticar ato de abuso ou crueldade em qualquer animal” (I); “abandonar animal doente, ferido, extenuado ou mutilado” (V); “abater para consumo ou fazer trabalhar os animais em período adiantado de gestação” (VII); “engordar aves mecanicamente” (XXV).

A Lei de Contravenções Penais, Decreto-Lei n.º 3.688, de 3 de Outubro de 1941, no seu art. 64.º, identifica o tratamento animal com crueldade ou a sua submissão a trabalho excessivo, como contravenção penal. Esta disposição gera polémica, uma vez que no Decreto n.º 24.645 esta prática era tratada enquanto crime, levantando a questão de saber se a LCP

---

<sup>152</sup> Vide RODRIGUES, André Angelo e COELHO, Luanda Fernandes Sá de Alencar, *op. cit.*, pág. 7.

<sup>153</sup> Vide DIAS, Edna Cardozo, “A evolução dos direitos dos animais na doutrina e na legislação brasileira” in *Revista Jurídica Luso Brasileira*, ano 3, n.º 6, 2017, pág. 48.

<sup>154</sup> Disponível em: <https://www.globalanimallaw.org/database/national/brazil/>.



revogou ou não o Decreto. Este Decreto-Lei foi entretanto revogado pela Lei dos Crimes Ambientais (1998).<sup>155</sup>

A Constituição Federal de 1988, no seu art. 225, § 1.º, inciso VII, diz que incumbe ao Poder Público “proteger a fauna e a flora, vedadas, na forma da lei, as práticas que coloquem em risco sua função ecológica, provoquem a extinção de espécies ou submetam os animais a crueldade”. Assim, a Constituição atribui ao Estado o dever de proteção ambiental, incluindo aqui a proteção dos animais.<sup>156</sup>

A Lei Federal n.º 9.605 (Lei dos Crimes Ambientais), inclui no seu artigo 32.º, a prática de maus-tratos aos animais, não os domésticos ou domesticados, como também os silvestres e os nativos ou exóticos aplicando as penas de detenção e multa. O que “antes era tido apenas como uma contravenção penal, agora passaria a ser crime”<sup>157,158</sup>

Na versão original do Código Civil Brasileiro de 2002<sup>159</sup>, os animais, por não se enquadrarem no conceito de pessoa jurídica, eram considerados coisas, visto não se enquadrarem no conceito de pessoa jurídica. O Projeto de Lei n.º 351/2015 propõe o aditamento de um parágrafo único ao art. 82.º, em que passa a constar que “os animais não serão considerados coisas”; e a alteração do artigo 83.º, inc. IV, em que diz que eles serão considerados bens quando não houver leis especiais. Então, relativamente aos animais domésticos será aplicado o regime de bens móveis/coisas; já os silvestres aplicar-se-á o regime dos bens públicos. Helena Telino Neves defende que “O Projeto de Lei, do modo como está, somente troca ‘seis por meia dúzia’: deixar de classificar o animal como ‘coisa’ e

---

<sup>155</sup> Vide DIAS, Edna Cardozo, *op. cit.*, pp. 48 e 51; RODRIGUES, André Angelo e COELHO, Luanda Fernandes Sá de Alencar, *op. cit.*, pp. 8-9.

<sup>156</sup> Vide RODRIGUES, André Angelo e COELHO, Luanda Fernandes Sá de Alencar, *op. cit.*, pág. 10; DIAS, Edna Cardozo, *op. cit.*, pág. 49; RAMOS, José Luís Bonifácio, “A reforma do Código Civil no âmbito do Direito das Coisas” in *Revista O Direito*, Ano 146.º, N.º 2, 2014, pp. 316-317.

<sup>157</sup> Vide RODRIGUES, André Angelo e COELHO, Luanda Fernandes Sá de Alencar, *op. cit.*, pág. 10.

<sup>158</sup> Vide BRANDÃO, Gislane Junqueira, “Uso de Animais em Rituais Religiosos e Legislação Brasileira”, in *Revista Brasileira do Direito Animal*, ano 2, n.º 2, Jan/Jun 2006, pág. 311; DIAS, Edna Cardozo, *op. cit.*, pp. 53-54.

<sup>159</sup> No Código Civil de 1916, no seu artigo 47.º, estava previsto que “São móveis os bens suscetíveis de movimento próprio (...)”. Vide OLIVEIRA, Thiago Pires, “Redefinindo o status jurídico dos animais” in *Revista Brasileira do Direito Animal*, ano 2, n.º 3, Jul/Dez 2007, pág. 199.

classificá-lo como ‘bem’ representa um discurso politicamente correto, um apelo moral, destituído de efetividade jurídica prática”<sup>160, 161</sup>

Em 2005, foi requerido um *habeas corpus* para a chimpanzé Suíça que estava aprisionada num zoológico em Salvador da Baía. Porém, não conseguiram a sua libertação, mas o seu caso serviu de inspiração para o Projeto Grandes Primatas.<sup>162</sup> Em Dezembro de 2014, a *Cámara de Casación Penal* da Argentina, deu provimento a um pedido de *habeas corpus*, libertando a orangotango fêmea que estava em cativeiro a mais de 20 anos, e ainda lhe reconheceram o estatuto de “pessoa não-humana”<sup>163</sup>.

Um caso bastante polémico que tem colocado uma tensão entre os valores constitucionais da proteção ambiental (art. 225, § 1.º, VII) e das tradições culturais (art. 215), diz respeito à vaquejada<sup>164</sup>. Tendo em conta que essa atividade tem o objetivo de derrubar o boi, puxando-o pela cauda, não há dúvida que essa atividade pode impôr ao animal sofrimento, para além disso há relatos de choques elétricos aplicados aos animais, a fim de excitá-los e, assim, provocar a sua fuga. Isto levou a que fosse, similarmente ao que ocorrera com a briga de galos<sup>165</sup>, intentada uma Ação Direta de Inconstitucionalidade, nomeadamente a n.º 4983/15, contra a Lei 15.299/2013, que regulamenta a vaquejada enquanto prática desportiva e cultural no Estado do Ceará. O Supremo Tribunal Federal considerou haver “crueldade intrínseca” aplicada aos animais na vaquejada, sendo que aquela Lei seria inconstitucional por violar o disposto no artigo 225, §1, inc. VII. Porém, a ADI 4983/15 apenas aboliu essa prática no Estado do Ceará, sendo que depois dessa decisão foram várias ações intentadas em outros estados de federação. Entretanto, foi aprovada a Lei n.º

---

<sup>160</sup> Vide NEVES, Helena Telino, “Breves notas sobre a natureza jurídica do animal” in *Revista Jurídica Luso Brasileira*, ano 3, n.º 6, 2017, pág. 145.

<sup>161</sup> Vide DIAS, Edna Cardozo, *op. cit.*, pp. 69-73; NEVES, Helena Telino, “Breves notas sobre (...)”, pp. 143-145; OLIVEIRA, Thiago Pires, *op. cit.*, pág. 200.

<sup>162</sup> Vide GOMES, Carla Amado, “O papel da ciência (...)”, pág. 220.

<sup>163</sup> Vide DIAS, Edna Cardozo, *op. cit.*, pág. 54.

<sup>164</sup> A vaquejada é “um evento de natureza competitiva, no qual uma dupla de vaqueiro a cavalo persegue animal bovino, objetivando dominá-lo”. Vide GORDILHO, Heron José de Santana, “Direito Animal e a Instabilidade das Decisões do Supremo Tribunal Federal no Brasil” in *Revista Jurídica Luso Brasileira*, ano 3, n.º 5, 2017, pp. 826-827.

<sup>165</sup> Porém, eventualmente foi proibida em julgamento de 1997. *Ibidem*, pp. 830-832.

13.364/2016 e a Emenda Constitucional n.º 96/17<sup>166</sup>, tornando a vaquejada e o rodeio em “manifestações da cultura nacional e de património cultural imaterial”.<sup>167</sup>

### 3.5 - Espanha

Segundo o Código Civil de Catalunha, no seu artigo 511-1, n.º 3, os animais não são considerados e estão sob proteção especial das leis. Porém, as disposições aplicáveis aos bens podem ser aplicados aos animais no que a sua natureza permite<sup>168</sup>. No entanto, no Código Civil Espanhol, no seu artigo 334.<sup>o</sup><sup>169</sup>, os animais ainda são considerados coisas, nomeadamente coisas imóveis.<sup>170</sup>

Já no âmbito do Direito Penal, a Espanha está muito mais desenvolvida. Regula aqui o direito de caçar e pescar, as suas restrições e sanções no caso de estas serem violadas; a proteção da flora e da fauna. No entanto, a legislação atribui uma maior proteção aos animais domésticos. No artigo 337.<sup>o</sup>, não só abrange os maus tratos aos animais como também os casos de zoofilia ou qualquer outro tipo de exploração sexual; porém, esta disposição apenas se aplica aos animais domésticos ou amansados, aos que estão habitualmente domesticados, ou aos que vivem temporariamente ou permanentemente sob o controlo humano, ou então a qualquer animal que não viva num estado selvagem. Será punido com uma pena de três meses e um dia a um ano de prisão (pena principal), podendo o ainda lhe ser vedada a aquisição de animais e/ou o exercício da sua profissão até três anos, caso esteja relacionada

---

<sup>166</sup> “Acrescenta § 7º ao art. 225 da Constituição Federal para determinar que práticas desportivas que utilizem animais não são consideradas cruéis, nas condições que especifica.”

<sup>167</sup> Vide GORDILHO, Heron José de Santana, *op. cit.*, pp. 828-833, 842-843, 846-847; MACÊDO, Fabrício Meira, “Vaquejadas e o dever de proteção ambiental” in Revista Jurídica Luso Brasileira, ano 1, n.º 1, 2015, pp. 768-769, 787.

<sup>168</sup> “Los animales, que no se consideran cosas, están bajo la protección especial de las leyes. Solo se les aplican las reglas de los bienes en lo que permite su naturaleza.” Vide <https://www.globalanimallaw.org/database/national/spain/>.

<sup>169</sup> “Son bienes inmuebles: (...) 6.º Los viveros de animales, palomares, colmenas, estanques de peces o criaderos análogos, cuando el propietario los haya colocado o los conserve con el propósito de mantenerlos unidos a la finca, y formando parte de ella de un modo permanente.”

<sup>170</sup> Note-se que Espanha está dividida em 17 comunidades autónomas, sendo que cada uma delas possui a sua própria legislação. O facto de Catalunha ter um próprio Código Civil não quer dizer que não se possa aplicar o Código Civil Espanhol. Este será aplicado desde que não se oponha aos preceitos previstos na lei civil de Catalunha ou aos seus princípios gerais, havendo preferência pela aplicação do CC de Catalunha.

Estas diferenças legislativas geram conflitos, até mesmo no que diz respeito aos animais, em especial as touradas, visto serem proibidas em algumas regiões, como é o caso de Canárias (em 1991) e Catalunha.

com animais (penas acessórias). Podendo a pena ser agravada, conforme o disposto no n.º 2 e 3 (em caso do animal). O artigo 337.º bis aplica-se aos casos de abandono de animais.<sup>171</sup>

Podemos concluir que a lei penal, ao contrário da civil (CC Espanhol), parece reconhecer ao animais, embora apenas aos de companhia, um estatuto diferente de coisa, uma vez que inclui disposições próprias diferentes das aplicadas às coisas e as penas acessórias assemelham-se as que são aplicadas nos casos que envolvem menores, ainda que seja uma moldura penal inferior.

### 3.6 - E.U.A

Os Estados-Unidos estão atrasados relativamente à União Europeia, no que diz respeito à proteção do bem-estar, especialmente na legislação aplicável ao animais criados para fins alimentícios.<sup>172</sup>

Com vista à sua proteção, existe no sistema jurídico norte-americano os seguintes atos legislativos: o *Animal Welfare Act* (1966); o *Humane Slaughter Act* (1958); *Cruelty Laws*, que são leis que variam consoante os estados; *Animal Welfare Regulations*; etc. A Constituição do Estado da Florida, no seu artigo 10, secção 21, destaca o bem-estar dos suínos, mais precisamente das fêmeas grávidas<sup>173</sup>.<sup>174</sup>

No entanto, apesar da existência de legislação para regular as atividades pecuárias, existem inúmeros problemas que são imperativos resolver, como por exemplo: as coimas são de baixo valor, variando consoante os estados (em muitos estados o valor máximo é cerca de \$500), sendo que essas indústrias, por ser muito mais económico, preferem manter as suas práticas do que as alterarem e não pagarem coimas; muita da legislação, nomeadamente as estaduais, utilizam expressões muito amplas e indefinidas, e não requerem atos afirmativos específicos, como exercício adequado, espaço, luz, ventilação, etc.; não existe requerimentos definidos de uma conduta injustificável ou desnecessária, termos utilizados frequentemente

---

<sup>171</sup> O aumento das molduras penas entrou em vigor em 2015.

<sup>172</sup> Vide MONACO, Emily, “Why is America’s Animal Welfare Legislation Still Lagging Behind Europe?”, in Organic Authority, edição de 5 de Maio de 2016. Disponível em: <http://www.organicauthority.com/why-americas-animal-welfare-legislation-lagging-behind-europe>.

<sup>173</sup> “Limiting cruel and inhumane confinement of pigs during pregnancy”.

<sup>174</sup> Vide <https://www.globalanimallaw.org/database/national/usa/>.

nessas leis, sendo que muitos dos tribunais consideram os casos em que os animais destinados a alimentação vivem em condições precárias, como casos justificáveis e necessários.<sup>175</sup>

Em São Francisco, no Estado de Califórnia, passou a criação de animais de estimação para comercialização, sendo que as *pet shops* apenas podem vender cães e gatos com mais de oito semanas que foram resgatados. Não foi a primeira cidade, visto que Los Angeles, Chicago, Boston, Filadélfia, São Diego e Austin já tinham implementado medidas semelhantes.<sup>176</sup>

### 3.7 - França

Em 2015, na França, foi aprovada uma lei que altera qualificação juscivilística dos animais. Alteraram os artigos 524 e 525 do *Code Civil* e introduziram o artigo 515-14, em que diz que os animais são seres vivos dotados de sensibilidade, estando sujeitos a leis protetoras dos animais, mas também ao regime dos bens<sup>177</sup>. Então, apesar de já não serem coisas continuam a ser vistos enquanto objetos de direitos.<sup>178</sup>

Na jurisprudência francesa tem sido reconhecido ao animal não-humano “um papel análogo ao dos filhos”, nomeadamente pela atribuição de indemnizações a título de danos morais pela morte de um animal de companhia por ato de terceiro, ou ainda por questões de “guarda” e de direitos de visita, na sequência de um divórcio.<sup>179</sup>

---

<sup>175</sup> Vide WOLFSON, David J. e SULLIVAN, Mariann, “Foxes in the Hen House” in *Animal Rights: Current Debates and New Directions*, Oxford University Press, 2004, pp. 209-213.

<sup>176</sup> Vide PASHA-ROBINSON, Lucy, “San Francisco passes law forcing all pet shops to only sell rescue dogs and cats”, in *Independent*, edição de 17 de Fevereiro de 2017. Disponível em: <https://www.independent.co.uk/news/world/americas/san-francisco-puppies-kittens-law-pet-shops-only-sell-rescue-animals-a7586186.html>.

<sup>177</sup> “*Les animaux sont des êtres vivants doués de sensibilité. Sous réserve des lois qui les protègent, les animaux sont soumis au régime des biens.*” Vide <https://www.globalanimallaw.org/database/national/france/>.

<sup>178</sup> Vide MATOS, Filipe Albuquerque e BARBOSA, Mafalda Miranda, *op. cit.*, pág. 17.

<sup>179</sup> Vide GOMES, Carla Amado, “Direito dos animais: um ramo emergente?” in *Animais: deveres e direitos*, textos organizados por Maria Luísa Duarte e Carla Amado Gomes, ICJP, Lisboa, 2015, pág. 50; PEREIRA, André Dias, “Tiro aos (...)”, pág. 547; *Idem*, “O Bem-Estar Animal (...)”, pág. 155.

No Direito Penal, a prática de atos de crueldade para com animais de estimação é punível por pena de prisão (até dois anos) e de multa (art. 521-1), não incluindo, assim, desde de 1992, os maus tratos nos crimes contra a propriedade de um indivíduo<sup>180</sup>.

### 3.8 - Índia

A 17 de Maio de 2013, o Ministério do Meio Ambiente e Florestas da Índia, veio a proibir as atividades que envolvam a importação e a captura de espécies de cetáceos para entretenimento, a fim de evitar o sério comprometimento do seu bem-estar e para garantir a sua sobrevivência. Além disto, reconhecem aos golfinhos o estatuto jurídico de “pessoas não-humanas”, visto serem diferentes dos restantes animais não-humanos, atribuindo-lhes, assim, direitos específicos.<sup>181</sup>

No caso *A. Nagaraja & Ors. v. Animal Welfare Board of India*, o Supremo Tribunal da Índia, a 7 de Maio de 2014, atribui aos animais não-humanos, liberdades (a liberdade para expressar padrões normais de comportamento; a liberdade para viver sem fome, sede e desnutrição; sem medo e angústia; sem desconforto físico e térmico; sem dor, ferimentos e doenças) e direitos fundamentais (o direito à vida e segurança; o direito a ser tratado com dignidade e respeito; direito a viver num ambiente sadio e atmosfera limpa; o direito a comida e abrigo; o direito à proteção relativamente aos seres humanos que lhes infligem dor e maus-tratos).<sup>182</sup>

A jurisprudência indiana voltou a reconhecer direitos fundamentais aos animais não-humanos, em Maio de 2015, pelo Tribunal de Nova Delhi, no caso *People For Animals v. Md Mohazzim & Anr.*<sup>183</sup>

---

<sup>180</sup> Vide <https://www.globalanimallaw.org/database/national/france/>.

<sup>181</sup> Vide REIS, Marisa Quaresma dos, *op. cit.*, pp. 217-218.

<sup>182</sup> *Ibidem*, pp. 218-219.

<sup>183</sup> *Ibidem*, pág. 219.

### 3.9 - Nova Zelândia

A Nova Zelândia adotou em 1999, o *Animal Welfare Act*, uma Lei de Proteção dos Animais, que regula as obrigações dos proprietários, as ofensas ao bem-estar animal e as sanções pecuniárias, os maus tratos aos animais, as suas exceções (por exemplo, a caça de animais selvagens, a caça nos parques de safáris), as restrições ao uso de armadilhas, a exportação de animais, os códigos de bem-estar (*Codes of welfare*), a utilização de animais para fins científicos, na educação, etc. Esta Lei foi alterada em 2013, com a *Animal Welfare Amendment Bill*, entrando em vigor em 2015. A principal alteração introduzida por esta lei, foi o reconhecimento dos animais enquanto seres sencientes (“sentient”), capazes sentir dor e angústia, abolindo os testes em animais pelas indústrias cosméticas.<sup>184</sup>

### 3.10 - Suíça

Na Suíça, a Lei de 4 de Outubro de 2002, que entrou em vigor em Abril de 2003, alterou de forma significativa o seu Código Civil (ZGB). No seu artigo 641.º-A passou a dispor que os animais não são coisas, porém aplica aos animais as disposições aplicáveis às coisas, salvo preceitos em contrário. Assim, nos termos do artigo 43.º, n.º 1, do Código das Obrigações Suíço (*Obligationenrecht*), o proprietário ou os seus familiares têm direito a uma indemnização no caso de ferimento ou morte do animal de companhia, conforme o valor de afeição.<sup>185</sup>

No processo executivo foi estabelecido a impenhorabilidade dos animais domésticos e sem fins lucrativos, tal como na Alemanha e na Áustria (artigo 92.º, n.º 1-1, *Bundesgesetz über Schuldbetreibung*).<sup>186</sup>

Segundo o artigo 482.º, n.º 4, do Código Civil, no âmbito do Direito das Sucessões, nos casos em que o animal é beneficiário duma disposição *mortis causa*, essa será considerada como um “ônus de cuidar do animal”. Nos casos de partilha de herança e nos

---

<sup>184</sup> Disponível em: <https://www.globalanimallaw.org/database/national/new-zealand/>.

<sup>185</sup> Vide PEREIRA, André Dias, “Tiro aos (...)”, pág. 547; *Idem*, “O Bem-Estar Animal (...)”, pág. 156; EPIFÂNIO, Luís, *op. cit.*, pp. 1175-1176; MATOS, Filipe Albuquerque e BARBOSA, Mafalda Miranda, *op. cit.*, pág. 17; REIS, Maria Quaresma dos, *op. cit.*, pág. 216.

<sup>186</sup> Vide MATOS, Filipe Albuquerque e BARBOSA, Mafalda Miranda, *op. cit.*, pág. 17; PEREIRA, André Dias, “Tiro aos (...)”, pp. 547-548; *Idem*, “O Bem-Estar Animal (...)”, pág. 156.

divórcios litigiosos, o tribunal tem como critérios de decisão a melhor acomodação e o melhor tratamento (art. 651.º-A do CC), sendo que nos casos de divórcio, o tribunal pode atribuir direitos de visita e deveres de prestação alimentícia, similarmente ao que acontece com as crianças.<sup>187</sup>

## **Capítulo IV - Os Animais Não-humanos no Ordenamento Jurídico Português**

### **1 - O estatuto jurídico dos animais não-humanos ao longo da história do direito português**

A problemática da proteção dos animais não-humanos em Portugal, remonta pelo menos às Ordenações Manuelinas<sup>188</sup> (séc. XVI), passando pelas Ordenações Filipinas<sup>189</sup> (séc. XVII). No Código Penal de 1837, que não chegou a entrar em vigor, no seu art. 412.º, estava disposto que “todo o atentado contra a vida, contra a saúde e bem estar dos animais, ou que nos servem ou recreiam, ou que nos não ofendem, é um delito que desonra a humanidade e a religião”. O Código Penal de 1852<sup>190</sup>, no art. 482.º, pune com pena de multa e de prisão até um ano, aqueles que matarem ou ferirem, voluntariamente, um animal doméstico, ou então animais para fins de transporte ou de pecuária. O Código Penal de 1886 limita-se a reproduzir o disposto na lei penal anterior, passando o 482.º e o 483.º a constar no 479.º, e no 480.º do CP.<sup>191</sup>

Segundo o Código Civil de 1867<sup>192</sup> (de Seabra), coisa é tudo aquilo que carece de personalidade (369.º), podendo ser objeto de apropriação todas as coisas que não estão fora

---

<sup>187</sup> Vide EPIFÂNIO, Luís, *op. cit.*, pág. 1176; MATOS, Filipe Albuquerque e BARBOSA, Mafalda Miranda, *op. cit.*, pp. 17-18; PEREIRA, André Dias, “O Bem-Estar Animal (...)”, pág. 156.

<sup>188</sup> Livro V, Título XII - “*Dos que cometem pecado de fodomia*”: inclui-se aqui, no n.º 4, os casos de zoofilia; Título LXI - “*Dos Almoxarifes, e Rendeiros, e Jurados que fazem auenças, e dos que tiram guado, ou bestas do curral do Concelho*”; Título C - “*Da pena que auerá o que matar bestas, ou cortar aruores de fruto. E que tanto que o guado se decepar se esfole loguo*”. Disponível em: <http://www1.ci.uc.pt/ihiti/proj/manuelinas/>.

<sup>189</sup> Livro V, Título LXXVIII - “*Dos que comptram colmeias para matar as abelhas e dos que matam bestas*”. Disponível em: <http://www1.ci.uc.pt/ihiti/proj/filipinas/ordenacoes.htm>.

<sup>190</sup> Disponível em: <https://www.fd.unl.pt/anexos/investigacao/1265.pdf>.

<sup>191</sup> Vide ALBERGARIA, Pedro Soares de, e LIMA, Pedro Mendes, *op. cit.*, pp. 126-127.

<sup>192</sup> Disponível em: <http://www.fd.ulisboa.pt/wp-content/uploads/2014/12/Codigo-Civil-Portugues-de-1867.pdf>.



do comércio (370.º), podendo estar fora do comércio, pela sua natureza ou por disposição da lei (371.º), similarmente ao CC atual, são coisas móveis as que não são compreendidas no artigo 374.º e 375.º, incluindo-se aqui os animais.

Depois tivemos o “Regulamento Geral de Saúde Pecuária”, de 7 de Janeiro de 1889, e o Decreto n.º 5650, de 10 de Maio de 1919, porém a primeira apenas protege os animais domésticos, a segunda aplica-se às situações especificadas no Decreto n.º 5864, de 12 de Junho de 1919, parecendo proteger os animais domésticos e os de transporte de cargas e de pessoas; todavia, ambas punem somente as situações de maus tratos ocorridas em lugares públicos. Em 1928, foi adotado o Decreto n.º 15 982, de 21 de Agosto, que passou a proibir o uso de agulhão ou de qualquer instrumento perfurante na condução de animais, na condução e emprego.<sup>193</sup>

O Código Penal de 1982 não tipificou o crime de maus tratos aos animais, sendo que nesses casos aplicar-se-ia as disposições aplicáveis aos bens, porém só os protegia perante atos de terceiros.

Em 1985 é que a proteção dos animais passou a ter prioridade, tendo sido adotado o Decreto-Lei n.º 317/85, de 2 de Agosto, pelo qual estabelece normas a que deve submeter-se a profilaxia médica da raiva e as medidas de polícia sanitária, conjunto este integrado no Programa Nacional de Luta e de Vigilância Epidemiológica da Raiva Animal.<sup>194</sup>

## **2 - Direito Constitucional**

É essencial fazer uma análise da proteção dos animais não-humanos a nível constitucional, especialmente nos casos de conflitos com direitos fundamentais (a título de exemplo, o direito à liberdade religiosa, à cultura, à livre iniciativa económica), visto que nos termos do art. 18.º, n.º 2, da Constituição da República Portuguesa (CRP), “A lei só pode restringir os direitos, liberdades e garantias nos casos expressamente previstos na Constituição, devendo as restrições limitar-se ao necessário para salvaguardar outros direitos ou interesses constitucionalmente protegidos.” Em consonância com a lei fundamental, o

---

<sup>193</sup> Vide RAMOS, Sílvia da Costa, “A protecção aos direitos dos animais” in *Estudos em Homenagem ao Conselheiro José Manuel Cardoso da Costa*, Coimbra Editora, Coimbra, 2003, pp. 790-792; ALBERGARIA, Pedro Soares de, e LIMA, Pedro Mendes, *op. cit.*, pp. 127-128.

<sup>194</sup> Vide RAMOS, Sílvia da Costa, *op. cit.*, pág. 791.

nosso Código Penal, no seu artigo 40.º, n.º 1, sob a epígrafe finalidades das penas e das medidas de segurança, diz que “A aplicação de penas e de medidas de segurança visa a protecção de bens jurídicos”, isto significa que “a legitimidade de uma incriminação implica o isolamento de algum bem jurídico protegido, que entre este e a ordem de valores constitucional exista uma «essencial correspondência de sentido e - do ponto de vista da sua tutela - de fins»”<sup>195</sup>. Temos aqui um problema no plano de fundamentação da criminalização dos maus tratos e o abandono de animais, ou seja, de saber se o bem-estar animal é um bem constitucionalmente tutelado.<sup>196</sup>

Existem três modelos de protecção dos animais não-humanos nas leis fundamentais: o modelo de indiferença, de protecção reflexa ou indireta, e modelo de protecção direta. O primeiro diz respeito aos casos em que o texto constitucional é “totalmente alheio à protecção dos animais, quer enquanto bens jurídicos autónomos, quer enquanto integrantes da noção de ambiente”, inclui-se aqui, por exemplo, a França, os E.U.A e a Dinamarca. Já o segundo diz respeito aos casos em que a protecção é retirada indiretamente da tutela do bem jurídico ambiente, enquanto partes integrantes, embora não identificadas, como é o caso espanhol<sup>197, 198</sup>

Pedro Delgado Alves<sup>199</sup> distingue entre os graus de protecção direta nos vários textos fundamentais, constituindo o grau máximo os textos com disposições específicas sobre animais e/ou bem-estar animal<sup>200</sup>; depois temos o grau intermédio proclamatório que consiste

---

<sup>195</sup> Vide ALBERGARIA, Pedro Soares de, e LIMA, Pedro Mendes, *op. cit.*, pág. 132; FARIAS, Raul, “Dos crimes contra animais de companhia. Breves notas” in *Animais: deveres e direitos*, textos organizados por Maria Luísa Duarte e Carla Amado Gomes, ICJP, Lisboa, 2015, pág. 139.

<sup>196</sup> Vide ALBERGARIA, Pedro Soares de, e LIMA, Pedro Mendes, *op. cit.*, pp. 131-133.

<sup>197</sup> “Artículo 45:

1. Todos tienen el derecho a disfrutar de un medio ambiente adecuado para el desarrollo de la persona, así como el deber de conservarlo.
2. Los poderes públicos velarán por la utilización racional de todos los recursos naturales, con el fin de proteger y mejorar la calidad de la vida y defender y restaurar el medio ambiente, apoyándose en la indispensable solidaridad colectiva.
3. Para quienes violen lo dispuesto en el apartado anterior, en los términos que la ley fije se establecerán sanciones penales o, en su caso, administrativas, así como la obligación de reparar el daño causado.”

<sup>198</sup> Vide, GOMES, Carla Amado, “Desporto e protecção (...), pág. 742.

<sup>199</sup> Distinção feita por Pedro Delgado Alves numa conferência (“Análise comparada da tutela consitucional dos animais”), realizada a 7 de Julho de 2017, no âmbito do Curso de Verão “O Estatuto dos Animais” que se realizou em 2017, entre 26 de Junho e 14 de Julho, na Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, sob coordenação de Alexandra Moreira, Inês Real, Raul Farias, Alexandre Guerreiro e Fernando Araújo.

<sup>200</sup> É o caso da Suíça, sendo o primeiro caso de expressa e direta constitucionalização da protecção animal, constando no artigo 80.º da Constituição Suíça, cuja epígrafe é protecção animal.

nos casos em que a proteção se encontra em disposições gerais, que podem ser a associadas a tarefas gerais ou fins do Estado, com forte conexão ambiental<sup>201</sup>, ou então em princípios gerais da intervenção do Estado; dentro do grau intermédio operativo, a proteção está no catálogo dos direitos e deveres fundamentais, ligando na maioria dos casos ao direito fundamental ao ambiente, ou então a associação à fauna e às espécies protegidas ou em risco, ou então pode conter normas com ou sem alusão expressa ao bem-estar animal; por fim, temos o grau mínimo que diz respeito à repartição de competências nesta matéria ou que aludem à necessidade de emissão de norma sobre o tema.<sup>202</sup>

---

<sup>201</sup> Por exemplo: Alemanha e Brasil.

Na Alemanha, desde 2002, o artigo 20.º-A da sua Constituição, consagra a necessidade de proteção jurídica dos animais, entre os deveres do Estado de proteção da natureza. *Vide* REIS, Maria Quaresma dos, *op. cit.*, pág. 216.

Na Constituição Federal do Brasil, no seu art. 225 dispõe que:

“Art. 225. Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações.

§ 1.º Para assegurar a efetividade desse direito, incumbe ao Poder Público:

I - preservar e restaurar os processos ecológicos essenciais e prover o manejo ecológico das espécies e ecossistemas;

II - preservar a diversidade e a integridade do património genético do País e fiscalizar as entidades dedicadas à pesquisa e manipulação de material genético;

III - definir, em todas as unidades da Federação, espaços territoriais e seus componentes a serem especialmente protegidos, sendo a alteração e a supressão permitidas somente através de lei, vedada qualquer utilização que comprometa a integridade dos atributos que justifiquem sua proteção;

IV - exigir, na forma da lei, para instalação de obra ou atividade potencialmente causadora de significativa degradação do meio ambiente, estudo prévio de impacto ambiental, a que se dará publicidade;

V - controlar a produção, a comercialização e o emprego de técnicas, métodos e substâncias que comportem risco para a vida, a qualidade de vida e o meio ambiente;

VI - promover a educação ambiental em todos os níveis de ensino e a conscientização pública para a preservação do meio ambiente;

VII - proteger a fauna e a flora, vedadas, na forma da lei, as práticas que coloquem em risco sua função ecológica, provoquem a extinção de espécies ou submetam os animais a crueldade.

§ 2.º Aquele que explorar recursos minerais fica obrigado a recuperar o meio ambiente degradado, de acordo com solução técnica exigida pelo órgão público competente, na forma da lei.

§ 3.º As condutas e atividades consideradas lesivas ao meio ambiente sujeitarão os infratores, pessoas físicas ou jurídicas, a sanções penais e administrativas, independentemente da obrigação de reparar os danos causados.

§ 4.º A Floresta Amazônica brasileira, a Mata Atlântica, a Serra do Mar, o Pantanal Mato-Grossense e a Zona Costeira são património nacional, e sua utilização far-se-á, na forma da lei, dentro de condições que assegurem a preservação do meio ambiente, inclusive quanto ao uso dos recursos naturais.

§ 5.º São indisponíveis as terras devolutas ou arrecadadas pelos Estados, por ações discriminatórias, necessárias à proteção dos ecossistemas naturais.

§ 6.º As usinas que operem com reator nuclear deverão ter sua localização definida em lei federal, sem o que não poderão ser instaladas.

§ 7.º Para fins do disposto na parte final do inciso VII do § 1º deste artigo, não se consideram cruéis as práticas desportivas que utilizem animais, desde que sejam manifestações culturais, conforme o § 1º do art. 215 desta Constituição Federal, registradas como bem de natureza imaterial integrante do património cultural brasileiro, devendo ser regulamentadas por lei específica que assegure o bem-estar dos animais envolvidos” (Emenda Constitucional n.º 96/2017).

<sup>202</sup> *Vide* GOMES, Carla Amado, “Desporto e proteção (...), pág. 743.

Na Constituição da República Portuguesa não há nenhuma referência expressa sobre os animais. No artigo 66.º, cuja epígrafe é ambiente e qualidade de vida, está disposto no seu n.º 1 que “Todos têm direito a um ambiente de vida humano, sadio e ecologicamente equilibrado e o dever de o defender.” No n.º 2, alíneas b), c) e d), diz que “Para assegurar o direito ao ambiente, no quadro de um desenvolvimento sustentável, incumbe ao Estado, por meio de organismos próprios e com o envolvimento e a participação dos cidadãos: (...) b) Ordenar e promover o ordenamento do território, tendo em vista uma correcta localização das actividades, um equilibrado desenvolvimento sócio-económico e a valorização da paisagem; c) Criar e desenvolver reservas e parques naturais e de recreio, bem como classificar e proteger paisagens e sítios, de modo a garantir a conservação da natureza e a preservação de valores culturais de interesse histórico ou artístico; d) Promover o aproveitamento racional dos recursos naturais, salvaguardando a sua capacidade de renovação e a estabilidade ecológica, com respeito pelo princípio da solidariedade entre gerações”. No artigo 9.º, als. d) e e), a Constituição diz que “São tarefas fundamentais do Estado: (...) d) Promover o bem-estar e a qualidade de vida do povo e a igualdade real entre os portugueses, bem como a efectivação dos direitos económicos, sociais, culturais e ambientais, mediante a transformação e modernização das estruturas económicas e sociais; e) Proteger e valorizar o património cultural do povo português, defender a natureza e o ambiente, preservar os recursos naturais e assegurar um correcto ordenamento do território”.<sup>203</sup>

Relativamente ao modelo utilizado em Portugal existe um quadro de incerteza, sendo que a doutrina tendencialmente o classifica enquanto modelo de proteção direta, colocando os animais como parte integrante do ambiente (“conjunto da realidade natural em equilíbrio dos seus elementos”), tendo o Estado a tarefa fundamental de o proteger, mas também “com a participação dos cidadãos”.<sup>204</sup>

Porém, integrar os animais no ambiente não constitui uma fundamentação da criminalização dos maus tratos e do abandono de animais, pois essas normas parecem incluir apenas os animais selvagens mas já não os animais de companhia, sobre o qual essas normas versam.

---

<sup>203</sup> Vide ALBERGARIA, Pedro Soares de, e LIMA, Pedro Mendes, *op. cit.*, pp. 132-135; GOMES, Carla Amado, “Desporto e proteção (...), pág. 743; COSTA, António Pereira da, *Dos Animais (O Direito e os Direitos)*, Coimbra Editora, Coimbra, 1998, pág. 90.

<sup>204</sup> Vide ALBERGARIA, Pedro Soares de, e LIMA, Pedro Mendes, *op. cit.*, pp. 135-136.

Alguns autores<sup>205</sup> propõem a ampliação dos direitos de personalidade, nomeadamente o direito à integridade pessoal (art. 25.º da CRP), os direitos à identidade pessoal e ao desenvolvimento da personalidade (26.º/1), o direito de constituir família em condições de plena igualdade (36.º/1), de forma a incluir os animais de companhia, isto porque a grande maioria das famílias os considera como membros e parte essencial das suas vidas<sup>206</sup>, então para uma pessoa que tenha o animal de companhia, o bem-estar do seu animal constitui uma prioridade e uma condição essencial para o seu próprio bem-estar emocional<sup>207,208</sup>. Todavia, esta ampliação, apesar do seu mérito, apenas se aplicaria aos casos em que os animais de companhia são vítimas de maus tratos por terceiros e não pelos próprios proprietários. Assim, é necessário a introdução de uma norma de proteção do bem-estar animal no texto constitucional.

---

<sup>205</sup> Alexandra Moreira numa sessão, “Animais de companhia e ampliação do(s) direito(s) de personalidade”, realizada no dia 30 de Maio de 2017, no âmbito do III Curso Pós-graduado em Bioética, sob a coordenação de Mafalda Videira, José de Oliveira Ascensão, António Barbosa, Fernando Araújo.

<sup>206</sup> Vide <https://www.gfk.com/pt/insights/press-release/portugal-e-um-pais-pet-friendly/>.

<sup>207</sup> Evitar um “dano emocional”. Vide ALBERGARIA, Pedro Soares de, e LIMA, Pedro Mendes, *op. cit.*, pág. 152.

<sup>208</sup> Num acórdão do Tribunal da Relação do Porto, de 19-02-2015, (Relator: Aristides Rodrigues de Almeida), processo n.º 1813/12.6TBPNE.P1, o tribunal afirma que “os animais são seres vivos carecidos de atenção, cuidados e proteção do homem, e não coisas de que o homem possa dispor a seu bel-prazer, designadamente sujeitando-os a maus tratos ou a actos cruéis, tem implícito o reconhecimento das vantagens da relação do homem com os animais de companhia, tanto para o homem como para os animais, e subjacente a necessidade de um mínimo de tutela jurídica dessa relação, de que são exemplo a punição criminal dos maus tratos a animais e o controle administrativo das condições em que esses animais são detidos. Por conseguinte, a relação do homem com os seus animais de companhia possui hoje já um relevo à face da ordem jurídica que não pode ser desprezado.” Disponível em: <http://www.dgsi.pt/jtrp.nsf/56a6e7121657f91e80257cda00381fdf/3c0d5d98d088fab880257dfc00556bd1?OpenDocument>.

### 3 - Direito Penal

Ao contrário dos diplomas anteriores (ponto 1), os Códigos Penais de 1982 e 1995 não contemplaram nenhuma disposição relativa a prática de atos violentos sobre os animais. Então, a nível da tutela penal dos animais, no CP de 1995, tínhamos os artigos 278.º (“danos contra a natureza”)<sup>209</sup>, 279.º (“poluição”) e o 281.º (“perigo relativo a animais ou vegetais”)<sup>210, 211</sup>

A Lei n.º 92/95, de 12 de Setembro, estabeleceu medidas gerais de proteção (art.º 1), proibindo, no seu n.º 1, “todas as violências injustificadas contra animais, considerando-se como tais os actos consistentes em, sem necessidade, se infligir a morte, o sofrimento cruel e prolongado ou graves lesões a um animal”; regulou o comércio e espetáculos com animais, no que diz respeito às licenças municipais (artigo 2.º) e outras autorizações (art. 3.º), proibindo a utilização de animais feridos (art. 4.º); regulou também a eliminação e identificação de animais pelas câmaras municipais (art. 5.º e ss.), permitindo a “eliminação” de animais errantes, nomeadamente nos concelhos “em que o número (...) constituir um problema, (...) desde que o façam segundo métodos que não causem dores ou sofrimentos evitáveis” (n.º 1).

A Lei n.º 69/2014, de 29 de Agosto, introduziu, no final do Código Penal, um novo título - Título VI - “Dos crimes contra animais de companhia”, composto por três novos

---

<sup>209</sup> No seu n.º 2, na sua versão original “(...) o agente atua de forma grave quando: a) Fizer desaparecer ou contribuir decisivamente para fazer desaparecer uma ou mais espécies animais ou vegetais de certa região; b) Da destruição resultarem perdas importantes nas populações de espécies de fauna ou flora selvagens legalmente protegidas”.

<sup>210</sup> “Quem: a) Difundir doença, praga, planta ou animal nocivos; ou b) Manipular, fabricar ou produzir, importar, armazenar, ou puser à venda ou em circulação, alimentos ou forragens destinados a animais domésticos alheios; e criar deste modo perigo de dano a número considerável de animais alheios, domésticos ou úteis ao homem, ou a culturas, plantações ou florestas alheias, é punido com pena de prisão até 2 anos ou com pena de multa” (n.º 1).

<sup>211</sup> *Vide* GOMES, Carla Amado, “Desporto e proteção (...)”, pág. 748; BRANCO, Carlos Castelo, “Algumas notas ao estatuto jurídico dos animais” in *Revista do CEJ*, n.º 1, 1.º Semestre, 2017, pp. 78-79; ARAÚJO, Fernando, *op. cit.*, pp. 270-271.

artigos (387.º, 388.º e 389.º) e também procede à alteração da Lei n.º 92/95, de 12 de Setembro, alargando os direitos das associações zoófilas<sup>212, 213</sup>

Com os novos aditamentos ao Código Penal, o legislador optou pela mera proteção dos animais de companhia. No art. 389.º, n.º 1, dispõe que “entende-se por animal de companhia qualquer animal detido ou destinado a ser detido por seres humanos, designadamente no seu lar, para seu entretenimento e companhia”.<sup>214</sup> Note-se que essa definição foi transposta do art. 1.º, n.º 1, da Convenção Europeia para a Proteção dos Animais de Companhia (transposta pelo DL n.º 276/2001, de 17 de Outubro), ou seja, é uma norma de direito convencional, sendo que raramente essas normas são transpostas para o direito penal, visto que possuem um “conteúdo assumidamente programático”, e “na maioria das situações, incompatível com as características de clareza e certeza jurídica que devem assumir as normas do direito penal”. Então, o conceito de animal de companhia previsto na lei penal (e na Convenção) é um conceito aberto, o que poderá conduzir a “situações concretas de não punição por o julgador não poder concluir do conhecimento, pelo alegado agente do crime, de que determinado animal poderia ser tido por aquele como sendo um animal de companhia”<sup>215</sup>. Coloca-se aqui também a questão da abrangência do conceito, se abrange todos os animais destinados a serem detidos por seres humanos para seu entretenimento e companhia, independentemente do seu destino, ou então, apenas até ao momento em que lhes seja atribuída uma finalidade específica.

---

<sup>212</sup> “Artigo 9.º - Associações zoófilas

As associações zoófilas legalmente constituídas têm legitimidade para requerer a todas as autoridades e tribunais as medidas preventivas e urgentes necessárias e adequadas para evitar violações em curso ou iminentes da presente lei.

Artigo 10.º - Direitos de participação procedimental e ação popular

1 - As associações zoófilas podem constituir-se assistentes em todos os processos originados ou relacionados com a violação da presente lei e ficam dispensadas de pagamento de custas e taxa de justiça, beneficiando do regime previsto na Lei n.º 83/95, de 31 de agosto, com as necessárias adaptações.

2 - Às associações zoófilas pode ser atribuído o estatuto das organizações não-governamentais do ambiente, nos termos previstos na Lei n.º 35/98, de 18 de julho.”

<sup>213</sup> Vide SOUSA, Susana Aires de, “Argos e o direito penal (uma leitura «dos crimes contra animais de companhia» à luz dos princípios da dignidade e da necessidade)” in *Revista Julgar*, n.º 32, Maio/Ago 2017, pp. 149-150; FARIAS, Raúl, “Contributos para a evolução do direito criminal português na defesa dos animais” in *Revista Jurídica Luso Brasileira*, ano 3, n.º 6, 2017, pág. 219; *Idem*, “Dos crimes contra (...)”, pág. 139; VALDÁGUA, Maria da Conceição, “Algumas questões em torno da interpretação do tipo legal de crime de maus tratos a animais de companhia” in *Revista Jurídica Luso Brasileira*, ano 3, n.º 6, 2017, pág. 179.

<sup>214</sup> Vide LEITE, Fátima Correia e NASCIMENTO, Esmeralda, *Regime Jurídico dos Animais de Companhia*, Legislação Anotada, Almedina, Coimbra, 2004, pág. 13; FARIAS, Raul, “Contributos para a evolução (...)”, pág. 220; *Idem*, “Dos crimes contra (...)”, pág. 141.

<sup>215</sup> Vide FARIAS, Raul, “Contributos para a evolução (...)”, pág. 220.

Nos termos do DL n.º 276/2001, de 17 de Outubro, podem ser animais de companhia: os pequenos roedores e coelhos (art. 26.º), cães e gatos<sup>216</sup> (art. 27.º), aves (art. 28.º), répteis (art. 29.º), anfíbios (art. 30.º) e peixes (art. 31.º).<sup>217</sup> Assim, o 389.º do CP apenas abrange os animais de companhia em consonância com o DL 276/2001, excluindo os animais não-humanos utilizados nas touradas, os de criação para venda, os utilizados para fins agrícolas, de exploração pecuária<sup>218</sup> ou agroindustrial.<sup>219</sup> Porém, existem situações, cada vez mais frequentes, em que se tem como animais de companhia, animais que não fazem parte do elenco das normas do DL 276/2001, como por exemplo, os suínos e os equídeos, sendo que em alguns destes casos, o julgador tem vindo a considerá-los como animais de companhia, a fim de conseguir a punição do agente do crime.

No art. 387.º está prevista a criminalização dos maus tratos a animais de companhia, nos seguintes termos: “Quem, sem motivo legítimo, infligir dor, sofrimento ou quaisquer outros maus tratos físicos a um animal de companhia é punido com pena de prisão até um ano ou com pena de multa até 120 dias” (n.º 1); “Se dos factos previstos no número anterior resultar a morte do animal, a privação de importante órgão ou membro ou a afetação grave e permanente da sua capacidade de locomoção, o agente é punido com pena de prisão até dois anos ou com pena de multa até 240 dias” (n.º 2). Assim, estamos perante “um crime de resultado, cuja consumação se verifica com a efetiva ocorrência de dor ou sofrimento do animal, ou de quaisquer outros maus tratos físicos”<sup>220</sup>, podendo o agente do crime ser qualquer pessoa, pode ser o próprio proprietário do animal de companhia ou então um terceiro. Além disso, no n.º 2, o legislador não esclarece se o comportamento do agente deve ser negligente ou então doloso, o agravamento que coloca diz respeito ao resultado produzido e não se houve a intenção de produzir aquele resultado agravante, isto leva a que sejam feitas

---

<sup>216</sup> Vide art. 1.º e 2.º da Portaria n.º 1427/2001, de 15 de Dezembro.

<sup>217</sup> *Idem*, “Dos crimes contra (...)”, pág. 142.

<sup>218</sup> O DL n.º 81/2013, de 14 de Julho, integrou no conceito de animal de espécie pecuária “a produção pecuária de animais destinados a animais de companhia” (art. 2.º, al. c). Vide FARIAS, Raul, “Contributos para a (...)”, pp. 221-222.

<sup>219</sup> Vide BRANCO, Carlos Castelo, *op. cit.*, pág. 79.

<sup>220</sup> Vide FARIAS, Raul, “Dos crimes contra (...)”, pág. 144.



várias interpretações, o que em direito penal é bastante censurável, pois a necessidade de clareza da lei é bastante mais elevada do que nos outros ramos de direito.<sup>221</sup>

Alexandra Moreira sustenta que “a punição do resultado morte só está prevista a título preterintencional, portanto, se extravasar a vontade do agente e resultar da omissão de deveres de cuidado a que este estiver obrigado. E o mesmo é dizer que estão excluídos da tutela penal os casos em que o agente atua com intenção deliberada de matar, utilizando meio que produza morte instantânea, nomeadamente, arma de fogo. O que conduz ao resultado desconcertante de se punir penalmente quem, por exemplo, agrida o corpo de um ‘animal de companhia’ e se iliba quem o mate de forma intencional”<sup>222, 223</sup>

No artigo 388.º, está previsto o crime de abandono de animais de companhia - “Quem, tendo o dever de guardar, vigiar ou assistir animal de companhia, o abandonar, pondo desse modo em perigo a sua alimentação e a prestação de cuidados que lhe são devidos, é punido com pena de prisão até seis meses ou com pena de multa até 60 dias”. Aqui, estamos perante “um crime de perigo concreto, em que a sua consumação do resultado típico previsto na norma apenas terá lugar com a efetiva criação de perigo para a alimentação e prestação de cuidados devidos ao animal de companhia”<sup>224</sup>. Por conseguinte, tem sido difícil a sua aplicação prática, visto que em muitos dos casos consubstancia-se num resultado, que é o sofrimento do animal, sendo muitas das vezes integrado no crime de maus tratos a animal de companhia, ou então conjuntamente com este.<sup>225</sup>

A nível da problemática da interpretação destes artigos, as expressões utilizadas pelo legislador que têm causado maiores dúvidas são as seguintes: a expressão “sem motivo

---

<sup>221</sup> Vide VALDÁGUA, Maria da Conceição, *op. cit.*, pp. 179-182; FARIAS, Raul, “Contributos para a evolução (...)”, pág. 224; *Idem*, “Dos crimes contra (...)”, pp. 143-144.

<sup>222</sup> Vide MOREIRA, Alexandra Reis, “Perspectivas quanto à aplicação da nova legislação” in *Animais: deveres e direitos*, textos organizados por Maria Luísa Duarte e Carla Amado Gomes, ICJP, Lisboa, 2015, pág. 165; VALDÁGUA, Maria da Conceição, *op. cit.*, pp. 186-187.

<sup>223</sup> Temos, por exemplo, o caso Simba, que ficou muito conhecido nos meios de comunicação social. O tribunal de Idanha-a-Nova condenou o homem que baleou mortalmente o cão Simba e que tinha sido acusado de um crime de dano agravado sobre um bem móvel, a uma pena de 240 dias de multa, cerca de € 1920, e uma indemnização de € 4000 a pagar ao proprietário do cão. Vide “Homem que matou cão Simba condenado a pagar multa de 1920 euros”, in *Público*, edição de 26 de Abril de 2016. Disponível em: <https://www.publico.pt/2016/04/26/sociedade/noticia/homem-que-matou-cao-simba-condenado-a-pagar-multa-de-1920-euros-1730254>.

<sup>224</sup> Vide FARIAS, Raul, “Dos crimes contra (...)”, pág. 144.

<sup>225</sup> *Ibidem*, pp. 148-149; *Idem*, “Contributos para a evolução (...)”, pág. 227.

legítimo”, “quaisquer outros maus tratos físicos” (art. 387.º, n.º 1)<sup>226</sup>; “dever de guardar, vigiar ou assistir animal de companhia”, “abandonar” (art. 388.º); “entretenimento e companhia” (art. 389.º, n.º 1); “não se aplica a factos relacionados com a utilização de animais para fins de exploração agrícola, pecuária ou agroindustrial, (...) de espetáculo comercial ou outros fins legalmente previstos” (389.º, n.º 2).

Para além dos problemas interpretativos, também existem lacunas, nomeadamente a exclusão dos maus tratos psicológicos; a omissão dos danos preterintencionais à saúde; a mencionada omissão do resultado morte na imputação a título doloso; a ausência de penas acessórias específicas; a omissão do quadro sancionatório da Lei de Proteção dos Animais, assim existem infrações sem penas.<sup>227</sup> Também não existe nenhuma norma relativa aos crimes sexuais contra os animais, ao contrário de vários ordenamentos jurídicos, nomeadamente o espanhol.<sup>228</sup> Além disto, não é punível a tentativa, o que já não acontece no crime de dano<sup>229</sup> (art. 212.º, n.º 2), sendo nos casos em que existe um ato de violência sob o animal de companhia por terceiro, a moldura penal aplicável, por exemplo ao crime de furto (pena de prisão até 3 anos ou pena de multa- 203.º/1) é superior ao que é aplicado quando o resultado se consubstancia na morte do animal (até dois anos ou pena de multa).

Existe o problema do concurso entre o crime de dano e o crime de maus tratos a animais de companhia, visto que o primeiro tem tutela constitucional.<sup>230</sup> Um dos casos mais frequentes são aqueles em que um cão é deixado num automóvel com janelas fechadas, num dia de calor - neste caso, em primeiro lugar devemos chamar o proprietário do automóvel, se não estiver por perto um agente de autoridade, caso o cão esteja sob uma grande aflição e não houver tempo para recorrer às autoridades competentes, dever-se-á partir a janela do carro e socorrer o animal, pois estaríamos a agir sob um estado de necessidade ou consentimento presumido, uma vez que nesses casos os proprietários estão a agir de forma negligente e

---

<sup>226</sup> Vide VALDÁGUA, Maria da Conceição, *op. cit.*, pág. 182; FARIAS, Raul, “Dos crimes contra (...)”, pág. 144; *Idem*, “Contributos para a evolução (...)”, pág. 225.

<sup>227</sup> Vide MOREIRA, Alexandra Reis, “Perspectivas quanto à aplicação (...)”, pág. 163-170; HENRIQUES, Ana, “Lei dos maus tratos a animais continua a ser «disfuncional»”, in *Público*, edição de 10 de Dezembro de 2017. Disponível em: <https://www.publico.pt/2017/12/10/sociedade/entrevista/animais-continuamos-a-ter-uma-lei-disfuncional-1795393>.

<sup>228</sup> Vide FARIAS, Raul, “Dos crimes contra (...)”, pág. 145.

<sup>229</sup> *Idem*, “Contributos para a evolução (...)”, pág. 224.

<sup>230</sup> Vide VALDÁGUA, Maria da Conceição, *op. cit.*, pp. 189-190.

muito provavelmente sofrerão danos emocionais com a possível perda do seu animal de companhia.

Outros problemas, já nível prático, são os casos de maus tratos ao animal pelo seu dono, sendo que o animal que é vítima é levado para um abrigo próprio, o problema é quando o animal não se encontra nas categorias típicas de animais de companhia, sendo difícil encontrar um local de acolhimento. O outro grande problema é não se fazerem perícias veterinárias forenses, o que é essencial nos casos de maus de tratos, de forma a avaliar o nível de sofrimento causado ao animal.<sup>231</sup>

Raul Farias sugere novas redações aos artigos 387.º, 388.º e 389.º, e ainda o aditamento de um artigo, o 389.º-A. Relativamente ao artigo 387.º, sugere a seguinte redação (cuja epígrafe passaria a ser “Animalicídio”): “1. Quem matar animal de companhia fora das situações previstas em legislação especial é punido com pena de prisão até 3 anos ou com pena de multa. 2. A mesma pena é aplicável a quem matar animal de espécie pecuária fora das situações previstas em legislação especial ou sem o intuito de prover a alimentação humana ou animal. 3. A tentativa é punível”.<sup>232</sup> Ao art. 388.º, faz a seguinte redação: “Quem, tendo o dever legal ou contratual de guardar, vigiar ou assistir animal, ou tendo voluntariamente assumido esse dever, abandoná-lo em qualquer local com o propósito de pôr termo à sua guarda, vigilância ou assistência, sem que proceda à sua transmissão para a guarda e responsabilidade de outras pessoas singulares ou coletivas que aceitem voluntariamente essa transmissão, é punido com pena de prisão até 6 meses ou com pena de multa até 60 dias”.<sup>233</sup>

---

<sup>231</sup> Vide SIMÕES, Deolinda Reis, “Aspectos forenses de aplicação da nova legislação - articulação das entidades envolvidas na produção de prova em juízo” in *Direito (do) Animal*, textos organizados por Maria Luísa Duarte e Carla Amado Gomes, Reimpressão, Almedina, Coimbra, 2016, pp. 136-137.

<sup>232</sup> Vide FARIAS, Raul, “Contributos para a evolução (...)”, pp. 224-225.

<sup>233</sup> *Ibidem*, pág. 229.

## 4 - Direito Civil

### 4.1 - Análise do atual Código Civil

#### 4.1.1 - Antes da redação dada pela Lei n.º 8/2017, de 3 de Março

O Código Civil de 1966 adotou uma noção ampla de coisa, coisa é “tudo aquilo que pode ser objeto de relações jurídicas” (art. 202.º, n.º 1), incluindo-se aqui os animais, fazendo a distinção entre animais selvagens<sup>234</sup> e não selvagens (art. 1319.º).<sup>235</sup> Segundo Mota Pinto, quando se fala em objetos de relações jurídicas, existem outros possíveis objetos para além das coisas, podendo até ser pessoas, definindo as coisas como “os bens (ou os entes) de carácter estático, desprovidos de personalidade e não integradores do conteúdo necessário desta, suscetíveis de constituírem objeto de relações jurídicas”. Então, para serem coisas é preciso terem uma existência autónoma ou separada, têm de ser suscetíveis de apropriação exclusiva por um indivíduo e têm de ser aptas a satisfazer necessidades ou interesses humanos.<sup>236</sup>

Nos termos do art. 203.º, “As coisas são imóveis ou móveis, simples ou compostas, fungíveis ou não fungíveis, consumíveis ou não consumíveis, divisíveis ou indivisíveis, principais ou acessórias, presentes ou futuras.” As coisas imóveis estão taxativamente previstas no art. 204.º, já as coisas móveis são “todas as coisas não compreendidas no artigo anterior” (205.º/1). Deste modo, os animais são coisas móveis (*res mobiles*).

Ao contrário dos animais selvagens, os animais domésticos e os domesticados são objetos de direitos privados, podendo incidir sobre eles os direitos de posse, usufruto, propriedade (singular ou em compropriedade), podem ser adquiridos por qualquer modo de aquisição de coisas móveis, até mesmo por ocupação.<sup>237</sup>

---

<sup>234</sup> Aqueles “que se encontram no seu estado de liberdade natural”, sendo protegidos por legislação especial (art. 1319.º). *Vide* BRANCO, Carlos Castelo, *op. cit.*, pág. 81.

<sup>235</sup> *Vide* BRANCO, Carlos Castelo, *op. cit.*, pp. 80-81.

<sup>236</sup> *Vide* PINTO, Carlos Alberto Mota, *Teoria Geral do Direito Civil*, 4.ª ed. por António Pinto Monteiro e Paulo Mota Pinto, Coimbra Editora, 2005, pp. 342-343; MATOS, Filipe Albuquerque, e BARBOSA, Mafalda Miranda, *op. cit.*, pp. 21-22.

<sup>237</sup> *Vide* COSTA, António Pereira da, *op. cit.*, pág. 19.

Na versão originária do CC, no seu art. 1318.º (“coisas suscetíveis de ocupação”), diz que “Podem ser adquiridos por ocupação os animais e outras coisas móveis que nunca tiveram dono, ou foram abandonados, perdidos ou escondidos pelos seus proprietários, salvas as restrições dos artigos seguintes.”

Relativamente à questão do abandono de coisas móveis, o abandono constitui uma das formas de extinção do direito de propriedade em particular, regendo-se pelas disposições aplicáveis aos negócios jurídicos, mais precisamente o art. 295.º do CC, desta forma “só pode abandonar quem tiver capacidade de exercício de direitos, sendo a impugnação possível por vício de vontade”<sup>238</sup>. Note-se que antes de entrar em vigor a Lei 69/2014, os maus tratos e o abandono eram questões de direito contraordenacional.

Nos casos de animais perdidos, nos termos do art. 1323.º, aquele que encontrar animal ou outra coisa móvel, se souber quem é o dono, tem o dever de restituir o achado ao seu dono (n.º 1), ou então deve anunciar a coisa perdida, se não for reclamada, num prazo de um ano a contar do anúncio, o achador pode se apropriar da coisa (n.º 2). Se for restituído o animal, o achador tem um direito de indemnização pela despesas realizadas ou no caso de haver prejuízo, e ainda a um prémio (n.º 3). “O achador goza do direito de retenção e não responde, no caso de perda ou deterioração da coisa, senão havendo da sua parte dolo ou culpa grave” (n.º 4).<sup>239</sup>

No que diz respeito à compra e venda, os animais enquanto coisas móveis, a compra e venda não está sujeita a forma (219.º e 875.º), aplicando-se assim o regime geral das coisas móveis, com a exceção do artigo 920.º do CC.<sup>240</sup>

Segundo o artigo 1305.º (“conteúdo do direito de propriedade”), o “proprietário goza de modo pleno e exclusivo dos direitos de uso, fruição e disposição das coisas que lhe pertencem, dentro dos limites da lei e com observância das restrições por ela impostas”. Dentro das restrições, temos de distinguir entre: as restrições legais, que são aquelas que são imediatamente impostas por lei, por exemplo, as leis protetoras de certas espécies de animais selvagens; as restrições judiciais que derivam de uma decisão judicial; as administrativas, resultam de um ato administrativo, por exemplo o DL 314/2003, de 17 de Dezembro, que

---

<sup>238</sup> *Ibidem*, pág. 26.

<sup>239</sup> *Ibidem*, pp. 28-29.

<sup>240</sup> *Ibidem*, pp. 35, 40.

aprova o Programa Nacional de Luta e Vigilância Epidemiológica da Raiva Animal e Outras Zoonoses e estabelece as regras relativas à posse e detenção, comércio, exposições e entrada em território nacional de animais susceptíveis à raiva; e as convencionais, que resultam de negócios jurídicos celebrados entre particulares, por exemplo, do contrato de arrendamento, ou do regulamento de condomínio.<sup>241</sup>

#### **4.1.2 - O reconhecimento do estatuto jurídico dos animais com a Lei n.º 8/2017. Alterações e aditamentos**

Na linha do pensamento austríaco, alemão e francês<sup>242</sup>, foi aprovada a Lei n.º 8/2017, de 3 de Março, que estabelece um estatuto jurídico dos animais, através da alteração dos artigos 1302.º, 1305.º, 1318.º, 1323.º, 1733.º e 1775.º do Código Civil; da revogação do artigo 1321.º (“animais ferozes fugidos); do aditamento do art. 201.º-B, 201.º-C, 201.º-D, 493.º-A, 1305.º-A e 1793.º-A; alterando também a organização sistemática do CC, aditando um Subtítulo I ao título II do Livro I (“Dos animais”); altera o art. 736.º do Código de Processo Civil; e por fim, altera os artigos 203.º a 207.º, 209.º a 213.º, 227.º, 231.º a 233.º, 255.º, 355.º, 356.º, 374.º-B a 376.º do Código Penal.<sup>243</sup>

O art. 1.º, da Lei n.º 8/2017, sustenta o estabelecimento de um estatuto jurídico aos animais, por reconhecer a sua natureza de seres vivos dotados de sensibilidade, à luz do artigo 13.º do TFUE. O art. 201.º-B do CC acrescente a esta definição de animais que estes são objeto de proteção jurídica em virtude da sua natureza. Logo, isto gera dúvidas quanto à intenção do legislador, se era reconhecer que os animais são dotados da capacidade de sentir<sup>244</sup>, ou se é virtude de uma ideia de compaixão humana pela fragilidade dos animais, obrigando o direito a protegê-los.<sup>245</sup>

---

<sup>241</sup> *Ibidem*, pp. 43-47.

<sup>242</sup> *Vide* BRANCO, Carlos Castelo, *op. cit.*, pág. 81.

<sup>243</sup> *Vide* MATOS, Filipe Albuquerque, e BARBOSA, Mafalda Miranda, *op. cit.*, pág. 29; BRANCO, Carlos Castelo, *op. cit.*, pp. 85-86.

<sup>244</sup> A capacidade de sentir sensações (ex. dor) ou sentimentos (ex. medo e ansiedade), de forma consciente.

<sup>245</sup> *Vide* SÁ, Filipa Almeno de Carvalho Patrão Vieira de, “O novíssimo lugar dos animais no mundo do Direito. Que projecto para o século XXI? Múltiplas perspectivas ou uma revolução paradigmática?” in *Revista Jurídica Luso Brasileira*, ano 3, n.º 6, 2017, pág. 116.

Enquanto que, no BGB e no ABGB, o legislador diz expressamente que os animais não são coisas, o legislador português opta por uma definição semelhante à francesa, não distinguindo entre coisas e animais, mas tem na sua base o princípio da não coisificação, ou seja, a intenção do legislador era de que os animais deixassem de serem coisas.<sup>246</sup>

Note-se que apesar de os animais deixarem de ser coisas, estes continuam a ser objetos de direitos privados. No art. 1302.º, diz que as coisas corpóreas, móveis ou imóveis, podem ser objeto de direito de propriedade (n.º 1), mas ainda podem ser objeto de direito de propriedade os animais (n.º 2). O 1305.º-A tem na sua epígrafe, propriedade de animais, estabelecendo os deveres dos proprietários de animais, conforme o princípio jurídico do bem-estar animal (art. 13.º do TFUE), nomeadamente o dever de garantir o seu acesso a água e alimentação, e cuidados médico-veterinários. Porém, este artigo limita-se a repetir deveres que já se encontravam vinculados ao proprietário, como é o caso do art. 3.º do DL 314/2003<sup>247</sup>, o art. 1.º da Lei n.º 92/95 (medidas gerais de proteção).<sup>248</sup>

O legislador, na alteração do art. 1318.º, optou por separar sintático-semanticamente, dentro do instituto de ocupação<sup>249</sup>, animais de coisas móveis, na formulação anterior dizia “animais e outras coisas móveis”, continuando os animais a serem suscetíveis de aquisição por ocupação, com as restrições previstas nos artigos seguintes. Similarmente à alteração ao art. 1318.º, no art. 1323.º, está disposto que aquele que encontrar animal ou coisa móvel perdida e souber a quem pertence deve restituir o animal ou a coisa a seu dono ou avisá-lo do achado (n.º 1). O legislador optou por acrescentar novos números e reorganizar, simplificar e atualizar as disposições anteriores. No n.º 2 dispõe que “Se não souber a quem pertence o animal ou coisa móvel, aquele que os encontrar deve anunciar o achado pelo modo mais conveniente, atendendo ao seu valor e às possibilidades locais, e avisar as autoridades, observando os usos da terra, sempre que os haja”, devendo o achador de animal, quando possível, recorrer aos meios de identificação acessíveis através de médico veterinário (n.º 3).

---

<sup>246</sup> *Ibidem*, pp. 117-118; LUSA, “Animais devem deixar de ser «coisas» no Código Civil”, in *Diário de Notícias*, edição de 12 de Abril de 2016. Disponível em: <https://www.dn.pt/sociedade/interior/animais-devem-deixar-de-ser-coisas-no-codigo-civil-5122588.html>.

<sup>247</sup> “O alojamento de cães e gatos em prédios urbanos, rústicos ou mistos, fica sempre condicionado à existência de boas condições do mesmo e ausência de riscos hígio-sanitários relativamente à conspurcação ambiental e doenças transmissíveis ao homem” (n.º 1).

<sup>248</sup> *Vide* BRANCO, Carlos Castelo, *op. cit.*, pp. 95-98.

<sup>249</sup> *Vide* SÁ, Filipa Almeno de Carvalho Patrão Vieira de, *op. cit.*, pp. 118-119.

O dono continua a ter um prazo de um ano, a contar do anúncio ou aviso, para reclamar o animal ou coisa perdida (n.º 4). Depois da restituição, o achador tem direito à indemnização do prejuízo havido e das despesas realizadas (n.º 5). “O achador goza do direito de retenção e não responde, no caso de perda ou deterioração do animal ou da coisa, senão havendo da sua parte dolo ou culpa grave” (n.º 6). Acrescenta que o achador tem o direito de retenção do animal, caso haja o fundado receio de que o animal achado seja vítima de maus-tratos por parte do seu proprietário (n.º 7).<sup>250</sup>

Relativamente à compra e venda, mantêm-se as disposições anteriores, ou seja, continuam a ser aplicadas as disposições gerais de compra e venda, com a exceção do art. 920.º (venda de animais defeituosos).

Apesar de os animais já não serem coisas, nos termos do artigo 201.º-D, na ausência de lei especial (201.º-C), são aplicáveis subsidiariamente as disposições relativas às coisas, desde que não sejam incompatíveis com a sua natureza, aplicando-se por inteiro, por exemplo, o regime da compra e venda, comodato, locação ou doação.<sup>251</sup>

Também com as alterações no artigo 1733.º suscitam dúvidas de que os animais deixaram ser coisas, pois foi acrescentada a al. h), no seu n.º 1, onde está previsto um elenco de bens comunicáveis, ou seja, bens a serem excetuados pela comunhão, passando a incluir aqui os animais de companhia que cada um dos cônjuges tiver ao tempo da celebração do casamento. No caso de o animal ser adquirido após o casamento, faz sentido aplicar o regime do 1724.º (bens integrados na comunhão), aplicável às coisas, sendo assim o animal de ambos<sup>252</sup>.

No âmbito da regulamentação do divórcio, o legislador relativamente ao processo de divórcio por mútuo consentimento instaurado na conservatória do registo civil, diz que caso os cônjuges tenham animais de companhia, devem acompanhar o requerimento com o respetivo acordo sobre o destino dos animais de companhia (1775.º/1/h), assim como o da casa de morada de família (al. d), o da prestação de alimentos ao cônjuge que deles careça (al. c), entre outros documentos.

---

<sup>250</sup> Vide BRANCO, Carlos Castelo, *op. cit.*, pp. 98-99.

<sup>251</sup> Vide CORDEIRO, A. Barreto Menezes, “A natureza jurídica dos animais à luz da Lei n.º 8/2017, de 3 de Março” in *Revista Jurídica Luso Brasileira*, ano 3, n.º 6, 2017, pág. 45.

<sup>252</sup> Vide FARIAS, Raul, “O Direito dos Animais (de Companhia) no Direito Português da Família após as alterações introduzidas pela Lei n.º 8/2017” in *Revista Jurídica Luso Brasileira*, ano 3, n.º 6, 2017, pág. 235.



Nos casos em que o animal pertence apenas a um dos cônjuges, nos termos do art. 1722.º/1/a) e do art. 1733.º/1/h), se existir acordo entre os cônjuges relativamente ao destino do animal, a norma não será necessária, visto que a transmissão da propriedade ou da posse será automática; além disso, em situações de litígio, pode o titular do animal transmitir atempadamente o animal a terceiro, não existindo qualquer instrumento normativo que possa impedir essa situação. Note-se que os casos de incomunicabilidade dos bens não abrange os respetivos frutos (1733.º/2), sendo assim, a ninhada que surgir na constância do matrimónio, já se integrará no regime de comunhão conjugal.<sup>253</sup>

O legislador dita ainda o art. 1793.º-A, cuja epígrafe é animais de companhia, em que diz que os animais de companhia são confiados a um ou a ambos os cônjuges, considerando, nomeadamente, os interesses de cada um dos cônjuges e dos filhos do casal e também o bem-estar do animal. Parece que aqui é visto enquanto membro da família, privilegiando o seu bem-estar; porém, coloca esse bem-estar no mesmo patamar que os interesses dos cônjuges e dos seus filhos, caso os tenham.<sup>254</sup> “A jurisprudência nacional terá um papel decisivo na concretização desses conceitos indeterminados” (“interesses de cada um dos cônjuges”, “interesses dos filhos do casal”, “bem-estar animal”)<sup>255</sup>.

Na Suíça, no âmbito do divórcio, no seu art. 651.º-A) do ZGB, o tribunal deve adjudicar o animal ao cônjuge que garanta a sua melhor acomodação e o seu melhor tratamento, tendo assim como prioridade o bem-estar animal.<sup>256</sup> Não só na jurisprudência suíça, mas também por exemplo na França, há muitos litígios relativos ao direito de guarda, prestação alimentícia e direito de visita em relação aos animais, similarmente ao que ocorre com os filhos do casal. O elevado número de litígios justifica-se pela relação de afetividade entre o animal e o seu dono ou donos, sendo que muitas das pessoas consideram-os membros da sua família, e até algumas pessoas consideram-os seus filhos<sup>257</sup>.

---

<sup>253</sup> *Ibidem*, pp. 235-236.

<sup>254</sup> *Ibidem*, pág. 240; BRANCO, Carlos Castelo, *op. cit.*, pp. 99-101.

<sup>255</sup> *Vide* BRANCO, Carlos Castelo, *op. cit.*, pág. 101.

<sup>256</sup> *Vide* MATOS, Filipe Albuquerque, e BARBOSA, Mafalda Miranda, *op. cit.*, pág. 18.

<sup>257</sup> *Vide* SALLES, Carolina, “«Filhos» no divórcio: os animais de estimação”, in *Jusbrasil*. Disponível em: [https://carollinasalle.jusbrasil.com.br/artigos/460688943/filhos-no-divorcio-os-animais-de-estimacao?ref=topic\\_feed](https://carollinasalle.jusbrasil.com.br/artigos/460688943/filhos-no-divorcio-os-animais-de-estimacao?ref=topic_feed).

Um dos primeiros casos de custódia partilhada de uma animal ocorreu em Barcelona, tendo o juiz considerado que, a documentação do animal onde figura apenas o nome da mulher, é uma mera “circunstância formal”<sup>258</sup> e que o importante é que durante o período em que tiveram juntos, responsabilizaram-se por Luna como “um ser de ambos”.<sup>259</sup>

Nos casos de união de fato, a Lei n.º 8/2017 não procedeu à alteração da Lei de Proteção das Uniões de Facto (Lei n.º 7/2001, de 11 de Maio), poderá haver lugar a um pedido de confiança do animal de companhia<sup>260</sup>, fundamentando-se no seu art. 4.º que diz que em caso de ruptura da união de facto é aplicável o disposto nos artigos 1105.º e 1793.º do CC.

No art. 493.º-A, o legislador estabelece, no caso de lesão do animal, o direito de indemnização do proprietário do animal ou dos indivíduos ou entidades que tenham procedido ao seu socorro pelas despesas de tratamento, havendo lugar também a uma indemnização em termos gerais (n.º 1). A indemnização é devida mesmo que seja superior ao valor monetário do animal (n.º 2). Nos casos em que por virtude da lesão resulte a morte do animal, a privação de importante órgão ou membro ou a afetação grave e permanente da sua capacidade de locomoção, o seu proprietário tem direito, nos termos do art. 496.º/1<sup>261</sup>, a indemnização adequada pelo desgosto ou sofrimento moral em que tenha incorrido, em montante a ser fixado equitativamente pelo tribunal.

Quanto a este novo preceito, são suscitadas muitas dúvidas. Questiona-se a razão porque não surge na sequência dos artigos 495.º e 496.º do Código Civil, pois são normas que tratam de questões atinentes ao dano. O art. 495.º diz respeito à indemnização a terceiros em caso de morte ou lesão corporal por isso não faz sentido incorrer a essa indemnização no 493.º-A, n.º 1, quando se consegue obter pelas normas gerais, e ainda acrescenta que essa indemnização pode ser obtido “sem prejuízo de indemnização devida nos termos gerais”,

---

<sup>258</sup> No caso português, “o animal deverá permanecer na posse do respetivo titular que manteve o licenciamento”. Vide FARIAS, Raul, “O Direito dos Animais (...)”, pp. 240-241.

<sup>259</sup> Vide NUNES, Fábio, “Juiz decide dar custódia partilhada de cão a casal que se separou”, in *Notícias ao Minuto*, edição de 21 de Março de 2018. Disponível em: <https://www.noticiasao minuto.com/mundo/978030/juiz-decide-dar-custodia-partilhada-de-cao-a-casal-que-se-separou>.

<sup>260</sup> Vide FARIAS, Raul, “O Direito dos Animais (...)”, pág. 246.

<sup>261</sup> “Na fixação da indemnização deve atender-se aos danos não patrimoniais que, pela sua gravidade, mereçam a tutela do direito.”

assim, o n.º 1 desse artigo limita-se a repetir o disposto no n.º 1 e 2 do art. 495.º do CC<sup>262</sup>, restringindo a sua aplicação aos casos em que a vítima é o animal. A jurisprudência nacional<sup>263</sup>, mesmo antes do aditamento do art. 493.º-A ao Código Civil, já tem vindo a admitir a compensação por danos não patrimoniais nos casos de lesão grave ou morte do animal.<sup>264</sup>

Apesar do mérito da Lei n.º 8/2017, temos de admitir que existem várias inconsistências e lacunas na Lei n.º 8/2017, para além das mencionadas, especialmente no âmbito do divórcio e da indemnização em caso de lesão ou morte do animal. Como se pode verificar, ainda que o objeto desta lei seja estabelecer um estatuto jurídico ao animal, a verdade é que trouxe sérias dúvidas acerca da sua qualificação, mais precisamente se ainda são coisas. Por exemplo, no art. 493.º-A, n.º 2, reconhece que a indemnização é devida mesmo que superior ao valor monetário do animal, o facto de atribuir valor económico parece que lhes coloca no mesmo nível que as coisas. Também o facto de se aplicar subsidiariamente o regime aplicável às coisas (201.º-D). Além disso, os animais de companhia são mencionados na al. h) do art. 1733.º, n.º 1, enumerados com outros bens, sendo que a epígrafe desse artigo é “bens comunicáveis”. Depois, continuam a ser objetos de direitos privados, nomeadamente o direito de propriedade (1305.º-A).

Existem certas expressões ou conceitos utilizados pelo legislador que nos deixam na dúvida acerca da sua aplicação ou então são desnecessárias ou repetidas em outra legislação, a título de exemplo, no art. 1305.º-A, n.º 1, expõe os deveres do proprietário de um animal, deveres esse que estão previstos em legislação especial, e inclui deveres que parecem se

---

<sup>262</sup> “1. No caso de lesão de que proveio a morte, é o responsável obrigado a indemnizar as despesas feitas para salvar o lesado e todas as demais, sem exceptuar as do funeral. 2. Neste caso, como em todos os outros de lesão corporal, têm direito a indemnização aqueles que socorreram o lesado, bem como os estabelecimentos hospitalares, médicos ou outras pessoas ou entidades que tenham contribuído para o tratamento ou assistência da vítima.”

<sup>263</sup> Por exemplo, o acórdão do Tribunal da Relação do Porto, de 19-02-2015, (Relator: Aristides Rodrigues de Almeida), processo n.º 1813/12.6TBPNE.P1, o julgador afirma que “a evolução do tratamento dos danos não patrimoniais no nosso sistema jurídico conduziu a que hoje se aceite que também as pessoas colectivas podem sofrer danos não patrimoniais e que inclusivamente no domínio das puras relações obrigacionais ou contratuais o incumprimento dos deveres de prestação possa causar ao credor danos não patrimoniais indemnizáveis. Não se vê, pois, como ou porque deixar de incluir nos danos não patrimoniais sofridos por uma pessoa o sofrimento e o desgosto que lhe causa a perda de um animal de companhia ao qual ganhou afeição, que consigo partilha o dia-a-dia, que alimenta e cuida, que leva ao veterinário quando está doente ou precisa de cuidados de saúde.” Disponível em: <http://www.dgsi.pt/jtrp.nsf/56a6e7121657f91e80257cda00381fd/f3c0d5d98d088fab880257dfc00556bd1?OpenDocument>

<sup>264</sup> Vide MATOS, Filipe Albuquerque, e BARBOSA, Mafalda Miranda, *op. cit.*, pp. 32-34, 119-125; BRANCO, Carlos Castelo, *op. cit.*, pp. 92-95.

restringir aos proprietários de animais quando na verdade são deveres da função pública, nomeadamente os deveres de “salvaguarda de espécies em risco”. Levanta-se aqui também a questão da exigibilidade - “sempre que exigíveis” - pois, é preciso determinar a medida de exigibilidade, “a fim de saber se nos encontramos perante medidas exigíveis não apenas quanto à salvaguarda de espécies em risco, como ainda a propósito dos problemas respeitantes à criação, reprodução, detenção e proteção dos animais”<sup>265</sup>. No n.º 3 desse mesmo artigo, diz que o direito de propriedade de um animal não abrange a possibilidade de, sem motivo legítimo, infligir dor, sofrimento ou quaisquer outros maus tratos que resultem em sofrimento injustificado, abandono ou morte. Então, isto dizer que em certas situações pode ser infligida dor, morte ou outro sofrimento aos animais, desde que seja um motivo justificável, nesta disposição o legislador não esclarece as circunstâncias em que esse sofrimento seja justificável, provavelmente o legislador pensou nos casos dos animais para fins alimentícios, as touradas, a caça, a pesca, entre outras atividades, mas faria mais sentido se tivesse exceptuado nessa disposição essas situações. No artigo 1323.º, n.º 6, é utilizada a expressão “deterioração do animal”, sendo questionável. É uma expressão que se dirige às coisas e não faz sentido aplicá-la a animais com vida.

#### **4.2 - Outras questões juridicamente relevantes**

Como já foi dito, o proprietário goza de modo pleno e exclusivo dos direitos de uso, fruição e disposição das coisas que lhe pertencem, dentro dos limites da lei e com observância das restrições por ela impostas (1305.º). Com a Lei n.º 8/2017, foi aditado o artigo 1305.º-A, cuja epígrafe é propriedade de animais, então será que as tais restrições podem ser aplicáveis à propriedade de animais? A resposta é positiva, como já vimos, existem várias restrições legais, como é o caso da Lei n.º 92/95, de 12 de Setembro, que por exemplo estabelece os limites de comercialização e do uso de animais em espetáculos; o DL 312/2003, de 17 de Dezembro, que estabelece as normas aplicáveis à detenção de animais perigosos e potencialmente perigosos, enquanto animais de companhia. Podendo ainda haver outros tipos de restrições, nomeadamente as administrativas, as judiciais e as convencionais.

---

<sup>265</sup> Vide MATOS, Filipe Albuquerque, e BARBOSA, Mafalda Miranda, *op. cit.*, pág. 141.

Quando falamos em restrições convencionais, referimo-nos às que resultam de negócios jurídicos acordados entre particulares, sendo os casos mais frequente os de contrato de arrendamento e os regulamentos internos do condomínio.<sup>266</sup>

O contrato de arrendamento é o contrato pelo qual uma das partes se obriga a proporcionar à outra o gozo de uma coisa imóvel e a outra, em contrapartida, se obriga a realizar uma prestação pecuniária (artigos 1022.º e 1023.º do CC).

Na França, qualquer cláusula no contrato de arrendamento para habitação que não permita a detenção de um animal de companhia é tida como não escrita. Porém, em Portugal não existe nenhuma norma idêntica, tendo que se recorrer ao regime do contrato de arrendamento, havendo uma forte tendência por parte dos senhorios<sup>267</sup> em estipular cláusulas de proibição do alojamento de animais, sendo que o inquilino, enquanto parte mais vulnerável, limita-se a aceitar os termos do contrato.<sup>268</sup>

Existem casos na jurisprudência portuguesa de pedidos de resolução de contratos de arrendamento pelos senhorios, pelos arrendatários possuírem animais de companhia, com fundamento na violação de regras de higiene, sossego e de boa vizinhança (art. 1083.º, n.º 2, al. a) do CC). Note-se que nestes casos, estamos a colocar em confronto dois direitos de personalidade, o direito de sossego<sup>269</sup> e o direito à habitação<sup>270</sup>, por via do princípio da proporcionalidade deve prevalecer o direito à habitação, daí que a jurisprudência tenha entendido que para ser justificável a resolução de um contrato de arrendamento, o ruído

---

<sup>266</sup> Vide COSTA, António Pereira da, *op. cit.*, pág. 47.

<sup>267</sup> Existe o receio de que seja danificado o imóvel ou os bens que lá constam (no caso de arrendamento de um prédio já mobilado); ou então que causem incómodos aos vizinhos.

<sup>268</sup> *Ibidem*, pág. 47.

<sup>269</sup> “O direito ao repouso, ao sossego e ao sono são uma emanção da consagração constitucional do direito à integridade física e moral da pessoa humana e a um ambiente de vida sadio, constituindo, por isso, direitos de personalidade e com assento constitucional entre os Direitos e Deveres Fundamentais”. Vide Acórdão do Supremo Tribunal de Justiça, de 13-09-2007, (Relator: Alberto Sobrinho), processo .º 07B2198. Disponível em: <http://www.dgsi.pt/jstj.nsf/954f0ce6ad9dd8b980256b5f003fa814/1e8ce6a3977120378025735500505f0c?OpenDocument>.

Em defesa do direito ao descanso, nos E.U.A, um tribunal no estado de Oregon condenou um casal a retirar as cordas vocais dos seus dois cães, devido ao excessivo latido e por incomodar um casal vizinho. Vide BURÉGIO, Fátima, “Casal é condenado a retirar cordas vocais dos cachorros por causa do excessivo latido”, in *Jusbrasil*. Disponível em: [https://fatimaburegio.jusbrasil.com.br/noticias/494262189/casal-e-condenado-a-retirar-cordas-vocais-dos-cachorros-por-causa-do-excessivo-latido?ref=topic\\_feed](https://fatimaburegio.jusbrasil.com.br/noticias/494262189/casal-e-condenado-a-retirar-cordas-vocais-dos-cachorros-por-causa-do-excessivo-latido?ref=topic_feed).

<sup>270</sup> Está previsto no art. 65.º, n.º 1 da CRP, em que diz que “Todos têm direito, para si e para a sua família, a uma habitação de dimensão adequada, em condições de higiene e conforto e que preserve a intimidade pessoal e a privacidade familiar.”

provocado pelos animais tem que ser “constante, prolongado e que ocorra a horas muito tardias da noite”.<sup>271</sup>

Relativamente à proibição, pelos senhorios, de animais de companhia pelos senhorios em casas arrendadas, temos aqui uma decisão do Tribunal da Relação do Porto, de 21 de Novembro de 2016, processo n.º 3091/15.6T8GDM.P1<sup>272</sup>, em que diz que “é opinião corrente que a proibição genérica de deter animais não deve ser interpretada à letra, antes deve ter em conta o concreto distúrbio provocado, segundo o substrato valorativo e os limites protectores das normas da vizinhança e da tutela da personalidade.

Como refere Sandra Passinhas *‘A concretização de uma proibição genérica de detenção de animais numa fracção autónoma ou no locado deve ponderar sempre a existência de um concreto prejuízo do interesse colectivo do condomínio, do senhorio e respectivos vizinhos, sob o duplo aspeto da perturbação do sossego e higiene públicos, ou, no mínimo, levar a uma investigação cuidada dos objetivos a que as partes se propuseram com a cláusula proibitória: se pretenderam evitar tout court a detenção de animais ou se pretenderam evitar os prejuízos que a presença de animais no edifício pode causar.*

*Neste sentido, é pacificamente aceite que as cláusulas gerais que proíbem a detenção de animais não abrangem os pequenos animais, como peixes, ratos, hamsters e pequenas aves, porque não são susceptíveis de causar qualquer incómodo aos condóminos vizinhos. E no que respeita a animais que possam causar distúrbios, como cães, gatos ou aves, a proibição deverá ter necessariamente em conta o concreto prejuízo a que esses animais dão origem’.*

Mas para além daqueles das normas da vizinhança e da tutela da personalidade podem ainda existir casos especiais de valoração.” Então, “não se pode deixar de atender ainda ao valor específico que um animal de companhia tem para o seu dono, e que pode ser, inclusive, constituinte da sua personalidade.” Assim, “(...) os animais de companhia, enquanto propriedade, são constitutivos da personalidade de cada indivíduo.”

---

<sup>271</sup> Vide Acórdão do Tribunal da Relação de Lisboa, de 15-10-2009, (Relator: Neto Neves), processo n.º 613/08.2TBALM.L1-2. Descritores: contrato de arrendamento; resolução de contrato; animal de companhia; arrendatário. Disponível em: <http://www.dgsi.pt/jtrl.nsf/33182fc732316039802565fa00497eec/a7514017d204b39480257673005f3d5d?OpenDocument&Highlight=0,613%2F08.2TBALM.L1-2>.

<sup>272</sup> Disponível em: <http://www.dgsi.pt/jtrp.nsf/56a6e7121657f91e80257cda00381fdf/c5f225c6c55191028025807a00543ed1?OpenDocument&Highlight=0,3091%2F15.6T8GDM.P1>.

Por virtude deste acórdão, ainda que anterior à entrada em vigor da Lei n.º 8/2017, considerando assim os animais enquanto coisas, foi aprovado um projeto que impede a discriminação de quem tem animais de companhia, no âmbito da celebração de um contrato de arrendamento.<sup>273</sup> Deste modo, não pode o senhorio proibir que o inquilino possa vir a ter, se já não tiver, animais de companhia, embora conforme os limites da lei, nomeadamente o DL 314/03, sendo que no seu art. 3.º, n.º 2, estabelece que “Nos prédios urbanos podem ser alojados até três cães ou quatro gatos adultos por cada fogo, não podendo no total ser excedido o número de quatro animais, excepto se, a pedido do detentor, e mediante parecer vinculativo do médico veterinário municipal e do delegado de saúde, for autorizado alojamento até ao máximo de seis animais adultos, desde que se verifiquem todos os requisitos hígio-sanitários e de bem-estar animal legalmente exigidos.”

São cada vez mais frequente os litígios advindos da detenção pelos condóminos de animais de companhia, havendo regulamentos internos de condomínio que proíbem a permanência de animais numa fração autónoma.

O regime da propriedade horizontal está previsto nos artigos 1414.º e seguintes. O condomínio constitui “uma coisa materialmente indivisa ou com estrutura unitária (o edifício), que pertence a vários titulares, tendo cada um deles direitos privados ou exclusivos de natureza dominial”. Cada condómino é proprietário exclusivo da fracção que lhe pertence e comproprietário das partes comuns do edifício (art. 1420.º, n.º 1).<sup>274</sup>

Nestes casos é preciso distinguir se a proibição da detenção de animais de companhia advém do título constitutivo ou de um regulamento do condomínio. Nos termos do art. 1417.º/1, a propriedade horizontal pode ser constituída por negócio jurídico, usucapião, decisão administrativa ou decisão judicial, proferida em acção de divisão de coisa comum ou em processo de inventário, isto significa que qualquer um destes atos pode ser um título constitutivo da propriedade horizontal, tendo o seu conteúdo eficácia *erga omnes*. É perfeitamente lícito que o título constitutivo proíba a detenção de animais de companhia nas

---

<sup>273</sup> Vide PINTO, Beatriz Silva, “Senhorios não vão poder proibir animais de estimação em casas arrendadas”, in *Público*, edição de 2 de Julho de 2017. Disponível em: <https://www.publico.pt/2017/07/02/p3/noticia/senhorios-nao-vao-poder-proibir-animais-de-estimacao-em-casas-arrendadas-1828390>.

<sup>274</sup> Vide PASSINHAS, Sandra, “Os Animais e o Regime Português da Propriedade Horizontal” [Versão eletrónica] in *Revista da Ordem dos Advogados*, n.º 66, Vol. II, 2006. Disponível em: [http://www.oa.pt/Conteudos/Artigos/detalhe\\_artigo.aspx?idsc=50879&ida=50886](http://www.oa.pt/Conteudos/Artigos/detalhe_artigo.aspx?idsc=50879&ida=50886); RODRIGUES, Dantas, “Ter animais nos condomínios”, in *Público*, edição de 27 de Abril de 2016. Disponível em: <https://www.publico.pt/2016/04/27/sociedade/noticia/ter-animais-nos-condominios-1730195>.

frações autónomas, visto que pode fixar ou modelar o conteúdo do direito de condomínio (1422.º/2/d), podendo apenas ser modificado por escritura pública ou por documento particular autenticado, havendo acordo de todos os condóminos (1419.º/1).

No condomínio existe uma pluralidade interesses, daí a existência de órgãos administrativos e de um regulamento de condomínio, a fim de transformar o interesse comum dos condóminos em interesse coletivo do condomínio, não excluindo os interesses de cada um dos condóminos enquanto membros do grupo. Então, será que é possível estabelecer nesse regulamento a proibição de detenção de animais de companhia nas frações autónomas? A resposta é variável.

Segundo o art. 1422.º, n. 1 do CC, os condóminos, nas relações entre si, estão sujeitos, de um modo geral, quanto às fracções que exclusivamente lhes pertencem e quanto às partes comuns, às limitações impostas aos proprietários e aos comproprietários de coisas imóveis. Assim, os condóminos, no que diz respeito às partes privadas, estão apenas sujeitos aos limites próprios do direito de propriedade e aos previstos no n.º 2 desse artigo, sendo que na al. d) diz que é vedado aos condóminos a prática de quaisquer atos ou atividades que tenham sido proibidas no título constitutivo ou, posteriormente, por deliberação da assembleia de condóminos aprovada sem oposição. Por outras, a Assembleia não pode impor a proibição da existência de animais de companhia dentro de uma fração autónoma, podendo estabelecer no regulamento do condomínio um limite de animais inferior ao previsto no art. 3.º, n.º 2, do DL n.º 314/2003 (art. 3.º, n.º 3, do DL). A sua proibição será possível se tiver sido estabelecida no título constitutivo, ou então, através de uma deliberação aprovada por unanimidade, vinculando apenas os condóminos que tenham participado na reunião que aprovou tal deliberação.<sup>275</sup>

Numa sentença dos Julgados de Paz de Vila Nova de Gaia, de 19 de Setembro de 2012, (Relatora: Paula Portugal), processo n.º 52/2012-JP, o julgador diz que “Ainda que proibisse, é importante que ao estabelecerem esta proibição, os condóminos indiquem claramente a espécie de animal proibido, tendo em consideração essencialmente os distúrbios e a higiene. Para que se possa proibir a existência de animais, terá que se verificar em concreto se estes são efectivamente prejudiciais para o condomínio.”

---

<sup>275</sup> Vide COSTA, António Pereira da, *op. cit.*, pp. 47-48; PASSINHAS, Sandra, *op. cit.*; RODRIGUES, Dantas, “Ter animais nos condomínios”, in *Público*, edição de 27 de Abril de 2016. Disponível em: <https://www.publico.pt/2016/04/27/sociedade/noticia/ter-animais-nos-condominios-1730195>.



Além disto, na decisão consta que “os animais são ‘parte’ do nicho familiar, englobados na esfera particular. Ninguém se pode opor a que eles vivam em casa, dentro do espaço privado, pois é um direito consagrado na lei.”

“A lei permite que todas as pessoas tenham animais e que estes vivam consigo nas suas casas, sendo que, o dono é sempre responsável por todas as situações em que o animal se envolva, devendo garantir as condições de salubridade e tranquilidade da vizinhança.”

“O condomínio é um espaço de convívio e nesse convívio os animais participam não como coisas mas como conviventes. Como é natural, e de acordo com as regras da convivência, entre conviventes é necessário suportar os pequenos incómodos causados pelos outros. Quando esses incómodos ultrapassam o grau de razoabilidade e de tolerabilidade, o legislador coloca à disposição, através de meios de direito público ou de direito privado, uma série de meios e instrumentos adequados e bastantes para a protecção contra danos causados pela detenção de um animal numa fracção autónoma.

A interpretação das proibições de detenção de animais, constantes do título constitutivo ou resultantes de acordo condominial, deve ser feita de acordo com referentes constitucionais e, tendo em consideração o princípio da unidade do ordenamento jurídico, as valorações feitas em sede de Direito Civil, ao nível do direito de vizinhança e da tutela da personalidade<sup>276</sup>.”

Outra questão juridicamente relevante, é a de saber quais as repercussões da Lei n.º 8/2017 no instituto do estado de necessidade, previsto no artigo 339.º, segundo o qual é lícita a ação daquele que destruir ou danificar coisa alheia com o fim de remover o perigo actual de um dano manifestamente superior, quer do agente, quer de terceiro.

Questiona-se, se num caso em que um indivíduo para afastar um perigo de lesão na sua integridade física, ou então de terceiro, tiver que provocar uma lesão física grave ou a morte de um animal de outrem, se à luz do novo estatuto jurídico dos animais será justificada a ilicitude da sua conduta. A resposta é claramente positiva, justificando-se com os pressupostos de necessidade e proporcionalidade, e também com a aplicação subsidiária das

---

<sup>276</sup> Vide PASSINHAS, Sandra, *op. cit.*

disposições relativas às coisas, nos termos do art. 201.º-D, podendo haver o direito a indemnização, isto segundo o art. 339.º, n.º 2 do CC<sup>277</sup>.<sup>278</sup>

Por fim, nos casos de conflitos de direitos, é aplicável o instituto da colisão de direitos, previsto no art. 335.º do CC. No seu n.º 1, diz que havendo colisão de direitos iguais ou da mesma espécie, devem os titulares ceder na medida do necessário para que todos produzam igualmente o seu efeito, sem maior detrimento para qualquer das partes; se os direitos forem desiguais ou de espécie diferente, prevalece o que deva considerar-se superior (n.º 2). Porém, o legislador não atribuí, pelo menos de forma direta, direitos aos animais, mas atribuí deveres aos animais humanos, nomeadamente de proteção do seu bem-estar. Então se houver uma colisão de direitos, teremos que utilizar em defesa do seu bem-estar, direitos que nos dizem respeito, ou seja, os direitos de personalidade<sup>279</sup>.<sup>280</sup>

## 5 - Legislação de Proteção Animal

Entre a legislação nacional avulsa de proteção dos animais, destaca-se a Lei n.º 92/95, de 12 de Setembro (Lei de Proteção Animal), que estabelece as medidas gerais de proteção (art. 1.º), a regulação da comercialização e do uso de animais em espetáculos (art. 2.º e ss.), a eliminação e identificação de animais pelas câmaras municipais (art. 5.º e ss.), definindo animal de companhia no seu art. 8.º.<sup>281</sup>

Temos atualmente também em vigência os seguintes diplomas: o DL n.º 28/96, de 2 de Abril, que transpõe para a ordem jurídica nacional a Directiva n.º 93/119/CE, do Conselho, de 22 de Dezembro, relativa à proteção dos animais no abate e ou occisão; o DL 129/92, de 6 de Julho, que transpõe para a ordem jurídica interna a Directiva n.º 86/609/CEE, do

---

<sup>277</sup> “O autor da destruição ou do dano é, todavia, obrigado a indemnizar o lesado pelo prejuízo sofrido, se o perigo for provocado por sua culpa exclusiva; em qualquer outro caso, o tribunal pode fixar uma indemnização equitativa e condenar nela não só o agente, como aqueles que tiraram proveito do acto ou contribuíram para o estado de necessidade.”

<sup>278</sup> Vide MATOS, Filipe Albuquerque, e BARBOSA, Mafalda Miranda, *op. cit.*, pp. 147-150.

<sup>279</sup> Por exemplo, direito ao sossego vs. direito à habitação; direito ao sossego, descanso ou sono vs. direito de propriedade; direito ao descanso vs. direito à integridade pessoal.

<sup>280</sup> Vide MATOS, Filipe Albuquerque, e BARBOSA, Mafalda Miranda, *op. cit.*, pp. 155-156.

<sup>281</sup> Vide CABRAL, Filipe, *op. cit.*, pág. 179; LEITÃO, Alexandra, “Os espetáculos e outras formas de exibição de animais” in *Direito (do) Animal*, textos organizados por Maria Luísa Duarte e Carla Amado Gomes, Reimpressão, Almedina, Coimbra, 2016, pág. 27.

Conselho, de 24 de Novembro de 1986, que estabelece as normas mínimas relativas à protecção dos animais utilizados para fins experimentais e outros fins científicos; o DL 28/96, de 2 de Abril, que transpõe para a ordem jurídica nacional a Directiva n.º 93/119/CE, do Conselho, de 22 de Dezembro, relativa à protecção dos animais no abate e ou occisão; o Decreto-Lei n.º 64/2000, de 22 de Abril, que transpõe para a ordem jurídica interna a Directiva n.º 98/58/CE (EUR-Lex), do Conselho, de 20 de Julho, que estabelece as normas mínimas relativas à protecção dos animais nas explorações pecuárias; o DL n.º 276/2001, de 17 de Outubro, que estabelece as normas legais tendentes a pôr em aplicação em Portugal a Convenção Europeia para a Protecção dos Animais de Companhia e um regime especial para a detenção de animais potencialmente perigosos; a Portaria n.º 968/2009, de 26 de Agosto, que estabelece as regras a que obedecem as deslocações de diversos animais de companhia em transportes públicos; a Portaria n.º 421/2004, de 24 de Abril, que prova o Regulamento de Registo, Classificação e Licenciamento de Cães e Gatos; etc.<sup>282</sup>

O Decreto-Lei n.º 370/99, de 18 de Setembro, estabelece o regime a que está sujeita a instalação dos estabelecimentos de comércio ou armazenagem de produtos alimentares, bem como dos estabelecimentos de comércio de produtos não alimentares e de prestação de serviços cujo funcionamento envolve riscos para a saúde e segurança das pessoas.

Com o Decreto-Lei n.º 313/2003, de 17 de Dezembro, é criado o Sistema de Identificação de Caninos e Felinos (SICAFE), que estabelece as exigências em matéria de identificação electrónica de cães e gatos, enquanto animais de companhia, e o seu registo numa base de dados nacional.

O Decreto-Lei n.º 314/2003, de 17 de Dezembro, aprova o Programa Nacional de Luta e Vigilância Epidemiológica da Raiva Animal e Outras Zoonoses (PNLVERAZ) e estabelece as regras relativas à posse e detenção, comércio, exposições e entrada em território nacional de animais suscetíveis à raiva. No seu artigo 2.º apresenta uma lista de definições, entre elas a definição de “detentor”<sup>283</sup> (al. d), “animal de companhia” (al. e), “cão-guia” (al. h), “cão de caça” (al. i), “animal com fins económicos”<sup>284</sup> (al. j), “animal para fins militares

---

<sup>282</sup> Vide CABRAL, Filipe, *op. cit.*, pp. 179-180.

<sup>283</sup> Qualquer pessoa, singular ou coletiva, responsável pelos animais de companhia para efeitos de reprodução, criação, manutenção, acomodação ou utilização, com ou sem fins comerciais.

<sup>284</sup> É o animal que se destina a objetivos e finalidades utilitárias, guardando rebanhos, edifícios, terrenos, embarcações ou outros bens, ou, ainda, utilizado como reprodutor nos locais de seleção e multiplicação.

ou policiais” (al. l), “animal para experimentação ou investigação científica” (al. m), “cão ou gato vadio ou errante”<sup>285</sup> (al. n), “animal suspeito de raiva”<sup>286</sup> (al. p). No seu art. 3.º, regula as condições de alojamento de cães e gato (n.º 1) e o limite de animais a ser alojados (n.º 2 e 4). Em caso de não cumprimento dessas disposições, as câmaras municipais realizam uma vistoria, conjunta do delegado de saúde e do médico veterinário municipal, notificam o detentor para retirar os animais para o canil ou gatil municipal no prazo estabelecido por aquelas entidades, a menos que o detentor opte por outro local que reúna todas as condições necessárias (n.º 5). No caso de criação de obstáculos ou impedimentos à remoção de animais que se encontrem em desrespeito ao previsto no presente artigo, o presidente da câmara municipal pode solicitar a emissão de mandado judicial que lhe permita aceder ao local onde estes se encontram e à sua remoção (n.º 6).

O Decreto-Lei n.º 312/2003, de 17 de Dezembro, estabelece as normas aplicáveis à detenção de animais perigosos e potencialmente perigosos, enquanto animais de companhia. No art. 2.º, distingue entre “animal perigoso”<sup>287</sup> (al. a) e “animal potencialmente perigoso”<sup>288</sup> (al. b), definindo também “ofensas graves à integridade física” (al. c), “detentor” (al. d), “centro de recolha” (al. e) e “autoridade competente” (al. f). Neste decreto-lei é regulada a detenção de animais perigosos ou potencialmente perigosos (art. 3.º e ss.), e a fiscalização e contra-ordenações (art. 16.º e ss.). Já o Decreto-Lei n.º 315/2009, de 29 de Outubro, aprova o regime jurídico da criação, reprodução e detenção de animais perigosos e potencialmente perigosos, enquanto animais de companhia.

A Lei n.º 15/2018, de 27 de março, possibilita a permanência de animais de companhia em estabelecimentos comerciais, sob condições específicas, procedendo à

---

<sup>285</sup> Aquele que for encontrado na via pública ou outro local público, fora do controlo ou vigilância do respetivo detentor e não identificado.

<sup>286</sup> Qualquer animal suscetível que, por sinais ou alterações de comportamento exibidos, seja considerado como tal por um médico veterinário.

<sup>287</sup> Qualquer animal que se encontre numa das seguintes condições: tenha mordido, atacado ou ofendido o corpo ou a saúde de uma pessoa; tenha ferido gravemente ou morto um outro animal fora da propriedade do detentor; tenha sido declarado, voluntariamente, pelo seu detentor, à junta de freguesia da sua área de residência, que tem um caráter e comportamento agressivos; tenha sido considerado pela autoridade competente como um risco para a segurança de pessoas ou animais, devido ao seu comportamento agressivo ou especificidade fisiológica (al. a).

<sup>288</sup> Qualquer animal que, devido às características da espécie, comportamento agressivo, tamanho ou potência de mandíbula, possa causar lesão ou morte a pessoas ou outros animais, nomeadamente os cães pertencentes às raças incluídas na Portaria n.º 422/2004, de 24 de Abril, bem como os cruzamentos de primeira geração destas, os cruzamentos destas entre si ou cruzamentos destas com outras raças, obtendo assim uma tipologia semelhante a algumas das raças ali referidas.

segunda alteração ao regime jurídico de acesso e exercício de atividades de comércio, serviços e restauração, aprovado em anexo ao Decreto-Lei n.º 10/2015, de 16 de janeiro. Será permitida a estadia temporária de animais de companhia em espaços fechados, mediante autorização da entidade exploradora do estabelecimento expressa através de dístico visível afixado à entrada do estabelecimento, tendo como limite a permanência em simultâneo de um número de animais de companhia determinado pela entidade exploradora do estabelecimento, de modo a salvaguardar o seu normal funcionamento (art. 131.º, n.º 4 e 5). É sempre permitida a permanência de cães de assistência, desde que cumpridas as obrigações legais por parte dos portadores destes animais (n.º 4).<sup>289</sup>

## **6 - Autonomização do Direito Animal**

Nas últimas décadas, com a ascensão da doutrina utilitarista e das teorias de direitos subjetivos, e com os contributos da neurociência, da proliferação de legislação relativa ao bem-estar, muitos autores defendem a emergência de um novo ramo de direito, começando a ser ensinado em algumas universidades, nomeadamente a Harvard, Stanford, UCLA ou Georgetown nos EUA, também em algumas no Canadá, no Brasil e até mesmo em algumas universidades europeias em Espanha, Suíça e Reino Unido.<sup>290</sup> Com a Lei n.º 69/2014, mas principalmente com a Lei n.º 8/2017, tem-se vindo a realizar conferências e cursos sobre a temática, estando a ser realizada pela primeira vez em Portugal, uma pós-graduação em Direitos dos Animais (de 2 de Março a 14 de Julho de 2018).

Coloca-se aqui a questão de saber se a disciplina dos Direitos dos Animais constitui ou não um ramo autónomo ou se está a se desenvolver, ou então, se faz parte do ramo de direito do ambiente, ou é integrada nos vários ramos de direito. Alexandra Leitão considera que a resposta é positiva, uma vez que “existem numerosas normas que versam sobre os direitos dos animais ou deveres dos humanos para com os animais, impondo obrigações, estabelecendo condições mínimas de bem-estar, higiene, manutenção, transporte, etc, como estas normas surgem quer em textos de Direito internacional e europeu, quer na legislação

---

<sup>289</sup> Vide LUSA, “Animais de estimação podem ir a restaurantes a partir de maio”, in *Diário de Notícias*, edição de 9 de Fevereiro de 2018. Disponível em: <https://www.dn.pt/portugal/interior/lei-vai-permitir-animais-de-estimacao-em-espacos-de-restauracao-sinalizados-9108725.html>.

<sup>290</sup> Vide REIS, Maria Quaresma dos, *op. cit.*, pág. 79.

interna de diversos países. E estas normas têm uma fundamentação ontológica e axiológica que lhes confere coerência, ainda que versem sobre realidades muito diversas: diferentes tipos de animais (selvagens/ domésticos/ domesticáveis; perigosos/ não perigosos, etc.) e diferentes tipos de usos ou de exploração (alimentação humana, experimentação científica, diversão em exposições, espetáculos ou eventos desportivos, etc)”.<sup>291</sup>

O “Direito do(s) Animal(is)” não deve ser confundido com os “direitos dos animais” (com letra minúscula), uma vez que o primeiro é o ramo de Direito aplicável aos animais não-humanos, já os segundos dizem respeito aos “eventuais direitos subjetivos que cada um dos animais possui em função da sua condição de ser vivo e senciente”.<sup>292</sup>

O Direito dos Animais é um ramo autonomizável do Direito do Ambiente, compreendendo duas perspectivas diferentes: a perspectiva de “proteção do animal abstratamente compreendido, enquanto parte de um ecossistema, na qual se inclui a proteção das espécies”; e “a proteção dos animais individualmente considerados, enquanto seres sencientes (capazes de sentir sofrimento e prazer) e semovíveis”.<sup>293</sup>

Como aponta Carla Amado Gomes, um ramo de direito caracteriza-se, em primeiro lugar, pela delimitação do seu objeto. Porém, no plano do Direito existe um gradualismo na proteção dos animais, então, são os mais protegidos os animais de companhia, depois os animais de criação e para fins experimentais, os animais em cativeiro, os animais selvagens em risco, e por fim, os animais selvagens que não estão em risco e os não selvagens não domesticados. A autora atesta a impossibilidade de construção de um Direito dos Animais, logo faria mais sentido falar-se num ramo de “Direito dos animais de companhia”<sup>294</sup>, “os únicos que merecem proteção plena”<sup>295</sup>. Acrescenta que só pode haver um ramo de Direitos dos Animais, se formos “capazes do espírito de transcendência necessário a imaginar um mundo em que o animal, qualquer animal, é respeitado na sua essência”<sup>296</sup>.<sup>297</sup>

---

<sup>291</sup> Vide LEITÃO, Alexandra, *op. cit.*, pág. 16.

<sup>292</sup> *Ibidem*, pág. 16.

<sup>293</sup> *Ibidem*, pp. 16-17.

<sup>294</sup> São protegidos por normas penais, cíveis e contra-ordenacionais.

<sup>295</sup> Vide GOMES, Carla Amado, “Direito dos animais: um ramo emergente?” in *Animais: deveres e direitos*, textos organizados por Maria Luísa Duarte e Carla Amado Gomes, ICJP, Lisboa, 2015, pág. 66.

<sup>296</sup> *Ibidem*, pp. 66-67.

<sup>297</sup> *Ibidem*, pp. 57-67.

A perspetiva tradicional defende que pertencem ao Direito do Ambiente, fundamentando-se na proteção da “natureza” e na “estabilidade ecológica”, previstas no art. 66.º, n.º 1, al. c) e d), da CRP. Porém, apesar das ligações deste com outros ramos de direito, faz mais sentido incluir no Direito do Ambiente, na dimensão do Direito da biodiversidade (art. 10.º, al. d) da Lei de Bases do Ambiente), apenas os animais selvagens em risco<sup>298</sup>.

Sumariamente, temos três perspetivas relativamente à questão de sabermos se o Direito dos animais constitui ou não um ramo de Direito autónomo. Numa perspetiva mais clássica, alguns autores defendem que não, incorporando-os no Direito do Ambiente; numa perspetiva mais moderna, defende-se que constitui por si próprio um ramo autónomo de Direito, tendo em conta o elevado número de normas aplicáveis aos animais; por fim, num ponto de vista mais intermédio, há autores que consideram que é um ramo autónomo do Direito do Ambiente, com exceção da fauna selvagem, sendo o Direito dos animais um ramo emergente ou em ascensão.

---

<sup>298</sup> *Ibidem*, pág. 62.

## Capítulo V - A Qualificação Jurídica dos Animais Não-humanos

### 1 - A evolução da classificação jurídica dos animais não-humanos em Portugal

#### 1.1 - Antes da Lei n.º 7/2017

O Direito Romano não indicou uma noção jurídica de coisa, enunciando várias categorias de coisas: *res divini iuris*, *res humani iuris*, *res publicae*, *res privatae*, *res extra commercium*, *res in commercio*, *res corporales*, *res incorporales*, *res nullius*, *res fungilis*, *res consumptibiles*, *res Mancipi*, *res nec Mancipi*.<sup>299</sup> Assim, atendendo à dicotomia *persona/res*, o animal era configurado como *res*, sendo assim objeto de direitos.<sup>300</sup>

Wolf definiu-a como “todo o objeto suscetível de tornar a vida agradável”. Por sua vez, Kant afirmou que coisa era “tudo aquilo que não era próprio de um ser racional”, ou seja, como tudo aquilo que não era pessoa.

O Código de Seabra de 1967 adotou essa dicotomia, então, era coisa tudo aquilo que carecesse de personalidade (art. 369.º). Todavia, o Código Civil de 1966, apesar de não consagrar esta dicotomia, utilizou também um conceito amplo de coisa, ainda que mais restrito que o previsto no CC anterior, visto que ser considerada coisa “tudo aquilo que pode ser objeto de relações jurídicas” (art. 202.º).

#### 1.2 - Após a Lei n.º 7/2017. Objeto, sujeito de direito ou um *tertium genus*?

Na linha do pensamento europeu, o legislador nacional dispõe no art. 201.º-B do CC, aditado pela Lei n.º 8/2017, que os animais são seres vivos dotados de sensibilidade e objeto de proteção jurídica em virtude da sua natureza.

Ainda que o objeto desta lei tenha sido o estabelecimento de um estatuto jurídico aos animais, a verdade é que o legislador não o fez de forma direta, mas dá a entender que os animais deixaram de ser coisas ao consagrar uma definição de animal e ao separar os animais nas disposições em que se pressuponha que eram coisas móveis (*res mobiles*). Todavia, existe

---

<sup>299</sup> Vide RAMOS, José Luís Bonifácio, “O Animal: Coisa ou *Tertium Genus*”, *cit*, pág. 222.

<sup>300</sup> *Ibidem*, pág. 227.



algumas contrariedades, já mencionadas no capítulo anterior, nomeadamente no que diz respeito à aplicação subsidiária do regime das coisas, o que nos deixa na dúvida quanto à sua condição jurídica, ou seja, será que os animais se têm personalidade jurídica, ou então um *tertium genus*, ou continuam a ser coisas ou objeto de direitos?

Antes de mais, os sujeitos distinguem-se de objetos. São sujeitos de direito os entes suscetíveis de serem titulares de direitos e obrigações, isto é, de serem titulares de relações jurídicas; já os objetos da relação jurídica é “aquilo sobre que incidem os poderes do titular da relação”.<sup>301</sup>

Segundo o art. 67.º do CC, “As pessoas podem ser sujeitos de quaisquer relações jurídicas, salvo disposição legal em contrário: nisto consiste a sua capacidade jurídica.” Então, à personalidade jurídica é inerente a capacidade jurídica ou capacidade de gozo de direitos, sendo que a primeira, consiste na idoneidade para actuar juridicamente, exercendo direitos ou cumprindo deveres, por ato próprio e exclusivo ou mediante representação, sendo apenas reconhecida aos indivíduos maiores de idade (art. 130.º). A capacidade de exercício supõe a “capacidade natural de querer e entender”, daí haver situações de incapacidades de exercício. Note-se que pode haver capacidade de gozo de certos direitos sem haver capacidade de exercício.<sup>302</sup>

Nos termos dos artigos 66.º/1 e 68.º, a personalidade adquire-se no momento do nascimento completo e com vida, e cessa com a sua morte.

Interessa-nos aqui falar em direitos de personalidade, que são direitos “inalienáveis e irrenunciáveis, dada a sua essencialidade relativamente à pessoa, da qual constituem o núcleo mais profundo”<sup>303</sup> (ver artigos 70.º e ss. do CC, e os arts. 24.º e 25.º da CRP).

Note-se que o CC não apenas atribuí personalidade jurídica às pessoas singulares, mas também às pessoa coletivas. Então se até as próprias pessoas coletivas (art. 161.º do CC<sup>304</sup>) têm personalidade jurídica, incluindo-se aqui também os casos de pessoas singulares com incapacidade de exercício graves, levando alguns autores à defesa da extensão de

---

<sup>301</sup> Vide PINTO, Paulo Mota, *op. cit.*, pp. 189, 193.

<sup>302</sup> Vide CABRAL, Filipe, *op. cit.*, pág. 148; PINTO, Paulo Mota, *op. cit.*, pp. 194-196.

<sup>303</sup> Vide PINTO, Paulo Mota, *op. cit.*, pág. 215.

<sup>304</sup> “1. A capacidade das pessoas colectivas abrange todos os direitos e obrigações necessários ou convenientes à prossecução dos seus fins. 2. Exceptuam-se os direitos e obrigações vedados por lei ou que sejam inseparáveis da personalidade singular.”

personalidade jurídica aos animais, especialmente os de companhia, visto não corresponder necessariamente à personalidade.<sup>305</sup>

Baseia-se aqui no princípio da dignidade animal, que significa o reconhecimento do valor intrínseco dos animais não-humanos, isto é, cada um dos animais não-humanos tem “valor em si e por si”. Decorre deste princípio outros princípios fundamentais, nomeadamente o princípio da liberdade animal, o princípio da não coisificação e o princípio do bem-estar animal, e ainda o princípio jurídico da igualdade de tratamento.<sup>306</sup>

Dentro dos argumentos contra a atribuição de personalidade jurídica aos animais não-humanos temos: o da sua irracionalidade, porém “o homem não é o único ser vivo provido de consciência”, assim alguns animais não-humanos possuem níveis elevados no desempenho da inteligência e consciência autobiográfica, mas o homem consegue ter níveis ainda mais elevados de desempenho<sup>307</sup>; outro argumento é o da linguagem, mais precisamente por não terem linguagem como a dos humanos, ou seja, se expressam através da fala, não se exceptuando, por exemplo, o papagaio, visto que se limita a repetir parte do que lhe é dito, porém existem casos de chimpanzés que conseguem falar algumas palavras, assim como casos de gorilas, orangotangos<sup>308</sup> e chimpanzés<sup>309</sup> que conseguem comunicar com os seres humanos, através da linguagem gestual.<sup>310</sup>

No entanto, tendo em conta a linguagem do legislador, podemos concluir que os animais à luz da Lei n.º 8/2017 não têm um estatuto de pessoa jurídica, uma vez que são objetos de direitos<sup>311</sup> e lhes são aplicáveis subsidiariamente o regime das coisas.

---

<sup>305</sup> Vide BARBOSA, Mafalda Miranda, “Breve reflexão acerca (...)”, *cit.*, pág. 226.

<sup>306</sup> Vide SÁ, Filipa Almeno de Carvalho Patrão Vieira de, *op. cit.*, pp. 128-131.

<sup>307</sup> Vide MALVA, João O., “Dificuldade de um diálogo sem palavras” in *Revista Jurídica Luso Brasileira*, ano 3, n.º 6, 2017, pp. 149, 157; ARAÚJO, Fernando, *op. cit.*, pp. 170-178; ANDREU, Sergio, “Chimpanzés falam, mentem e recitam poesias com a linguagem dos sinais”, edição de 6 de Maio de 2011, in *Exame*. Disponível em: <https://exame.abril.com.br/ciencia/chimpanzes-falam-mentem-e-recitam-poesias-com-a-linguagem-dos-sinais/>.

<sup>308</sup> Vide COSTA, Alexandre, “Morreu o orangotango que sabia linguagem gestual”, in *Expresso*, edição de 8 de Maio de 2017. Disponível em: <http://expresso.sapo.pt/internacional/2017-08-08-Morreu-o-orangotango-que-sabia-linguagem-gestual-1#gs.DcGl8q0>.

<sup>309</sup> Vide ANDREU, Sergio, “Chimpanzés falam, mentem e recitam poesias com a linguagem dos sinais”, edição de 6 de Maio de 2011, in *Exame*. Disponível em: <https://exame.abril.com.br/ciencia/chimpanzes-falam-mentem-e-recitam-poesias-com-a-linguagem-dos-sinais/>.

<sup>310</sup> Vide ARAÚJO, Fernando, *op. cit.*, pág. 179.

<sup>311</sup> As pessoas não podem ser objetos de direitos. Vide CORDEIRO, A. Barreto Menezes, *op. cit.*, pág. 26.

Será que os animais são *tertium genus*<sup>312</sup>, para além das pessoas e das coisas, ou seja, um terceiro género intermédio? É uma perspetiva aproximada à realidade portuguesa, visto que o fundamento da Lei n.º 8/2017 foi o de deixar os animais de serem coisas, todavia o legislador não se especificou nem disse diretamente que os animais não são coisas; para além disso, não lhes foi atribuída a qualificação de pessoa jurídica.

Tendo em conta as alterações e aditamentos feitos pela Lei n.º 8/2017, especialmente o 201.º-B, em que diz que os animais são “objeto de proteção jurídica em virtude da sua natureza”. Então, deixaram de ser coisas para passarem a ser objetos? Segundo A. Barreto Menezes Cordeiro, os animais não são coisas, mas também não são pessoas, mas também não são *tertium genus*, visto que o nosso sistema jurídico vigente assenta em quatro conceitos que, pela sua “maleabilidade”, cobrindo “todas as realidades jurídicas e fácticas”, nomeadamente: os factos jurídicos; as situações jurídicas; as coisas em sentido amplo, ou objetos, e pessoas. Desta forma, os animais não se incluem no conceito de coisa em sentido estrito, mas no de objeto ou coisa em sentido amplo, previsto no art. 202.º, n.º 1 do CC; por outras palavras, os animais, no direito português são objetos de relações jurídicas.

A condição jurídica dos animais assemelha-se a dos nascituros, uma vez que ambos são objetos de proteção; também o nascituro é capaz de sensações e sentimentos, sendo dotado de uma estrutura autónoma, embora dependa funcionalmente da mãe.<sup>313</sup> Porém com o seu nascimento, este adquire imediatamente o estatuto de pessoa jurídica.

---

<sup>312</sup> A Áustria, a Alemanha e a Suíça consagraram nos seus ordenamentos jurídicos que os animais não são coisas, mas não adotaram um regime jurídico efetivamente distinto do anterior, os animais são nesses países *tertium genus*. Vide RAMOS, José Luís Bonifácio, “O Animal: Coisa ou *Tertium Genus*?”, *cit.*, pp. 245 e ss.; NEVES, Helena Telino, “Personalidade jurídica e direitos para quais animais?”, in *Direito (do) Animal*, textos organizados por Maria Luísa Duarte e Carla Amado Gomes, Reimpressão, Almedina, Coimbra, 2016, pág. 264.

<sup>313</sup> Vide Acórdão do Supremo Tribunal de Justiça, de 09-10-2008, (Relator: Bettencourt de Faria), processo n.º 07B4692. Disponível em: <http://www.dgsi.pt/jstj.nsf/954f0ce6ad9dd8b980256b5f003fa814/85c29156697c872d802574dd003e92dd?OpenDocument>.

## 2 - A possibilidade de atribuição de personalidade jurídica aos animais não-humanos

### 2.1 - Problemas jurídicos

Segundo Menezes Cordeiro, ao reconhecer a personalidade jurídica aos animais não-humanos, com base na sua senciência, pode implicar, em termos de racionalidade, uma ideia de igualdade entre animais e incapazes. Note-se que alguns incapazes conseguem ter uma inteligência inferior a alguns animais não-humanos, podendo pôr em causa alguns direitos basilares de um Estado de Direito.<sup>314</sup>

Alguns autores defendem que ao equipararmos os animais não-humanos aos humanos, estar-se-ia a contribuir para a “degradação dos direitos humanos” (ver Capítulo II)<sup>315</sup> ou “desdignificação do ser humano”<sup>316</sup>, prendendo-se essencialmente com a questão da irresponsabilização dos animais.

No entanto, há autores que defendem que para se conseguir a proteção efetiva dos animais, isto só seria possível através da equiparação entre animais não-humanos e humanos. Relativamente à questão da atribuição de personalidade jurídica aos animais não-humanos, em princípio, não existe “qualquer impedimento relevante que obstaculize a ideia de prefigurar o animal como sujeito jurídico, tendo em conta os decisivos imperativos, de natureza ética e jurídica, que promovem a proteção do animal. A par destas considerações, queremos dizer que a ideia apresenta inegáveis vantagens em recentrar o animal, evitando os perigosos escolhos da alternativa do *tertium genus* e, além disso, consolida a proteção jurídica que os novos direitos impõem”<sup>317,318</sup>

---

<sup>314</sup> Vide REIS, Maria Quaresma dos, *op. cit.*, pág. 215.

<sup>315</sup> Vide ARAÚJO, Fernando, *op. cit.*, pp. 131 e ss.

<sup>316</sup> Vide BARBOSA, Mafalda Miranda, “Breve reflexão acerca (...)”, *cit.*, pág. 229.

<sup>317</sup> Vide RAMOS, José Luís Bonifácio, “O Animal: Coisa ou *Tertium Genus*?”, *cit.*, pág. 255.

<sup>318</sup> Vide BRANCO, Carlos Castelo, *op. cit.*, pág. 83.

Ainda que, não lhes seja atribuído um estatuto de pessoa jurídica faz sentido atribuir determinados direitos, nomeadamente o direito à vida<sup>319</sup>, o direito à existência, à integridade física, à liberdade, etc.

Segundo Carla Amado Gomes, “a personificação do animal é suscetível de acarretar mais riscos do que benefícios”, visto que: a atribuição de direitos geralmente vem acompanhada de deveres (dicotomia direitos/deveres), sendo que os animais não teriam cumprir tais deveres caso lhes fossem imputados danos decorrentes da sua própria conduta, também não lhes poderíamos excluir a ilicitude, pois lhes é indiferente; os direitos que lhes fossem atribuídos teriam de ser feitos de forma bastante seletiva, uma vez que em grande parte dos casos são “direitos supérfluos”, por exemplo, os direitos obrigacionais, de propriedade, sucessórios; “a atribuição de direitos, assente na personificação, poderia constituir um risco de revolução civilizacional”, pois implicaria que se pudesse utilizar animais para fins científicos, para vestuário, para alimentação (veganismo), seria proibida o comércio jurídico de animais, a sua utilização para fins desportivos ou de entretenimento (ex. caça, touradas, tiro aos pombos, caça à raposa, etc), tradições religiosas, etc.<sup>320</sup>

Em 2014, Carla Amado Gomes propôs a reorganização das categorias de animais; relativamente ao estatuto dos animais, propôs a criação de uma nova categoria ou a atribuição de uma personalidade jurídica limitada. Os direitos que lhes forem aplicados têm que se prender essencialmente com o seu bem-estar físico e moral.<sup>321</sup>

A personificação do animal ou pelo menos a aplicação subsidiária de normas aplicáveis aos seres humanos não precisaria de alterar completamente a nossa sociedade, isto é, poderíamos aplicar restrições específicas aos casos concretos. Não precisaríamos de nos tornar ‘vegan’, se os animais criados para abate fossem tratados com condições condignas, ou seja, que o seu curto tempo de vida seja com qualidade, o que implicaria uma maior fiscalização, de forma a ser postas em prática essas regulações, de forma contínua. Também se deveria passar a atribuir certificados de qualidade. Outros casos de restrição de direitos, seria ao direito à reprodução, pois em certos casos é necessário fazer um controlo de certas espécies, por exemplo os pombos; nos casos de castração e esterilização de animais de

---

<sup>319</sup> Vide ARAÚJO, Fernando, *op. cit.*, pp. 211 e ss.

<sup>320</sup> Vide GOMES, Carla Amado, “Direito dos animais: um ramo emergente?”, *cit.*, pp. 55-56.

<sup>321</sup> *Ibidem*, pp. 55-56.

companhia, seria melhor recorrer, sempre que possível, a métodos alternativos, como a pílula contraceptiva para animais. Relativamente à experimentação científica, deveria ser primeiro dada prioridade aos métodos alternativos, com apoios monetários e equipas dedicados apenas a esse estudo. Quanto às atividades para entretenimento, desportivas, as tradições religiosas que causem sofrimento aos animais, devem ser assim proibidas.

David Favre defende a consagração de um novo estatuto jurídico aos animais - “auto-propriedade equitativa” (“equitable self-ownership for animals”). Então, os animais deixariam de ser propriedade alguém, passando a serem seres livres, contudo será estabelecida uma relação especial de custódia entre o ser humano e o animal, semelhante ao da custódia de um filho. No entanto, não exclui a possibilidade de transferência ou venda do animal, desde que os interesses do animal estejam a ser salvaguardados.<sup>322</sup>

---

<sup>322</sup> Vide FAVRE, David, “Equitable self-ownership” in *Duke Law Journal*, Vol. 50, 2000, pp. 473 e ss.

## Conclusão

Ao longo da história da filosofia, tem havido uma tendência à proliferação de teses defensores de deveres indiretos ou morais em relação aos animais não-humanos, considerando que estes tinham um mero valor instrumental, por serem irracionais. O utilitarismo é uma das principais teses de proteção direta dos animais, sendo que o seu principal contributo foi ter colocado a sensibilidade enquanto critério de consideração ética. Porém, estas posições utilitaristas pecam por não atribuírem aos animais direitos.

Um grande contributo da ciência à causa animal, foi o da descoberta de que muitos dos animais não-humanos possuem níveis de consciência semelhantes aos humanos. Os animais são, assim, seres sensíveis, capazes de sentir sensações e emoções. Note-se alguns dos principais argumentos contra a atribuição de direitos aos animais é de estes não são racionais e não possuem linguagem. Afirmações estas que foram refutadas, pois existem animais com um elevado intelecto, ainda que inferior ao nosso, e alguns não possuem apenas a linguagem animal, havendo chimpanzés que são capazes de dizer algumas palavras, e alguns deles conhecem a linguagem gestual, conseguindo comunicar com os seres humanos.

A UE tem elaborado nestas últimas décadas numerosos diplomas sobre o bem-estar animal, um princípio de DUE, questionando-se a possibilidade da emergência de um ramo de “Direito dos Animais da União Europeia”. Se existe já um ramo de Direito Animal em Portugal, alguns entendem que sim, tendo em conta a vasta legislação sobre esta temática, outros entendem que não, visto que o grau de proteção varia consoante a sua classificação num grupo de animais, tendo os animais de companhia uma maior proteção, especialmente penal, em relação às restantes categorias de animais.

Sem dúvida, o Direito Animal está a crescer muito rapidamente, estando a caminhar para a sua autonomização em relação aos vários de Direito, entendendo-se que já é autónoma do Direito do Ambiente, com a exceção das disposições relativas à fauna selvagem.

Ainda que pareça, não houve uma mudança de paradigma na proteção dos animais, mas parece estar nesse caminho. Isto porque, as alterações trazidas pela Lei n.º 8/2017, não foram tão significativas como esperávamos. É certo que os animais já não são coisas, mas é quase como se ainda fossem, pois continuam a ser objetos de relações jurídicas (conceito amplo de coisa).

Porém, essas alterações foram significativas ao ponto de terem movimentado numerosos debates sobre esta temática. Tendo aberto em 2018 a primeira Pós-graduação sobre os Direitos dos Animais.



## Bibliografia

ALBERGARIA, Pedro Soares de, e LIMA, Pedro Mendes, “Sete vidas: a difícil determinação do bem jurídico protegido nos crimes de maus-tratos e abandono de animais”, in *Revista Julgar*, n.º 28, Jan/Abr 2016, pp. 125-169.

ALVES, Pedro Delgado, “Desenvolvimentos recentes da legislação sobre animais em Portugal: uma breve crónica legislativa”, in *Animais: deveres e direitos*, textos organizados por Maria Luísa Duarte e Carla Amado Gomes, ICJP, Lisboa, 2015, pp. 3-32. Disponível em: <https://www.icjp.pt/publicacoes/pub/1/5105/view>.

ANDREU, Sergio, “Chimpanzés falam, mentem e recitam poesias com a linguagem dos sinais”, edição de 6 de Maio de 2011, in *Exame*. Disponível em: <https://exame.abril.com.br/ciencia/chimpanzes-falam-mentem-e-recitam-poesias-com-a-linguagem-dos-sinais/>.

ARAÚJO, Fernando, *A Hora dos Direitos dos Animais*, Almedina, Coimbra, 2003.

“Austrália. Lei aprovada proíbe criação de animais e gatos para fins comerciais”, in *Sol*, edição de 12 de Janeiro de 2018. Disponível em: <https://sol.sapo.pt/artigo/595985/australia-lei-aprovada-proibe-criacao-de-animais-e-gatos-para-fins-comerciais>.

BARBOSA, Mafalda Miranda, “Breve reflexão acerca do problema do estatuto jurídico dos animais – perspectiva juscivilística”, in *Boletim da Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra*, Vol. LXXXIX, Tomo I, Coimbra Editora, Coimbra, 2013, pp. 210-251.

— “A recente alteração legislativa em matéria de proteção dos animais: apreciação crítica”, in *Revista de Direito Civil*, ano 2, n.º 1, 2017, pp. 47-74.

BARTLETT, Steven J., “Raízes da resistência humana aos direitos dos animais: Bloqueios psicológicos e conceituais”, in *Revista Brasileira do Direito Animal*, ano 2, n.º 3, Jul/Dez 2007, pp. 17-66. Disponível em: <https://www.animallaw.info/policy/revista-brasileira-de-direito-animal-brazilian-animal-rights-review>.

BENTHAM, Jeremy, *Uma Introdução aos Princípios da Moral e da Legislação*, Abril Cultural, São Paulo, 1979.

BRANCO, Carlos Castelo, “Algumas notas ao estatuto jurídico dos animais”, in *Revista do CEJ*, n.º 1, 1.º Semestre, 2017, pp. 67-106.

BRANDÃO, Gislane Junqueira, “Uso de Animais em Rituais Religiosos e Legislação Brasileira”, in *Revista Brasileira do Direito Animal*, ano 2, n.º 2, Jan/Jun 2006, pp. 309-317. Disponível em: <https://www.animallaw.info/policy/revista-brasileira-de-direito-animal-brazilian-animal-rights-review>.

BURÉGIO, Fátima, “Casal é condenado a retirar cordas vocais dos cachorros por causa do excessivo latido”, in *Jusbrasil*. Disponível em: [https://fatimaburegio.jusbrasil.com.br/noticias/494262189/casal-e-condenado-a-retirar-cordas-vocais-dos-cachorros-por-causa-do-excessivo-latido?ref=topic\\_feed](https://fatimaburegio.jusbrasil.com.br/noticias/494262189/casal-e-condenado-a-retirar-cordas-vocais-dos-cachorros-por-causa-do-excessivo-latido?ref=topic_feed).

CABRAL, Filipe, *Fundamentação dos Direitos dos Animais - A existencialidade jurídica*, Alfarroba, Lisboa, 2016.

CARDOSO, Haydée Fernanda, “Os animais e o Direito. Novos Paradigmas”, in *Revista Brasileira do Direito Animal*, ano 2, n.º 2, Jan/Dez 2006, pp. 115-147. Disponível em: <https://www.animallaw.info/policy/revista-brasileira-de-direito-animal-brazilian-animal-rights-review>.

CORDEIRO, A. Barreto Menezes, “A natureza jurídica dos animais à luz da Lei n.º 8/2017, de 3 de Março”, in *Revista Jurídica Luso Brasileira*, ano 3, n.º 6, 2017, pp. 25-46. Disponível em: <http://cidp.pt/revistas/rjlb/rjlb-2017-06>.

CORTINA, Adela, “Las Fronteras de la Persona: El valor de los animales”, *La dignidad de los humanos*, Taurus Pensamiento, Madrid, 2009.

COSTA, Alexandre, “Morreu o orangotango que sabia linguagem gestual”, in *Expresso*, edição de 8 de Maio de 2017. Disponível em: <http://expresso.sapo.pt/internacional/2017-08-08-Morreu-o-orangotango-que-sabia-linguagem-gestual-1#gs.DcGl8q0>.

COSTA, António Pereira da, *Dos Animais (O Direito e os Direitos)*, Coimbra Editora, Coimbra, 1998.

DIAS, Edna Cardozo, “A evolução dos direitos dos animais na doutrina e na legislação brasileira”, in *Revista Jurídica Luso Brasileira*, ano 3, n.º 6, 2017, pp. 47-79. Disponível em: <http://cidp.pt/revistas/rjlb/rjlb-2017-06>.

DUARTE, Maria Luísa, “Direito da União Europeia e estatuto jurídico dos animais: uma grande ilusão?”, in *Direito (do) Animal*, textos organizados por Maria Luísa Duarte e Carla Amado Gomes, Reimpressão, Almedina, Coimbra, 2016, pp. 223-238.

EGÍDIO, Mariana Melo, “Criação de animais de companhia, clubes de raça e proteção dos direitos dos animais... e dos donos”, in *Animais: deveres e direitos*, textos organizados por Maria Luísa Duarte e Carla Amado Gomes, ICJP, Lisboa, 2015, pp. 90-138. Disponível em: <https://www.icjp.pt/publicacoes/pub/1/5105/view>.

— “Criação de animais de companhia”, in *Direito (do) Animal*, textos organizados por Maria Luísa Duarte e Carla Amado Gomes, Reimpressão, Almedina, Coimbra, 2016, pp. 157-208.

EPIFÂNIO, Luís, “Contributo para uma análise económica dos Direitos dos Animais”, in *Revista Jurídica Luso Brasileira*, ano 1, n.º 2, 2015, pp. 1165-1195. Disponível em: <https://www.cidp.pt/revistas/rjlb/rjlb-2015-02>.

EPSTEIN, Richard, “Animal as objects, or subjects, of rights” (paper), University of Chicago Law School, 2002. Disponível em: [http://chicagounbound.uchicago.edu/cgi/viewcontent.cgi?article=1052&context=law\\_and\\_economics](http://chicagounbound.uchicago.edu/cgi/viewcontent.cgi?article=1052&context=law_and_economics).

FARIAS, Raul, “Dos crimes contra animais de companhia. Breves notas”, in *Animais: deveres e direitos*, textos organizados por Maria Luísa Duarte e Carla Amado Gomes, ICJP, Lisboa, 2015, pp. 139-152. Disponível em: <https://www.icjp.pt/publicacoes/pub/1/5105/view>.

— “O Direito dos Animais (de Companhia) no Direito Português da Família após as alterações introduzidas pela Lei n.º 8/2017”, in *Revista Jurídica Luso Brasileira*, ano 3, n.º 6, 2017, pp. 233-247. Disponível em: <http://cidp.pt/revistas/rjlb/rjlb-2017-06>.

— “Contributos para a evolução do direito criminal português na defesa dos animais”, in *Revista Jurídica Luso Brasileira*, ano 3, n.º 6, 2017, pp. 213-232. Disponível em: <http://cidp.pt/revistas/rjlb/rjlb-2017-06>.

FAVRE, David, “O ganho da força dos direitos dos animais”, in *Revista Brasileira de Direito Animal*, ano 1.º, n.º 1, Junho/Dezembro 2006, pp. 25-35. Disponível em: <https://www.animallaw.info/policy/revista-brasileira-de-direito-animal-brazilian-animal-rights-review>.

— “Equitable self-ownership”, in *Duke Law Journal*, Vol. 50, 2000, pp. 473-502. Disponível em: <https://scholarship.law.duke.edu/dlj/vol50/iss2/2>.

FERNANDES, Carvalho, *Teoria Geral do Direito Civil: I – Introdução. Pressupostos da Relação Jurídica*, 3.ª ed., revista e atualizada, Universidade Católica Editora, 2001.

FERREIRA, Elisa Nair, “Defesa efectiva e eficaz dos animais”, in *Revista Jurídica Luso Brasileira*, ano 3, n.º 6, 2017, pp. 81-109. Disponível em: <http://cidp.pt/revistas/rjlb/rjlb-2017-06>.

GOMES, Carla Amado, “Desporto e Protecção dos Animais: por um pacto de não agressão”, in *O desporto que os tribunais praticam*, Coimbra, 2014, pp. 741-755.

— “Direito dos animais: um ramo emergente?”, in *Animais: deveres e direitos*, textos organizados por Maria Luísa Duarte e Carla Amado Gomes, ICJP, Lisboa, 2015, pp. 48-67. Disponível em: <https://www.icjp.pt/publicacoes/pub/1/5105/view>.

— “Animais experimentais: uma barbárie necessária?”, in *Direito (do) Animal*, textos organizados por Maria Luísa Duarte e Carla Amado Gomes, Reimpressão, Almedina, Coimbra, 2016, pp. 101-124.

GORDILHO, Heron José de Santana, “Direito Animal e a Instabilidade das Decisões do Supremo Tribunal Federal no Brasil”, in *Revista Jurídica Luso Brasileira*, ano 3, n.º 5, 2017, pp. 825-848. Disponível em: [http://www.cidp.pt/publicacoes/revistas/rjlb/2017/5/2017\\_05\\_0825\\_0848.pdf](http://www.cidp.pt/publicacoes/revistas/rjlb/2017/5/2017_05_0825_0848.pdf).

GUERREIRO, Alexandre, “A influência das tradições nas relações entre homens e animais”, in *Revista Jurídica Luso Brasileira*, ano 3, n.º 6, 2017, pp. 7-23. Disponível em: <http://cidp.pt/revistas/rjlb/rjlb-2017-06>.

HENRIQUES, Ana, “Lei dos maus tratos a animais continua a ser «disfuncional»”, in *Público*, edição de 10 de Dezembro de 2017. Disponível em: <https://www.publico.pt/2017/12/10/sociedade/entrevista/animais-continuamos-a-ter-uma-lei-disfuncional-1795393>.

— “Novas leis dos animais são «retrocesso civilizacional»”, in *Público*, edição de 26 de Abril de 2018. Disponível em: <https://www.publico.pt/2018/04/26/sociedade/noticia/novas-leis-dos-animais-sao-retrocesso-civilizacional-1811637>.

HENRIQUES, Ana Maria, “Experimentação animal: crueldade ou «mal necessário»?”, in *Público*, edição de 20 de Setembro de 2016. Disponível em: <https://www.publico.pt/2016/09/20/p3/noticia/experimentacao-animal-crueldade-ou-mal-necessario-1833306>.

“Homem que matou cão Simba condenado a pagar multa de 1920 euros”, in *Público*, edição de 26 de Abril de 2016. Disponível em: <https://www.publico.pt/2016/04/26/sociedade/noticia/homem-que-matou-cao-simba-condenado-a-pagar-multa-de-1920-euros-1730254>.

LEITÃO, Alexandra, “Os espetáculos e outras formas de exibição de animais”, in *Direito (do) Animal*, textos organizados por Maria Luísa Duarte e Carla Amado Gomes, Reimpressão, Almedina, Coimbra, 2016, pp. 15-40.

LEITE, Fátima Correia e NASCIMENTO, Esmeralda, *Regime Jurídico dos Animais de Companhia*, Legislação Anotada, Almedina, Coimbra, 2004.

LUSA, “Animais devem deixar de ser «coisas» no Código Civil”, in *Diário de Notícias*, edição de 12 de Abril de 2016. Disponível em: <https://www.dn.pt/sociedade/interior/animais-devem-deixar-de-ser-coisas-no-codigo-civil-5122588.html>.

— “Animais de estimação podem ir a restaurantes a partir de maio”, in *Diário de Notícias*, edição de 9 de Fevereiro de 2018. Disponível em: <https://www.dn.pt/portugal/interior/lei-vai-permitir-animais-de-estimacao-em-espacos-de-restauracao-sinalizados-9108725.html>.

MACÊDO, Fabrício Meira, “Vaquejadas e o dever de proteção ambiental”, in *Revista Jurídica Luso Brasileira*, ano 1, n.º 1, 2015, pp. 749-792. Disponível em: <http://cidp.pt/revistas/rjlb/rjlb-2015-01>.

MADEIRA, Kieber, “Desrespeito às regras de condomínio pode resultar no despejo de cães”, in Jusbrasil. Disponível em: [https://kleberruddy.jusbrasil.com.br/noticias/500321055/desrespeito-as-regras-de-condominio-pode-resultar-no-despejo-de-caes?ref=topic\\_feed](https://kleberruddy.jusbrasil.com.br/noticias/500321055/desrespeito-as-regras-de-condominio-pode-resultar-no-despejo-de-caes?ref=topic_feed).

MALVA, João O., “Dificuldade de um diálogo sem palavras”, in *Revista Jurídica Luso Brasileira*, ano 3, n.º 6, 2017, pp. 149-159. Disponível em: <http://cidp.pt/revistas/rjlb/rjlb-2017-06>.

MATOS, Filipe Albuquerque e BARBOSA, Mafalda Miranda, *O novo Estatuto Jurídico dos Animais*, 1.ª ed., Gestlegal, Coimbra, 2017.

MONACO, Emily, “Why is America’s Animal Welfare Legislation Still Lagging Behind Europe?”, in Organic Authority, edição de 5 de Maio de 2016. Disponível em: <http://www.organicauthority.com/why-americas-animal-welfare-legislation-lagging-behind-europe>.

MOREIRA, Alexandra Reis, “Perspectivas quanto à aplicação da nova legislação”, in *Animais: deveres e direitos*, textos organizados por Maria Luísa Duarte e Carla Amado Gomes, ICJP, Lisboa, 2015, pp. 153-171. Disponível em: <https://www.icjp.pt/publicacoes/pub/1/5105/view>.

— “Direito da União Europeia e matéria de protecção do bem-estar animal”, in *Direito (do) Animal*, textos organizados por Maria Luísa Duarte e Carla Amado Gomes, Reimpressão, Almedina, Coimbra, 2016, pp. 41-69.

NEVES, Ana Fernanda, “O regime da Convenção sobre o comércio internacional de espécies da fauna e da flora selvagem ameaçadas de extinção (CITES)”, in *Direito (do) Animal*, textos organizados por Maria Luísa Duarte e Carla Amado Gomes, Reimpressão, Almedina, Coimbra, 2016, pp. 71-99.

NEVES, Helena Telino, “Personalidade jurídica e direitos para quais animais?”, in *Direito (do) Animal*, textos organizados por Maria Luísa Duarte e Carla Amado Gomes, Reimpressão, Almedina, Coimbra, 2016, pp. 257-269.

— “A controversa definição da natureza jurídica dos animais”, in *Animais: deveres e direitos*, textos organizados por Maria Luísa Duarte e Carla Amado Gomes, ICJP, Lisboa, 2015, pp. 81-89. Disponível em: <https://www.icjp.pt/publicacoes/pub/1/5105/view>.

— “Breves notas sobre a natureza jurídica do animal”, in *Revista Jurídica Luso Brasileira*, ano 3, n.º 6, 2017, pp. 137-148. Disponível em: <http://cidp.pt/revistas/rjlb/rjlb-2017-06>.

NETO, Edgard Audomar M. e SILMA, M. Berti, “Proteção jurídica dos animais”, in *Revista Brasileira do Direito Animal*, ano 2, n.º 2, Jan/Jun 2006, pp. 107-113. Disponível em: <https://www.animallaw.info/policy/revista-brasileira-de-direito-animal-brazilian-animal-rights-review>.

NOIRTIN, Célia Regina Rerrari Faganello, “Animais não humanos: sujeitos de direitos despersonificados”, in *Revista Brasileira do Direito Animal*, ano 5, n.º 6, Jan/Jun 2007, pp. 133-152. Disponível em: <https://www.animallaw.info/policy/revista-brasileira-de-direito-animal-brazilian-animal-rights-review>.

OIE, “Procedures used by the OIE to set standards and recommendations for international trade, with a focus on the terrestrial and aquatic animal health codes”. Disponível em: [http://www.oie.int/fileadmin/Home/eng/International\\_Standard\\_Setting/docs/pdf/A\\_OIE\\_procedures\\_standards\\_2016.pdf](http://www.oie.int/fileadmin/Home/eng/International_Standard_Setting/docs/pdf/A_OIE_procedures_standards_2016.pdf).

OLIVEIRA, Gabriela Dias de, “A teoria dos direitos animais humanos e não-humanos, de Tom Regan”, in *Ethic@*, Vol. 3, n.º 3, Florianópolis, Dez 2004, pp. 283-299.

OLIVEIRA, Thiago Pires, “Redefinindo o status jurídico dos animais”, in *Revista Brasileira do Direito Animal*, ano 2, n.º 3, Jul/Dez 2007, pp. 193-208. Disponível em: <https://www.animallaw.info/policy/revista-brasileira-de-direito-animal-brazilian-animal-rights-review>.

PAES, Margarida, “Tribunal de Justiça para os Direitos dos Animais exige que o Parlamento Europeu promova referendo sobre touradas”, in *Público*, edição de 24 de Junho de 2008. Disponível em: <https://www.publico.pt/2008/06/24/jornal/tribunal-de-justica-para-os-direitos-dos-animais-exige-que-o-parlamento-europeu-promova-referendo-sobre-touradas-266232>.

PASHA-ROBINSON, Lucy, “San Francisco passes law forcing all pet shops to only sell rescue dogs and cats”, in *Independent*, edição de 17 de Fevereiro de 2017. Disponível em: <https://www.independent.co.uk/news/world/americas/san-francisco-puppies-kittens-law-pet-shops-only-sell-rescue-animals-a7586186.html>.

PASSINHAS, Sandra, “Os Animais e o Regime Português da Propriedade Horizontal” [Versão eletrónica], in *Revista da Ordem dos Advogados*, n.º 66, Vol. II, 2006. Disponível em: [http://www.oa.pt/Conteudos/Artigos/detalhe\\_artigo.aspx?idsc=50879&ida=50886](http://www.oa.pt/Conteudos/Artigos/detalhe_artigo.aspx?idsc=50879&ida=50886).

PEREIRA, André Gonçalo Dias, “O Bem-Estar Animal no Direito Civil e na investigação Científica”, in *Bioética ou Bioéticas na Evolução das Sociedades*, Coimbra Editora, 2005.

— “Tiro aos Pombos” – Jurisprudência Criadora de Direitos, in *ARS IUDICANDI - estudos em Homenagem ao Prof. Doutor António Castanheira Neves*, Vol. II, Coimbra Editora, Coimbra, 2010, pp. 539-570.

PINTO, Beatriz Silva, “Senhorios não vão poder proibir animais de estimação em casas arrendadas”, in *Público*, edição de 2 de Julho de 2017. Disponível em: <https://www.publico.pt/2017/07/02/p3/noticia/senhorios-nao-vao-poder-proibir-animais-de-estimacao-em-casas-arrendadas-1828390>.

PINTO, Carlos Alberto Mota, *Teoria Geral do Direito Civil*, 4.<sup>a</sup> ed. por António Pinto Monteiro e Paulo Mota Pinto, Coimbra Editora, 2005.

PINTO, Reis, “Casos de má vizinhança encham julgados de paz”, in *Jornal de Notícias*, edição de 6 de Dezembro de 2015. Disponível em: <https://www.jn.pt/justica/interior/ma-vizinhanca-entope-julgados-de-paz-4917600.html>.

POSNER, Richard. A., “Animal Rights – Legal, Philosophical and Pragmatic Perspectives”, in *Animal Rights – Current Debates and New Directions*, organizado por Cass. R. Sunstein and Martha C. Nussbaum, New York, Oxford University Press, Inc, (2004).



RAMOS, José Luís Bonifácio, “O Animal: Coisa ou *Tertium Genus*”, in *Estudos dedicados ao Professor Doutor Luís Alberto Carvalho Fernandes*, Vol. II, Universidade Católica Portuguesa, Lisboa, 2011, pp. 221-256.

— “A reforma do Código Civil no âmbito do Direito das Coisas”, in *Revista O Direito*, Ano 146.º, N.º 2, 2014, pp. 311-324.

RAMOS, Sílvia da Costa, “A protecção aos direitos dos animais”, in *Estudos em Homenagem ao Conselheiro José Manuel Cardoso da Costa*, Coimbra Editora, Coimbra, 2003, pp. 789-794.

REIS, Maria Quaresma dos, “O papel da ciência na ascensão do Direito Animal e no reconhecimento de direitos aos animais - uma perspetiva comparativista”, in *Direito (do) Animal*, textos organizados por Maria Luísa Duarte e Carla Amado Gomes, Reimpressão, Almedina, Coimbra, 2016, pp. 209-222.

REGAN, Tom, “Animal Rights Nation”, in *Revista Brasileira do Direito Animal*, ano 1, n.º 1, Jan/Dez 2006, pp. 7-10. Disponível em: <https://www.animallaw.info/policy/revista-brasileira-de-direito-animal-brazilian-animal-rights-review>.

— *The Case for Animal Rights*, University of California Press, Berkeley/LA, 1983.

RODRIGUES, André Angelo e COELHO, Luanda Fernandes Sá de Alencar, “Direitos Humanos e Direitos dos Animais: o uso dos direitos humanos para proteção dos animais não humanos”, *Promovendo Políticas Públicas, Concretizando Demandas Sociais*, I Congresso Interinstitucional UNISC/URCA. Disponível em: <http://online.unisc.br/acadnet/anais/index.php/ppds/article/view/16429>.

RODRIGUES, Dantas, “Ter animais nos condomínios”, in *Público*, edição de 27 de Abril de 2016. Disponível em: <https://www.publico.pt/2016/04/27/sociedade/noticia/ter-animais-nos-condominios-1730195>.

RODRIGUES, Diogo Luiz Cordeiro, “Legitimação dos direitos dos animais”, in *Revista Brasileira do Direito Animal*, ano 5, n.º 6, Jan/Jun 2007, pp. 247-316. Disponível em: <https://>

[www.animallaw.info/policy/revista-brasileira-de-direito-animal-brazilian-animal-rights-review](http://www.animallaw.info/policy/revista-brasileira-de-direito-animal-brazilian-animal-rights-review).

SÁ, Filipa Almeno de Carvalho Patrão Vieira de, “O novíssimo lugar dos animais no mundo do Direito. Que projecto para o século XXI? Múltiplas perspectivas ou uma revolução paradigmática?”, in *Revista Jurídica Luso Brasileira*, ano 3, n.º 6, 2017, pp. 111-136. Disponível em: <http://cidp.pt/revistas/rjlb/rjlb-2017-06>.

SALLES, Carolina, “«Filhos» no divórcio: os animais de estimação”, in *Jusbrasil*. Disponível em: [https://carollinasalle.jusbrasil.com.br/artigos/460688943/filhos-no-divorcio-os-animais-de-estimacao?ref=topic\\_feed](https://carollinasalle.jusbrasil.com.br/artigos/460688943/filhos-no-divorcio-os-animais-de-estimacao?ref=topic_feed).

SALT, Henry, “Los Derechos de los animales”, *Introducción de Jesús Mosterín*, com tradução de Jesús Mosterín, Los Libros de la Catarata, Madrid, 1999.

SANTANA, Heron José de, “Espírito animal e o fundamento moral do especismo”, in *Revista Brasileira do Direito Animal*, ano 1, n.º 1, Jan/Dez 2006, pp. 37-65. Disponível em: <https://www.animallaw.info/policy/revista-brasileira-de-direito-animal-brazilian-animal-rights-review>.

SANTANA, Luciano Rocha e OLIVEIRA, Thiago Pires, “Guarda responsável e dignidade dos animais”, in *Revista Brasileira do Direito Animal*, ano 1, n.º 1, Jan/Dez 2006, pp. 37-65. Disponível em: <https://www.animallaw.info/policy/revista-brasileira-de-direito-animal-brazilian-animal-rights-review>.

SARAIVA, Rute, “A Convenção de Bona sobre a Conservação das Espécies Migradoras Pertencentes à Fauna Selvagem (CMS)”, in *Direito (do) Animal*, textos organizados por Maria Luísa Duarte e Carla Amado Gomes, Reimpressão, Almedina, Coimbra, 2016, pp. 239-256.

SILVA, Jorge Marques da, “Apontamentos sobre a ideia de animal na ciência e na filosofia”, in *Revista Jurídica Luso Brasileira*, ano 3, n.º 6, 2017, pp. 161-177. Disponível em: <http://cidp.pt/revistas/rjlb/rjlb-2017-06>.

SILVA, Tagore Trajano de Almeida, “Direito animal e os paradigmas de Thomas Kuhn: Reforma ou revolução científica na teoria do direito?”, in *Revista Brasileira do Direito Animal*, ano 2, n.º 3, Jul/Dez 2007, pp. 239-269. Disponível em: <https://www.animallaw.info/policy/revista-brasileira-de-direito-animal-brazilian-animal-rights-review>.

SIMÕES, Deolinda Reis, “Aspectos forenses de aplicação da nova legislação - articulação das entidades envolvidas na produção de prova em juízo”, in *Direito (do) Animal*, textos organizados por Maria Luísa Duarte e Carla Amado Gomes, Reimpressão, Almedina, Coimbra, 2016, pp. 125-155.

SINGER, Peter, *Ética Prática* (trad. Álvaro Augusto Fernandes), 2.<sup>a</sup> ed., Gradiva, 2002.

SOBRAL, Cristina Alves B., “Uma nova perspetiva dos «velhos» contratos de compra e venda de animais: a relevância da genética”, in *Direito (do) Animal*, textos organizados por Maria Luísa Duarte e Carla Amado Gomes, Reimpressão, Almedina, Coimbra, 2016, pp. 273-284.

SOUSA, Susana Aires de, “Argos e o direito penal (uma leitura «dos crimes contra animais de companhia» à luz dos princípios da dignidade e da necessidade)”, in *Revista Julgar*, n.º 32, Maio/Ago 2017, pp. 147-160.

TAVARES, Raul, “O princípio da igualdade na relação do homem com os animais”, in *Revista Brasileira do Direito Animal*, ano 6, n.º 8, Jan/Jun 2011, pp. 221-248. Disponível em: <https://www.animallaw.info/policy/revista-brasileira-de-direito-animal-brazilian-animal-rights-review>.

TOMÁS, Carla, “Animais: «Lacunas» dificultam aplicação da lei”, in *Expresso*, edição de 14 de Novembro de 2015. Disponível em: <http://expresso.sapo.pt/sociedade/2015-11-14--Maus-tratos-animais-Lacunas-dificultam-aplicacao-da-lei>.

VALDÁGUA, Maria da Conceição, “Algumas questões em torno da interpretação do tipo legal de crime de maus tratos a animais de companhia”, in *Revista Jurídica Luso Brasileira*, ano 3, n.º 6, 2017, pp. 179-211. Disponível em: <http://cidp.pt/revistas/rjlb/rjlb-2017-06>.

VARGAS, Janaine Machado dos Santos Bertazo e CERVI, Taciana Marconatto Damo, “Direito dos Animais Não Humanos *versus* Cultura Acadêmica: A Experimentação Científica em Questão”, in *Revista do Instituto do Direito Brasileiro*, ano 1, n.º 4, 2012, pp. 2449-2472. Disponível em: <http://cidp.pt/revistas/ridb/2012>.

WOLFSON, David J. e SULLIVAN, Mariann, “Foxes in the Hen House”, in *Animal Rights: Current Debates and New Directions*, Oxford University Press, 2004, pp. 205-228.

VOLTAIRE, *Dicionário Filosófico* (1764), Edição Online, Livros Grátis, 2001. Disponível em: <http://livros01.livrosgratis.com.br/cv000022.pdf>.

## **SITES:**

Australian Government, Department of Agriculture and Water Resources: <http://www.agriculture.gov.au>.

DireitoNet: <https://www.direitonet.com.br>.

DGAV, Direção-Geral de Alimentação e Veterinária: <http://www.dgv.min-agricultura.pt/>.

DRE, Diário da República Eletrónico: <https://www.dre.pt>.

EUR-Lex, Acesso ao direito da União Europeia: <https://eur-lex.europa.eu>.

FDUL, Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa: <http://www.fd.ulisboa.pt>.

Faculdade de Direito da Universidade Nova de Lisboa: <https://www.fd.unl.pt>.

GFK (Growth from Knowledge): <https://www.gfk.com/pt/>.

Global Animal Law: <https://www.globalanimallaw.org>.

IGFEJ, Bases Jurídico-Documentais: <http://www.dgsi.pt>.

Instituto Humanitas Unisinos: <http://www.ihu.unisinos.br>.

InVerbis, Revista Digital de Cidadania e Justiça: <http://www.inverbis.pt>.

Jusbrasil: <https://www.jusbrasil.com.br>.

Liga Portuguesa dos Direitos dos Animais: <http://www.lpda.pt>.

OIE, Organização Mundial da Saúde Animal: <http://www.oie.int>.

PGDL, Procuradoria-Geral Distrital de Lisboa: <http://www.pgdlisboa.pt/>.

UC, Universidade de Coimbra: <http://www.uc.pt>.

USDA, United States Department of Agriculture, National Agricultural Library: <https://www.nal.usda.gov>.